UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIELA MANDUCA FERREIRA
gabi_manduca@yahoo.com.br

A CRÍTICA MACHADIANA DURANTE O ESTADO NOVO

São Paulo
2011

GABRIELA MANDUCA FERREIRA

A crítica machadiana durante o Estado Novo

Dissertação apresentada a
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para obtenção do
título de mestre em Literatura
Brasileira

Área de Concentração: Literatura
Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Hélio de
Seixas Guimarães

São Paulo
2011

Nome: FERREIRA, Gabriela Manduca

Título: A crítica machadiana durante o Estado Novo

Dissertação apresentada a Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de mestre em Literatura
Brasileira

Área de Concentração: Literatura
Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Hélio de Seixas
Guimarães

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Para Mila, companheira
de ciência e afeto

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao professor Hélió de Seixas Guimarães, pela orientação sempre segura e por me despertar o interesse por Machado de Assis e seus críticos.

Aos professores Sheila Schvarzman e Jaime Ginzburg, pelas sugestões quando do exame de qualificação.

RESUMO

FERREIRA, G. M. **A crítica machadiana durante o Estado Novo**. 2011. 120 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O presente estudo propõe-se a analisar a consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo, a sua transformação em patrimônio cultural brasileiro e as relações desses processos com a crítica machadiana do período. Estudo que tem por objetivo a análise da recepção crítica do período e, como complemento a isso, a análise das homenagens ao centenário de nascimento de Machado de Assis (1939), a fim de observar a construção do mito de Nação relacionado com a edificação de Machado de Assis como patrimônio nacional.

Durante o Estado Novo Machado de Assis foi entronizado como o grande escritor de uma galeria de vultos nacionais. É certo que a comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis (1939) coincidiu com a vigência do Estado Novo (1937 – 1945), mas a coincidência de datas não parece poder justificar o alcance dessa comemoração.

O presente estudo trabalha com a hipótese de que o emprego da imagem de Machado de Assis feito tanto pelos órgãos oficiais do Estado Novo como pela crítica machadiana do período contribuiu para a conformação de Machado de Assis como escritor consagrado e emblemático da nação brasileira e, em consequência, contribuiu para a construção do mito de Nação.

Palavras-chave: Machado de Assis; Recepção crítica de Machado de Assis; Estado Novo

ABSTRACT

FERREIRA, G. M. **Literary criticism of Machado de Assis in the Estado Novo (1937 – 1945)**. 2011. 120 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

The project aims to study the establishment of Machado de Assis in the Estado Novo (1937-1945), the transformation of the writer into Brazilian cultural heritage and relations of these processes with the literary criticism of the period. In short, the objectives of the research are to examine the official material on Machado de Assis produced during the Estado Novo and observe the position by the writer in the construction of the myth of nation.

Keywords: Machado de Assis; Literary criticism of Machado de Assis; Estado Novo

LISTA DE ANEXOS

1. Decreto n. 118 de 21 de junho de 1939
2. Selo postal comemorativo do centenário de nascimento de Machado de Assis
3. Discurso de Gustavo Capanema em Sessão solene da Academia Brasileira de Letras
4. Capas da Série Exposições
5. Introdução de Augusto Meyer ao Catálogo da Exposição Machado de Assis
6. Foto do painel Infância da Exposição Machado de Assis
7. Foto do painel Formação da Exposição Machado de Assis
8. Foto do painel Vida Íntima da Exposição Machado de Assis
9. Foto do painel Maturidade da Exposição Machado de Assis
10. Foto do painel Crepúsculo da Exposição Machado de Assis
11. Foto do painel Consagração da Exposição Machado de Assis
12. Foto do painel Obra da Exposição Machado de Assis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AMBIENTE INTELECTUAL DOS ANOS 1930 E 1940.....	16
1.1. Os críticos machadianos.....	26
1.1.1. Lúcia Miguel Pereira.....	30
1.1.2. Astrojildo Pereira.....	34
1.1.3. Augusto Meyer.....	37
1.1.4. Eugênio Gomes.....	41
2. RECEPÇÃO CRÍTICA DE MACHADO DE ASSIS DURANTE O ESTADO NOVO.....	45
2.1. A biografia de Machado de Assis.....	46
2.1.1. Machado de Assis autodidata e trabalhador.....	46
2.1.2. Machado de Assis mulato e epilético.....	52
2.2. A obra de Machado de Assis.....	67
2.2.1. Machado de Assis nacional e crítico.....	68
2.2.2. Machado de Assis realista e moderno.....	74
3. CONSAGRAÇÃO DE MACHADO DE ASSIS DURANTE O ESTADO NOVO...79	
3.1. Exposição Machado de Assis.....	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
6. ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

Machado de Assis é um grande escritor. Isso não é mito, é realidade. Portanto, ao estudar a consagração de Machado de Assis como “mito”¹ nacional durante o Estado Novo, evidentemente não se pretende discutir a indubitável qualidade da obra de Machado de Assis ou questionar seu merecimento quanto à posição de grande escritor nacional. Tampouco se pretende negar que Machado de Assis já tivesse sido reconhecido e consagrado em vida, o que de fato ocorreu.

No entanto, acreditamos que na base desta afirmação está um componente que, factual, recebe, durante o Estado Novo, um tratamento que o enviesa. Posto que foi no Estado Novo, período político brasileiro compreendido entre 1937 e 1945, e, marcadamente, a partir do centenário de nascimento de Machado de Assis, em 1939, que o escritor Machado de Assis tornou-se objeto de uma ofensiva, sobretudo nos campos educacional e cultural, para sua consagração como o maior escritor brasileiro e, em grande medida, também como um medalhão nacional. A partir de então pontos pouco explorados de sua biografia (mulato, trabalhador) e obra (nacional, realista, moderno) ganharam destaque, e Machado de Assis tornou-se motivo de orgulho e de idolatria nacionais.

Durante o Estado Novo vemos Machado de Assis ser entronizado como o grande escritor de uma galeria de “vultos nacionais, grandes homens que construíram monumentos pátrios” (CESAR, 1999, p. 15). É certo que a comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis (1939) coincidiu com a vigência do Estado Novo, mas a coincidência de datas não justifica o vulto que alcançou essa comemoração. Note-se que somente no ano de 1939 Galante de Sousa (1969) registrou a publicação de quinhentos e cinquenta e sete “itens” sobre Machado de Assis, entre artigos e livros².

Além do substancial aumento do número de estudos machadianos, realizaram-se “excepcionais solenidades comemorativas do centenário de

¹ A expressão *mito* remete ao uso que dela faz Graciliano Ramos ao comentar a consagração de Machado de Assis no seu centenário de nascimento: “Nas homenagens que hoje tributam a Machado de Assis há com certeza, junto à admiração dos que o leram cuidadosamente, muito de respeito supersticioso, respeito devido às coisas ignoradas. Visto a distância, desumanizado, o velho mestre se torna um símbolo, uma espécie de mito nacional” (RAMOS, 1939, p. 86).

² Entre os descritos por Galante de Sousa (1969) encontram-se: diversos artigos de posicionamento quanto à polêmica gerada por Coelho de Sousa, Secretário de Educação e Saúde do Rio Grande do Sul, que se recusou a dar o nome de Machado de Assis a uma escola por considerá-lo um “fascinante inoculador de venenos sutis” (apud SOUSA, 1969, p. 125); diversas notas comemorativas do centenário de nascimento de Machado de Assis; citações do Catálogo da *Exposição Machado de Assis*; artigos de escritores como José Lins do Rêgo, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira; e o discurso de Gustavo Capanema em 21 de junho de 1939 na Sessão solene da Academia Brasileira de Letras.

nascimento de Machado de Assis” (*A Batalha*, RJ, 22/06/1939), entre elas a *Exposição Machado de Assis* organizada pelo Instituto Nacional do Livro (INL) na Biblioteca Nacional e inaugurada por Getúlio Vargas; uma Sessão solene da Academia Brasileira de Letras com discurso do ministro Gustavo Capanema; a organização de uma Bibliografia Machadiana pelo Instituto Nacional do Livro (INL); uma apresentação da Banda da Polícia Militar; e a produção pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) do filme *Um apólogo* (de Humberto Mauro), baseado no conto homônimo.

O presente estudo trabalha com a hipótese de que o emprego da imagem de Machado de Assis nesse período contribuiu para sua conformação como escritor consagrado e emblemático da nação brasileira. Tal emprego corresponde a uma construção tanto por parte da crítica machadiana do período quanto por parte das iniciativas do Estado. Por isso, estuda-se a consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo, a sua transformação em patrimônio cultural brasileiro e, mais detidamente, as relações desses processos com a crítica machadiana do período; tomando por objetivo a análise da recepção crítica de Machado de Assis durante o Estado Novo.

Isto porque há, em torno do centenário de nascimento de Machado de Assis (1939), a produção crítica de importantes machadianos, que orientaram (e talvez alguns ainda hoje orientem ou tenham inspirado) os estudos sobre o autor, tais como Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes.

Cabe questionar, portanto, em que medida esses críticos, “num momento extraordinário da crítica, registrado entre o fim da década de 1930 e a de 1950” (GUIMARÃES, 2008, p. 284), contribuíram, ou reagiram, à edificação de Machado de Assis como o grande escritor nacional. Pois, conforme afirmou Antonio Candido (2004), “não há dúvida que foi desses estudos e alguns outros, geralmente precedendo ou sucedendo de pouco as comemorações do centenário de nascimento em 1939, que começou a compor-se a nossa visão moderna [de Machado de Assis]” (CANDIDO, 2004, p. 20).

Também José Guilherme Merquior (1998), em conferência pronunciada em 1989, afirmou:

A obra [machadiana], contudo, permanece, de certa forma, marginalizada; não no sentido de ela não ter sido louvada ou

reconhecida – porque obviamente ela foi fartamente louvada e reconhecida – mas num paradoxo: tendo sido reconhecida, não foi bem interpretada em determinadas linhas de força. (...) Enfim, são inúmeras as ocorrências de grandes obras que não foram plenamente compreendidas na sua época. Mas o caso de Machado é um pouco diferente, porque há um esforço sistemático, nos últimos cinquenta anos, pela conquista de um tipo de compreensão da obra, que vulgarmente poderíamos chamar “compreensão de profundidade”, e que faltava no seu tempo (MERQUIOR, 1998, p. 33).

Merquior (1998) alude, assim, a um esforço de compreensão da obra machadiana iniciado em torno de 1939 – cinquenta anos antes de pronunciar essa conferência –, exatamente o ano de comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis.

Destarte, impôs-se analisar as relações da consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo com a crítica machadiana do período, em estudo pautado pelo aviso de que

o grande número de estudos críticos e biográficos produzidos no final da década de 1930, por exemplo, pode ser mais bem compreendido tendo em vista não só as comemorações do centenário de nascimento do escritor [Machado de Assis], mas também o contexto maior das políticas culturais do Estado Novo, incluindo o esforço varguista de construção de novos mitos nacionais (GUIMARÃES, 2008, p. 274).

Ao primeiro capítulo desta dissertação coube, desse modo, um estudo introdutório acerca do Estado Novo – atentando para suas contradições e nuances – e das condições de produção intelectual desse período. Estabelecida uma base histórica, coube apresentar e situar os críticos (Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes), objeto da pesquisa, no debate intelectual em tela.

Deu-se, em seguida, o estudo da crítica machadiana (prioritariamente dos quatro críticos selecionados) produzida durante o período do Estado Novo³, “procurando em cada crítico a medida de sua consciência estética e as

³ É preciso esclarecer que, apesar do recorte histórico da pesquisa ser o período do Estado Novo (1937-1945), tal recorte não é restritivo, visto que dois dos principais textos críticos analisados foram publicados antes de 1937 (*Machado de Assis*, de Augusto Meyer, é de 1935; e *Machado de Assis. Estudo Crítico e Biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira, é de 1936), o que, aliás, permitiu que essas obras e seus autores fossem, em 1939, referência para os estudos machadianos e para as comemorações do centenário de Machado de Assis.

interferências recíprocas do ideológico e da concepção da literatura” (LAFETÁ, 1974, p. 115).

O estudo desses críticos desenvolveu-se em duas frentes: as considerações críticas sobre a biografia de Machado de Assis e as ilações sobre a obra machadiana. Isto porque uma possibilidade é de que a consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo estivesse relacionada à sua biografia, pois ela parece ter sido tomada como exemplo do ideário burguês e meritocrático de ascensão pelo estudo e pelo trabalho; daí a valorização do autodidata, funcionário público exemplar, diligente, dedicado e cumpridor das regras, menções que a partir daí se tornariam praticamente obrigatórias em qualquer notícia biográfica do escritor.

E, por outro lado, há a possibilidade de que a glorificação de Machado de Assis empreendida no Estado Novo se relacionasse à sua obra, que pode ter sido interpretada como – além de uma realização artística em fino estilo (conforme vinha sendo exaltada já desde seus contemporâneos) – a crítica de um Brasil do passado (fragmentado e arcaico), contraposto ao Brasil (unido e moderno) que então se erigia. A crítica daquele seria, portanto, a exaltação deste.

O segundo capítulo tem como tema a recepção crítica de Machado de Assis no Estado Novo. Num primeiro momento, o estudo volta-se para a formulação ou exploração crítica de certos biografemas machadianos, que parecem ter contribuído para edificar a imagem de Machado de Assis como homem brasileiro exemplar, que pelo seu autodidatismo, mérito e trabalho, superou a pobreza, a doença e a “mulatice” e ascendeu socialmente.

Posteriormente, ainda no segundo capítulo, o estudo da crítica machadiana no Estado Novo permitiu identificar a articulação de algumas considerações críticas importantes sobre a obra machadiana desenvolvidas ou aprofundadas nesse período, como o reconhecimento de uma relação dialética e indissociável entre local e universal na obra machadiana; a percepção da divergência entre superfície e fundo no texto machadiano; o esforço crítico de modernização de Machado de Assis, por meio de relações comparatistas; e a tentativa de integração de Machado de Assis a uma história literária brasileira, como um escritor realista.

A motivação que funda o terceiro e último capítulo é apresentar as homenagens ao centenário de nascimento de Machado de Assis e verificar em que medida as características machadianas apontadas pela crítica do período, tanto na

biografia como na obra machadiana, estão presentes nas comemorações do centenário (1939) que parecem ter edificado uma “imagem arquetípica” de Machado de Assis.

A fim de identificar os trânsitos entre a crítica machadiana – objeto da pesquisa – e a cristalização dessa “imagem arquetípica” de Machado de Assis no Estado Novo, realizou-se a análise de uma das principais homenagens a Machado de Assis promovidas pelo regime de Getúlio Vargas, a *Exposição Machado de Assis* e, mais exatamente, o Catálogo da *Exposição Machado de Assis*.

1. AMBIENTE INTELECTUAL DOS ANOS 1930 e 1940

Não lidamos aqui com um período qualquer. A recomposição das estruturas de poder, cujo ano demarcatório é 1930, marca o início da modernidade no Brasil (FERNANDES, 1976).

Contudo, o poder burguês prefere “a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 1976, p. 205). Ora, isso não é novo.

Florestan Fernandes (1974) argumenta que há na modernização brasileira algo específico, que não encontra paralelo entre as nações hegemônicas: a conciliação de uma herança escravocrata com uma superfície de industrialização. Haveria, portanto, para que essa contradição não fosse percebida, uma modernização aparentemente à beira das nações hegemônicas, embora houvesse, ao fundo, uma desigualdade próxima à da escravidão e do modelo colonial:

Aquele padrão compatibiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possua a mesma condição social. O que faz com que aquilo que parece “democrático”, na superfície, seja de fato “autoritário” e “autocrático”, em sua essência (FERNANDES, 1974, p. 35).

O setor “velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar um setor “novo” – o que originou “um paralelismo econômico-estrutural, tão orgânico quanto persistente” (FERNANDES, 1976, p. 81). E, embora o velho setor colonial sofresse várias adaptações sucessivas às condições internas da economia nacional, ele se manteve suficientemente integrado para eternizar um processo pré-capitalista de acumulação de capital. Aí Fernandes (1976) desvela a conjugação brasileira de arcaico e moderno:

é legítimo concluir que a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Dessa acomodação, resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças a qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima). Sob esse aspecto, a mencionada acomodação tanto pode ser encarada como “historicamente

necessária” quanto como “economicamente útil” (FERNANDES, 1976, p. 176).

Tal acomodação ou, na expressão florestaniana, “dupla articulação” (FERNANDES, 1976, p. 306) fez com que “focos de desenvolvimento econômico pré ou subcapitalistas” (FERNANDES, 1976, p. 306) mantivessem “estruturas sócio-econômicas e políticas arcaicas e semi-arcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à expansão do mercado interno etc.” (FERNANDES, 1976, p. 306).

Pares característicos do Brasil, tais como atraso e progresso, arcaico e moderno, escravidão e liberalismo, conservação e mudança, privado e público, não são, portanto, excludentes, mas historicamente conjugados, combinados, formando pólos complementares. Na expressão de Francisco de Oliveira (1981), “uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 1981, p. 12). Essas aparentes dicotomias são, na realidade brasileira, reveladoras da marca constitutiva do Brasil moderno, de seu emblema: a modernização conservadora.

É emblemático que esse processo iniciado em 1930 tenha sido conduzido por protagonistas da elite burguesa agrária:

Os *junkers* caboclos dessa transição virão da representação política de regiões dominadas pelo latifúndio, como Vargas, Francisco Campos, Melo Franco, Capanema, Távara, Magalhães, em Pernambuco, e Góes Monteiro, nas Alagoas, a que se acoplará, depois de 1935, o severo tronco paulista. Sem os pruridos aristocráticos da elite deposta, conviverão em boa comunhão com os nomes estrangeirados dos empresários-imigrantes, sabendo ainda cooptar os intelectuais de talento da pequena burguesia, como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, entre outros (VIANNA, 1999, p.171).

Trata-se de uma relação de continuidade, manifestada com invulgar clareza, que efetivamente existe e cujas implicações afetam profundamente a formação sócio-histórica brasileira. Entretanto, a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma relação de ruptura que, esta sim, se instaura como decisiva nos limites deste estudo.

A assim chamada Revolução de 1930 foi o ponto de origem do “Brasil moderno”, que teve outros momentos nos anos JK e na ditadura militar, tentativas de garantir as formas típicas de exploração do capital na periferia, por meio da

modernização da herança arcaica (FERNANDES, 1976), modernização econômica e conservação política⁴:

Mas, se a revolução “pelo alto” consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução “pelo alto” assume a configuração particular de uma revolução “passiva” (...), isto é, de uma revolução sem revolução (VIANNA, 1999, p. 177).

Nas três primeiras décadas do século XX os quadros econômicos, políticos e culturais foram lentamente modificados. Durante essas décadas houve a resistência da continuidade: “permanece a política dos governadores, a serviço das oligarquias; permanece em suas linhas básicas a política financeira protecionista do café, gerando atritos com a burguesia industrial...” (LAFETÁ, 1974, p.16).

Porém, ao longo dos anos 1920 “esses óbices vão sendo mais vigorosamente atacados” (LAFETÁ, 1974, p.16). Cite-se, como expressões do desejo de modificação do país, o “tenentismo”, a Coluna Prestes (1924-1927), a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e a formação, por Jackson de Figueiredo, de um grupamento católico e direitista.

Vê-se que os setores médios foram convertidos numa crescente fonte de pressão divergente, “tolerada como uma pressão *intra muros* e, que, no fundo, nascia de uma pressão natural para ajustar a dominação burguesa a seus novos quadros reais” (FERNANDES, 1976, 207)⁵. No fundo, tratava-se “do processo de plena implantação do capitalismo no país e do fluxo ascensional da burguesia” (LAFETÁ, 1974, p.16).

O que ressalta desse período histórico é que a chamada Revolução de 1930 marcou o início de um dos principais períodos de modernização conservadora no Brasil, momento decisivo da revolução burguesa no Brasil – revolução burguesa no Brasil que não constituiria um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural.

⁴ Conforme aponta Michael Löwy (2009), “a assim chamada Revolução de 1930, conflito entre oligarquias regionais (Rio Grande do Sul e Minas Gerais contra São Paulo), tinha muito pouco de revolucionária – apesar das veleidades democráticas de alguns jovens ‘tenentes’ que apoiaram Getúlio Vargas – e poderia, no máximo, ser considerada, segundo o termo irônico de Gramsci, uma ‘revolução passiva’, isto é, uma mudança sociopolítica ‘de cima para baixo’, sem participação popular” (LÖWY, 2009, p. 533).

⁵ Para Luiz Werneck Vianna (1999), “em relação às camadas médias urbanas a política se completa com a cooptação, operada a partir do recrutamento das funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades” (VIANNA, 1999, p. 171).

Após a Revolução de 1930, impunha-se a proposição de um projeto universalizador, que pudesse abrigar os interesses contraditórios compreendidos na coligação das forças vencedoras em 1930 e que fosse capaz de generalizar o modelo de Estado. Impunha-se, deste modo, o estabelecimento de um Estado que pudesse interpretar diferentes aspirações de diferentes grupos sociais (VIANNA, 1999).

A tripla pressão a que foi submetida a burguesia brasileira depois de 1930 – uma pressão de fora para dentro, determinada pelo capitalismo monopolista mundial, e duas internas: uma do proletariado⁶ e outra procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica – desencadeou “uma contra-revolução auto defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (FERNANDES, 1976, p. 216). Esse foi o Estado Novo.

Com o Estado Novo (decretado em 10 de novembro de 1937), o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se⁷. O sistema da ordem foi reorientado e o antiliberalismo doutrinário tornou-se o centro da fundamentação do Estado.

O papel do Estado – lembre-se que o principal instrumento para a modernização conservadora no Brasil é a repressão do Estado (FERNANDES, 1976) – passou a orbitar na identidade da Nação: “o Estado (...) teria de deixar de ser um centro de aglutinação política para se converter na principal agência econômica” (VIANNA, 1999, p. 265). Nas palavras de Vargas, no Estado Novo, “o Estado é a nação” (VARGAS apud VIANNA, 1999, p. 265).

É por meio da ideia de nação que se procurou dar à “divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa” (CHAUÍ, 2001, p. 17), pois a nação teria

capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não

⁶ O pretexto do espantinho comunista serviu largamente a manobras que levaram ao Estado Novo: “Contando com um número importante de ‘tenentes’ e suboficiais do Exército – mas também militantes comunistas, trabalhadores e sindicalistas –, Prestes considerou reunidas as condições para que a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – posta fora da lei por Vargas – tomasse o poder. (...) O levante, que Vargas chamou de Intentona Comunista, fracassou em poucas horas e foi seguido durante os anos seguintes, de uma feroz repressão contra a esquerda, culminando na proclamação, em 1937, do Estado Novo” (LÖWY, 2009, p. 538-9).

⁷ Segundo Werneck Vianna (1999), “entre seu autoritarismo modernizador e a concepção totalitarizante da Constituição de 37, oscilará o Estado Novo, de qualquer forma bem mais o resultado de uma institucionalização política autoritária do que uma simples ‘mentalidade democrática’” (VIANNA, 1999, p. 269).

precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade (CHAUI, 2001, p. 19).

A constituição (ou a construção) de uma cultura mais autenticamente nacional tornou-se, no Estado Novo, uma necessidade premente. Responsável por fornecer um fundo comum de nacionalidade, a cultura passa a ser campo de intervenção política oficial – “O Estado quer patrocinar ou incentivar a cultura” (CESAR, 1999, p. 16).

Isto é, pela primeira vez a relação entre cultura e poder no Brasil é claramente celebrada em termos políticos: “um momento da história do Brasil em que a cultura e a política se imbricaram a ponto de conferir à política uma dimensão inteiramente distinta” (BONEMY, 2001, p. 21). Tratava-se, destarte, de, por meio dessa política via cultura (talvez o termo política cultural tenha aí um emprego apropriado), forjar, mais que a imagem de uma nação coesa, o próprio mito de nação brasileira.

Talvez uma das áreas de maior sucesso no lançamento das estruturas do Estado Novo tenha sido a educação, posto que foi a que mais fielmente exprimiu o plano de formação de um novo homem: o homem trabalhador e cioso de suas responsabilidades e orgulho patrióticos. Helena Bonemy (1999) dá ideia da importância do projeto educacional para a legitimação e efetivação das premissas do Estado Novo:

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BONEMY, 1999, p. 139).

Como a “nova” sociedade burguesa propagava um ideário baseado na premissa de que cada indivíduo tem de ascender e garantir seu lugar na hierarquia social de acordo com seus esforços individuais, a educação no Estado Novo era considerada um “instrumento de manutenção da disciplina, da hierarquia, da moralidade, da segurança, da ordem e do progresso” (PAULISTA, 2002, p. 203).

Já na reunião ministerial presidida por Vargas no fim de 1935, em que o liberalismo estava na berlinda, essa função da educação se desenhava: “Gustavo Capanema, ministro da Educação, criticará o que denomina de padrão cético do sistema de educação, propondo sua substituição por uma filosofia orientada quanto a valores consagrados pelo Estado” (VIANNA, 1999, p. 253). A partir daí, e mais enfaticamente depois de 1937, o setor educacional do Estado Novo empreendeu projetos como a erradicação do analfabetismo, a expansão da oferta de vagas nas escolas, a assistência aos estudantes e a educação para o trabalho.

A educação, assim como o aparato cultural, tinha por objetivo a construção da nacionalidade, a missão de incutir no indivíduo sentimentos pátrios. O que se dava, entre outros modos, pela valorização dos grandes nomes nacionais, uma “galeria [que] se torna particularmente importante em momentos de afirmação da ‘identidade nacional’, de capitalização dos grandes nomes para uma promoção nacionalista da cultura” (CESAR, 1999, p. 15).

O Ministério da Educação teve, portanto, um papel ímpar na construção da nacionalidade no Estado Novo, na formação, ou antes produção – por meio de livros didáticos com ênfase em aspectos determinados, de novos órgãos de difusão da “cultura patriótica”, da alteração dos currículos escolares – de cidadãos que contribuíssem para o tão perseguido “desenvolvimento nacional”. Senão, vejamos:

O ministério da Educação (...) trabalhou de muitas maneiras não só para aumentar a rede de escolas públicas como também para inculcar os valores do regime. O ministro Capanema encomendou livros didáticos de modo a reforçar a identidade nacional e a lembrar aos estudantes a “indiferença dos regimes passados pelas questões sociais”. Capanema criou novos órgãos, como, por exemplo, o Instituto Nacional do Livro, para disseminar a cultura patriótica. Os currículos escolares foram alterados para que pudessem estimular o orgulho nacional, a disciplina, bons hábitos de trabalho, valores relacionados à família, hábitos de economia e moralidade. A história, a geografia e a literatura do Brasil receberam uma nova ênfase. Pedia-se que as escolas produzissem cidadãos cujas atitudes conduzissem ao desenvolvimento nacional (LEVINE, 2001, p. 93).

A literatura, que, junto com as outras disciplinas escolares, deveria contribuir para produção de cidadãos dotados de espírito pátrio, tem, como mostra Ana Cristina Cesar (1999), especificidade em um projeto político-cultural:

A literatura é a única produção cultural que constitui matéria escolar obrigatória. A literatura, ou melhor: o conjunto de autores e textos consagrados e aprovados para circulação na escola. E não é só nas escolas que os autores literários circulam (...). A literatura circula, sobretudo – nos meios escolares, nas instâncias de consagração de cultura, nos meios de comunicação de massa –, através do nome de personalidades cujas obras refletem “valores nacionais” (CESAR, 1999, p. 15).

A literatura no Brasil possui, portanto, “uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação” (BRANDÃO, 2005, p. 232). Por isso escritores literários consagrados integram a galeria dos “edificadores da ‘cultura brasileira’” (CESAR, 1999, p. 15).

Nas antologias escolares, esses grandes nomes eram exaltados, aproximando a literatura do conceito que lhe dá Ana Cristina Cesar (1999): “o conjunto de autores e textos consagrados e aprovados para circulação na escola” (CESAR, 1999, p. 15). Machado de Assis ganhou destaque nesse cânone escolar e foi referido, por exemplo, na *História da Literatura Brasileira para o curso complementar*, publicada em 1939, como “um dos grandes acontecimentos da literatura brasileira” (FREITAS, 1939, p. 191).

Evidentemente, a difusão dos valores estadonovistas não se deu apenas por meio das políticas educacionais; ela se deu também na esfera cultural, pois os ideais a serem legitimados

não se “inculcam” só através dos conteúdos conceituais do ensino. São motivo de celebrações, festividades, exposições e visitas aos lugares míticos, de todo um sistema de rituais no qual se organiza, rememora e confirma periodicamente a “naturalidade” da demarcação que fixa o patrimônio originário e “legítimo” (CANCLINI, 1997, p. 165).

A eleição de Machado de Assis como símbolo nacional contou com todo esse conjunto de celebrações. O Estado Novo “ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública” (CAPELATO, 1999, p. 172). Ou seja, o regime criou um sistema doutrinário de legitimação e difusão da ideologia oficial com o intuito de “traduzir a idéia de nação em sentido e cotidianidade” (CANCLINI, 1997, p. 256).

Durante o Estado Novo, o Estado penetrou em todas as áreas da atividade cultural, não apenas no controle ideológico, mas também

através do apoio à criação de associações profissionais e, de modo ativo, respaldando as diversas formas de produção cultural por meio de organizações como o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) e o Instituto Nacional do Livro (INL), todos criados em 1937. Em outras palavras, a cultura tornou-se atribuição do Estado (JOHNSON, 1995, p. 171).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), antes Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, foi um dos aparatos culturais criado, por decreto presidencial em dezembro de 1939, com objetivo de difusão da ideologia estadonovista, já que, “com o advento do Estado Novo, o governo sentiu mais fortemente a necessidade de investir na propaganda” (CAPELATO, 1999, p. 172). Além da função de censura sobre os meios de comunicação, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes, estabeleceu a política cultural do Estado Novo para as camadas populares e construiu a imagem do presidente Getúlio Vargas. Sua atuação se dava pela produção de filmes e programas radiofônicos e pela publicação de folhetos, cartilhas e revistas.

Outro aparato cultural criado pelo Estado Novo foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em novembro de 1937. O reconhecimento de patrimônios nacionais possibilitava a mediação entre os grandes do passado e os brasileiros da modernidade, no intuito de educar o povo a respeito da grandeza e unidade da nação.

Apesar de o SPHAN jamais haver disfarçado sua prioridade, qual seja, “os bens de pedra e cal” (CAVALCANTI, 1999, p. 186), os documentos também receberam atenção do órgão. O empenho em preservar, restaurar e difundir documentos (certos documentos) justificava-se pelo intuito de “fixar para a posteridade” (CESAR, 1999, p. 18) o testemunho de um passado glorioso. Vale lembrar que “monumentos e documentos são materiais da memória e fruto de uma seleção que depende tanto das condições do desenvolvimento de uma sociedade quanto da ação específica daqueles agentes que se dedicam à ‘ciência do tempo que passa’” (LONDRES, 2001, p. 87). Isto é, a memória nacional construída no Estado Novo “implicou esquecimentos e certas posturas centralizadoras e canônicas, responsáveis, entre outros efeitos, por uma imagem do Brasil via patrimônio histórico e artístico quase que exclusivamente branca, senhorial e católica” (LONDRES, 2001, p. 100).

Em fins de 1937 também foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) que, sob a direção de Augusto Meyer, tinha como atribuições a edição de obras literárias que contribuíssem para a formação cultural do povo brasileiro, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e o aumento do número de bibliotecas públicas em todo o país. A criação do Instituto Nacional do Livro aponta para a especificidade da literatura – enquanto disciplina escolar e meio de consagração de autores nacionais cuja obra (e / ou vida) estabelecesse relação com os valores exaltados pelo Estado Novo – no projeto cultural do Estado Novo.

Também o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) foi fundado, em 1936, com o objetivo de criar uma imagem, uma identidade para o Brasil. Embora tenha sido criado antes da instauração do regime varguista, o INCE tomou impulso a partir da constituição do Estado Novo. Esse Instituto, um dos grandes motores na tarefa de formar o novo homem brasileiro, realizou filmes sobre cidades históricas, personagens da história nacional, eventos oficiais do governo, pesquisas científicas e de apoio a disciplinas escolares.

Não obstante seu modelo autoritário-corporativo, a burguesia estadonovista “se define, em face de seus papéis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista” (FERNANDES, 1976, p. 205), “paladina da civilização, instrumento da modernidade” (FERNANDES, 1976, p. 204)⁸.

É esse movimento duplamente articulado (autoritarismo e aparência democrática) que permite a Helena Bonemy (1999) afirmar que a dimensão político-ideológica, muito embora pareça a parte mais abstrata desse processo, “constituiu-se em âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas” (BONEMY, 1999, p. 141).

Em princípio, essa roupagem democrática e moderna abria, na aparência apenas, um espaço político para as possibilidades de atuação histórica da burguesia nativa. Contudo, graças à lógica própria do capitalismo, gradualmente permeado por contradições, tais possibilidades realmente se concretizaram.

⁸ Essas representações ideais eram de fato um adorno, “símbolo de modernidade e civilização” (FERNANDES, 1976, p. 206), pois, quando necessário, a burguesia “mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora” (FERNANDES, 1976, p. 206).

Isto é, justamente a contradição entre o ideal republicano e a real autocracia⁹ impediu que o domínio burguês se tornasse monolítico, “concorreu poderosamente para minar a dominação burguesa e, principalmente, para impedir que ela se instaurasse como um todo monolítico e invulnerável” (FERNANDES, 1976, p. 207), produzindo protagonistas inesperados, que “de uma forma ou de outra, insinuaram-se por aquele espaço político que deveria permanecer virtual e imobilizável” (FERNANDES, 1976, p. 207).

Assim é que no interior do regime autoritário estadonovista, nas próprias instituições que davam sustentação ao regime, conforme atesta Helena Bonemy (1999), foram gestados espaços, se não democráticos, ao menos de teor progressista. Em suma, mesmo com todas as diferenças que sob o Estado Novo se abrigam,

ou que nele brigam, o período tem como nota cultural dominante a expectativa de um Brasil transformado pelo alto, por intelectuais modernizantes e comprometidos com a orquestração das forças populares e nativas, inclusive e às vezes principalmente naquilo que o país possa conter de arcaico, inconsciente e dissonante. Contentes e descontentes se unem num coro dos contrários que tem como pressuposto comum a cultura e a nação, para as quais se busca muitas vezes uma formulação totalizante, pendendo turbulentamente para a sinfonia e para o carnaval, para a utopia anárquica e para o impulso autoritário (WISNIK, 2007, p. 62).

É justamente essa turbulência que faz valer a afirmação de que o Brasil pós anos 1930 foi marcado por um “período de excepcional criatividade e mudança da visão que os brasileiros tinham de si mesmos” (GLEDSON, 2006, p. 371).

1.1 Os críticos machadianos

Conforme ficou dito no breve estudo histórico acima, os anos de 1920, 1930 e 1940 guardam transformações decisivas nos planos econômico, social, político e

⁹ Essa contradição ressignifica a dimensão autocrática da dominação burguesa, visto que “as concepções liberais e republicanas, apesar de suas inconsistências e debilidades, tornavam essa autocracia de fato um arranjo espúrio já que ela entrava em contradição com os valores ideais e com os requisitos formais da ordem existente” (FERNANDES, 1976, p. 207).

cultural do país. Transformações que definiram o debate intelectual das décadas de 1930 e 1940. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1980), nos anos 1930,

a tarefa que os intelectuais assumem (criar a nação, republicanizar ou abasileirar a república, construir uma consciência nacional etc.) é vista como um imperativo diante do que eles nomeiam a “gravidade do momento histórico” (OLIVEIRA, 1980, p.38).

Um intelectual do período, Alceu Amoroso Lima, descreve, no excerto abaixo, a mudança (para ele inevitável) na posição do intelectual frente a tal momento histórico:

A partir desse decênio de 1920 a 1930, produziu-se uma inversão de alianças, uma reversão em relação Anatole France, Machado de Assis e Sílvio Romero. É que eles haviam inoculado em nossos espíritos um ceticismo e um diletantismo que nos levariam a um choque diante da catástrofe da guerra. Fomos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas idéias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos Belle époque [...] Acabara para mim, como para tantos outros companheiros, a fase da disponibilidade, do absenteísmo, da indiferença, do ceticismo e do intelectualismo puro (LIMA apud MICELI, 2001, p.131).

Ademais, durante o Estado Novo, o próprio Getúlio Vargas convocou a participação ativa dos intelectuais na tarefa de construção da Nação, instando-os a abandonarem a “torre de marfim que haviam ocupado com frequência durante o período republicano” (JOHNSON, 1995, p. 168). E, conforme atesta Randal Johnson (1995), de fato “muitos intelectuais, incluindo-se aí a maioria dos modernistas, responderam à convocação do Estado Novo que pedia a sua participação no processo de construção nacional” (JOHNSON, 1995, p. 169).

Muitos foram os fatores que envolveram a participação / cooptação de intelectuais no Estado Novo, mas a resposta afirmativa dos intelectuais à convocação de Vargas deve-se, ao menos em parte¹⁰, a alguma coincidência de propósito com o regime. Em torno do anseio de construção do sentido de nacionalidade e da busca por uma unidade cultural, o Estado Novo conseguiu mobilizar intelectuais de várias tendências.

¹⁰ Segundo Sergio Miceli (2001), a trajetória desses intelectuais “deveu-se tanto aos efeitos provocados pela experiência de declínio de antigas famílias dirigentes como às perspectivas de expansão do mercado de trabalho político e cultural” (MICELI, 2001, p. 238).

De certo já havia no Brasil o “legado de um funcionalismo público integrado por intelectuais, literatos e poetas” (BONEMY, 2001, p. 30). O regime Vargas marca, no entanto, uma mudança na história das relações entre os intelectuais e o Estado no país: é sob esse regime que se “define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’” (MICELI, 2001, p.198). Isto é, “a cultura e a política tornaram-se inseparáveis” (JOHNSON, 1995, p. 171), o que implicou “um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentsia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001, p.198).

Com o imbricamento de política e cultura em proporções até então inéditas no país, a relação entre os intelectuais e o Estado ganhou novos contornos, e “as autoridades do poder público converteram-se na instância suprema de validação e reconhecimento da produção intelectual” (MICELI, 2001, p. 217).

Para Helena Bonemy (2001), “no Brasil da era Vargas, o dilema da participação dos intelectuais na política teve no ministério Capanema um de seus momentos memoráveis” (BONEMY, 2001, p. 14). Isto porque o Ministério da Educação e Saúde, comandado desde 1934 por Gustavo Capanema, conseguiu mobilizar não somente as “figuras ilustres que haviam se destacado nos movimentos de renovação literária e artística da década de 1920” (MICELI, 2001, p. 218), mas intelectuais de diversas tendências, tornando-se “um novo mecenas para muitos intelectuais” (JOHNSON, 1995, p. 171).

O estudo da relação entre intelectuais e Estado no regime Vargas, e sobretudo no Estado Novo, toca na polêmica da participação/ cooptação dos intelectuais por esse regime. Nesse ponto, concordamos com o alerta de Antonio Candido (2001) de que é preciso distinguir os intelectuais que “servem” dos que “se vendem”, pois o “papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar” (CANDIDO, 2001, p. 73):

o fato é que no processo estão envolvidos os homens, com a sua carne e a sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade “serviu” o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas idéias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos

revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do povo*. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista [...] Outros que nem vale a pena nomear, para poderem repousar com menos infelicidade no seio de Deus, eram pura e simplesmente escribas vendidos, sem alma nem fé (CANDIDO, 2001, p. 74).

De fato, se os intelectuais de modo geral desempenharam “um papel no processo de ‘juntar as pedras’ do Estado nacional” (OLIVEIRA, 1980, p.39), há critérios pertinentes que permitem distinguir os escritores-funcionários dos funcionários-escretores.

Para Sergio Miceli (2001), esses critérios são o volume e a espécie de capital escolar e cultural e as circunstâncias que envolveram a convocação dos intelectuais para o serviço público, por exemplo:

Augusto Meyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade eram escritores-funcionários que mantinham laços de amizade com os políticos estaduais que, em Minas, haviam liderado o movimento revolucionário em 1930, sendo que alguns desses homens políticos se tornaram dirigentes de primeiro escalão no novo regime. Osvaldo Orico, Herman Lima, Peregrino Jr. etc., por sua vez, são funcionários-escretores que iniciaram suas carreiras na capital federal sem contar com o apoio de uma “panela” bem situada que pudesse lhes garantir empregos e oportunidades complementares de ganho. Enquanto os primeiros se transferiram para o Rio de Janeiro a chamado dos chefes políticos do novo regime, os outros eram migrantes sequiosos de encontrar um lugar ao sol (MICELI, 2001, p.231).

Este vislumbre da relação intelectuais/Estado durante o Estado Novo vem aqui em função da análise da crítica machadiana do período – objeto mais imediato desta pesquisa –, visto que tal análise perpassa o fato de, com exceção de Astrojildo Pereira¹¹, os críticos em pauta terem sido funcionários públicos durante o Estado Novo.

Certamente (e retomando o alerta de Antonio Candido [2001] citado acima) não se pretende estabelecer, com isso, nenhuma relação direta ou imediata entre os críticos machadianos e o Estado Novo, o que incorreria na falácia de vislumbrar nesses críticos ideólogos do regime. Mas, se a conjuntura estadonovista

¹¹ A caça aos comunistas acirrada a partir de 1935 afastou Astrojildo Pereira (expulso do Partido Comunista Brasileiro em 1931), que até 1945 trabalhou no comércio de frutas.

não é determinante para o teor da produção crítica, no sentido de se supor uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra, parece haver trânsitos mais ou menos sutis entre os estudos realizados naquele período e a cristalização de uma imagem oficial do escritor [Machado de Assis] (GUIMARÃES, 2008, p. 274).

Necessário, a fim de esclarecer tais trânsitos entre a crítica machadiana e a imagem de Machado de Assis edificada no Estado Novo, é, primeiramente, apresentar os críticos em pauta: sua formação intelectual, posição ideológica, e relações com o Estado.

1.1.1. Lúcia Miguel Pereira

Uma biógrafa com a agudeza crítica de Lúcia Miguel Pereira (1901 - 1959), que empreendeu uma verdadeira cruzada contra os rótulos – que, segundo ela, deformavam Machado de Assis –, não é, certamente, objeto fácil do breve aparte biobibliográfico que ora convém.

A jovem Lúcia Miguel Pereira, formada (do curso primário ao ginásio) pelo Colégio Notre Dame de Sion, no Rio de Janeiro, iniciou sua vida literária ao participar, junto a colegas do antigo colégio, da revista *Elo* (1927-1929).

O movimento católico laico atingiu seu clímax na conjuntura pós 1930, tendo então Alceu Amoroso Lima como diretor do Centro Dom Vital, em torno do qual se organizou a revista *Elo*.

Vale lembrar que Lúcia Miguel Pereira, descrita como uma católica militante (que lecionou para crianças pobres na Missão da Cruz e na escola mantida pelo Colégio Sion), integrou a Reação Católica, movimento que reuniu um numeroso – para a época – grupo de intelectuais, que passaram a interpretar a realidade brasileira. Destaca-se nesse grupo a importante e integral conversão de Alceu Amoroso Lima e outros como Hamilton Nogueira, Augusto Frederico Schmidt, Perilo Gomes e Afrânio Peixoto (CARVALHO, 1987).

João Luiz Lafetá (1974), ao analisar a crítica literária de Alceu Amoroso Lima, parece descrever um ideário comum a esse grupo de intelectuais católicos, que incluiu Lúcia Miguel Pereira:

Pensar o Brasil, descer às raízes da nacionalidade e procurar ali a seiva capaz de fortificar e fazer crescer, detectar o que é “nosso” e afastar todo o perigo de “mimetismo descaracterizador”, são preocupações axiais tanto na atividade de proselitismo religioso e/ ou político como na atividade de crítico literário. Nesse ponto, situa-se Alceu [Amoroso Lima] dentro da conhecida tradição de nossa literatura, que teve sempre como um dos traços principais seu caráter “interessado” e a preocupação com o nacional. Mostra-se também perfeitamente imbuído do espírito modernista de “redescoberta do país”, embora divergindo, por sua posição católica, das múltiplas soluções aventadas pela tropa de choque do movimento – Oswald de Andrade à frente (LAFETÁ, 1974, p. 68).

Conforme observou Randal Johnson (1995), este foi “um período que presenciou o aparecimento de tendências críticas explicitamente alinhadas com ideologias específicas” (JOHNSON, 1995, p. 175). Por outro lado, o campo das resenhas literárias diversificou-se de modo significativo nos anos de 1930 e 1940 “graças a publicações relativamente não-partidárias como o *Boletim de Ariel*, *Dom Casmurro*, *Lanterna Verde*, *Revista Acadêmica*, o suplemento ‘Autores e Livros’ do jornal *A Manhã* e a revista *Clima*” (JOHNSON, 1995, p. 175), algumas das quais receberam contribuições de Lúcia Miguel Pereira.

Em 1933, Lúcia Miguel Pereira estreou como romancista (com *Maria Luísa*, publicado pelo editor Augusto Frederico Schmidt, ligado ao Centro Dom Vital) e publicou o segundo romance, *Em Surdina* (tendo como editores Gastão Cruls e Agripino Grieco). Mas foi com a crítica literária que seu nome ganhou destaque. Segundo Luciana Viégas (1994),

sua militância em jornais e revistas foi regular e numerosa, fazendo de Lúcia uma das referências críticas mais influentes da vida literária brasileira, mesmo antes de ter seu prestígio consolidado pelo lançamento, em 1936, de *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*, o seu admirável ensaio sobre a vida e a obra do escritor carioca (VIÉGAS, 1994, p. xii).

De fato, foi *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico* a obra que consolidou Lúcia Miguel Pereira na crítica literária brasileira do período, valendo-lhe o prêmio literário concedido pela Sociedade Felipe de Oliveira. Note-se que *Estudo crítico e biográfico* foi publicado, da primeira à sexta edição, sob o selo da José Olympio, o que podia indicar o prestígio da autora, visto que

a José Olympio publicou todo romancista hoje considerado canônico e, desse modo, acabou por se constituir numa concentração sem

precedentes e numa centralização de autoridade, entendida esta autoridade como o poder de reconhecimento e, em última instância, de legitimação no campo editorial. Era como se a publicação sob o selo da José Olympio fosse condição sine qua non da consagração (JOHNSON, 1995, p. 173).

A obra crítica de Lúcia Miguel Pereira compreende, ainda, as contribuições em suplementos literários de diversos jornais e revistas (entre eles *Boletim de Ariel*, *Correio da Manhã*, *Estado de S. Paulo* e *Revista do Brasil*), a biografia de Gonçalves Dias (*A Vida de Gonçalves Dias*, de 1943, pela editora José Olympio), a publicação de uma novela esquecida de Machado de Assis (*Casa Velha*, em 1945, pela Livraria Martins) e *Prosa de ficção*, de 1950 (publicado pela José Olympio).

A obra ficcional também prosseguiu, com a publicação de mais dois romances (*Amanhecer*, em 1938 e *Cabra-cega*, em 1954, ambos pela José Olympio) e quatro livros infanto-juvenis (*A Fada Menina*, em 1939; *A Filha do Rio Verde*, em 1943; *A Floresta Mágica*, em 1943; e *Maria e seus bonecos*, em 1954).

Ao descrever o percurso editorial de Lúcia Miguel Pereira é possível entrever os sinais de um acontecimento marcante do período, capaz de afetar a própria definição do trabalho intelectual: o surto editorial dos anos 1930.

A crise mundial e a consequente deterioração do câmbio influíram diretamente na indústria editorial brasileira ao fazer com que os livros nacionais ganhassem competitividade frente aos importados. Lúcia Lippi Oliveira (1980) descreve as modificações por que passou a indústria editorial brasileira depois de 1930:

Casas importadoras – como a Garraux, de São Paulo – deixam de existir. A Companhia Editora Nacional aumenta sua tiragem de 350 mil para dois milhões de exemplares, entre 1931 e 1937. A Livraria Globo, de Porto Alegre, torna-se uma editora de reputação nacional, traduzindo literatura inglesa. Uma livraria pequena, pertencente a Augusto Frederico Schmidt, se transforma em editora e introduz Jorge Amado, Raquel de Queirós, Gilberto Freyre e muitos outros autores novos. Esta editora vem a ser absorvida pela Zélio Valverde; a Editora Ariel, de propriedade de Gastão Cruls e Agripino Grieco, é vendida à Civilização Brasileira, à época o ramo varejista da Editora Nacional. Neste mesmo tempo, a indústria editorial brasileira passa a contar com o editor José Olímpio (OLIVEIRA, 1980, p. 34).

Lúcia Miguel Pereira foi subchefe de gabinete do Secretário Geral de Educação e Cultura da antiga Prefeitura do Distrito Federal, de 1937 a 1939, e Chefe da Biblioteca Central de Educação em 1939. Um curto período, portanto, de funcionalismo público. Conforme recorda Bernardo de Mendonça (1992), “ao

contrário de muitos intelectuais de sua geração que tiveram no emprego público a salvaguarda financeira ou social para o trabalho literário, há registros só de uma rápida passagem na direção da biblioteca estadual” (MENDONÇA, 1992, p. xviii).

A relação de Lúcia Miguel Pereira com o Estado também inclui uma participação no filme *Um apólogo*, produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo em 1936 e refilmado em 1939, em que, além de haver escrito um resumo biográfico sobre Machado de Assis, narrado, como de costume nos filmes do INCE, por Roquette-Pinto, Lúcia Miguel Pereira introduz a narrativa, desempenhando um papel que parece ser o de uma professora na sala de aula. O que não foge, diga-se de passagem, ao estereótipo dos trabalhos socialmente aceitos para a mulher no período: professora, assistente social, bibliotecária, etc.

Observe-se ainda que o período de funcionalismo público de Lúcia Miguel Pereira limita-se, basicamente, ao tempo de solteira, posto que, após o casamento com Otávio Tarquínio de Sousa, em 1940, a crítica só retorna ao serviço público para integrar a Comissão Machado de Assis¹², entre os anos de 1957 e 1959¹³.

Ao apresentar, portanto, a biografia de Lúcia Miguel Pereira, certamente não se pode ignorar o fato de ela ser uma mulher num momento histórico em que se, por um lado, as mulheres conquistavam o direito de voto e mais espaço profissional, ainda existiam, por outro lado, limites à sua atuação.

Segundo Lúcia Helena Vianna (2002), este tempo, que já se insinua nos anos 1930, marca um avanço significativo das mulheres no espaço público. Filiadas a partidos, organizadas em frentes e associações (embora essas organizações distribuíssem-se por um amplo espectro do pensamento, que ia desde o humanitarismo cristão ao comunismo, passando pelo positivismo, pelo socialismo e pelo liberalismo), as mulheres estiveram presentes nas diferentes instâncias de luta revolucionária.

A recusa de rótulos e o esforço dialético que perpassam o trabalho de Lúcia Miguel Pereira alertam-nos para a inadequação de compreender sua obra a partir dos rótulos de intelectual de formação católica, filha de um sanitarista de renome e esposa de Otávio Tarquínio de Sousa, ou, ainda, do rótulo de funcionária do Estado Novo.

¹² Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, criou-se a Comissão Machado de Assis, que reuniu uma equipe de especialistas para a publicação, em edições críticas, da obra de Machado de Assis.

¹³ Lúcia Miguel Pereira e seu marido faleceram em dezembro de 1959, num acidente aéreo.

Ela é, outrossim, tradutora de Proust, romancista, escritora de referência para a crítica literária brasileira e, em especial, para a crítica machadiana. Pois, segundo Hélio de Seixas Guimarães (2008), “muitas das percepções de Lúcia Miguel Pereira continuam válidas e consequentes. Pode-se dizer que ela é fonte e inspiração comum para vários críticos das gerações posteriores, entre eles Antonio Candido, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi” (GUIMARÃES, 2008, p. 283).

1.1.2. Astrojildo Pereira

Nos diversos e importantes ensaios e estudos a respeito de Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965), os signos da modéstia e da discrição são recorrentes. Tal imagem do intelectual afeito ao diálogo e ao questionamento convive com as imagens do revolucionário incansável e do bem humorado companheiro de luta.

O homem que se tornaria um intelectual de relevo sobretudo para a esquerda brasileira “não concluiu sequer o curso ginásial: deixou a escola em 1908, na terceira série, para trabalhar como gráfico no Rio de Janeiro” (NETTO, 1991, p. iii). Inicialmente envolvido na “campanha civilista”¹⁴ de Rui Barbosa, após uma viagem à Europa Astrojildo Pereira optou pela militância anarquista. Porém, no fim da década de 1910, com a crise do anarquismo e a Revolução Russa, aderiu ao bolchevismo, e em 1922 foi o principal articulador da fundação do Partido Comunista do Brasil. No PCB, trabalhou como organizador e publicista, interessado em contribuir para a renovação do pensamento marxista no país. José Paulo Netto (1991) desse modo descreve tal período:

Ao longo desses oito anos – quando assimila o marxismo pelo viés das lentes bolcheviques –, Astrojildo dirige o PCB com métodos democráticos, estimula o livre confronto de idéias e imprime a marca da sua generosidade na vida orgânica do partido (NETTO, 1991, p. ix).

¹⁴ Rui Barbosa, ao perder as eleições presidenciais em 1910, questionou os resultados obtidos por Hermes da Fonseca num longo documento encaminhado ao Congresso Nacional e iniciou a campanha civilista, que sinalizaria o início da reação pública na conquista da legitimidade dos processos eleitorais.

No entanto, nos anos 1930, com uma Internacional Comunista cada vez mais stalinista, o debate e o questionamento que Pereira levava ao PCB já não eram mais bem-vindos, e ele foi expulso do partido. Foi nesse período, após haver sido renegado pelo partido que fundou – tolhido também pela caça aos comunistas empreendida pelo Governo Vargas –, enquanto trabalhava no comércio de frutas¹⁵, que Astrojildo Pereira dedicou-se à análise literária, centrando-se em Machado de Assis¹⁶.

Em 1945, após sua participação no I Congresso Brasileiro de Escritores, Astrojildo Pereira retornou ao PCB, tendo de – em nome da fidelidade ao partido – aceitar o sectarismo com que se dava a luta da esquerda tanto no Brasil como no mundo.

Astrojildo Pereira faleceu em 1965, aos 75 anos, meses após ser libertado da prisão em que a polícia da ditadura militar o interrogara: “São pesquisadores de um novo tipo [disse ele], colocam no xadrez as fontes de informações históricas” (PEREIRA apud KONDER, 1991, p.18).

Sua obra conhecida – pois muitos trabalhos, escritos sob pseudônimos e publicados na imprensa anarquista e comunista estão dispersos – consiste em *URSS, Itália, Brasil*, de 1934, publicada pela editora Alba; *Interpretações*, de 1944, pela Casa do Estudante do Brasil; *Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos*, de 1959, pela São José; *Formação do PCB*, publicado em 1962, pela editora Vitória; e *Crítica Impura*, de 1963, pela Civilização Brasileira.

Postumamente foram publicados *Ensaios históricos e políticos*, em 1979, organizado por Heitor Ferreira Lima, e *Construindo o PCB*, em 1980, com organização de Michel Zaidan Filho.

Somente três dessas obras (*Interpretações*, *Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos* e *Crítica Impura*) são de crítica literária, o que dá ensejo a apontar o relevo intelectual de Astrojildo Pereira também fora da crítica literária (e da crítica machadiana). Segundo José Paulo Netto (1991), havia “um consenso acerca

15 A integridade intelectual de Astrojildo Pereira lhe rendeu elogios como os de Graciliano Ramos e Manuel Bandeira (apud FEIJÓ, 1990): “Homem de pensamento e ação, Astrojildo Pereira tem imensa dignidade. Os seus anos de vacas magras não foram sete, como os do sonho de José, mas três vezes sete. Durante esse tempo, quando muitos intelectuais se vendiam, Astrojildo, para agüentar-se na vida, preferiu vender frutas numa quitanda” Graciliano Ramos; “Bananeiras – Astrojildo esbofa-se – / Plantaia-as às centenas, às mil: / Musa Paradisiaca, a única / Que dá dinheiro neste Brasil” Manuel Bandeira.

16 Vale lembrar que Astrojildo Pereira, ainda muito jovem, visitou Machado de Assis moribundo, visita que se tornou célebre e foi descrita por jornais da época como uma cena comovente, do jovem que beijou as mãos do mestre.

da significação dos seus escritos [de Astrojildo Pereira]” (NETTO, 1991, p. i). Consenso partilhado por intelectuais os mais diversos, como Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Manuel Bandeira, Otto Maria Carpeaux, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, recorda a participação de Pereira nas reuniões em torno da Livraria José Olympio:

o rumo social que a literatura brasileira tomou durante esse período só pode ser entendido em termos da interação entre intelectuais e artistas que se juntavam diariamente na Livraria José Olympio: Graciliano Ramos, Cândido Portinari, José Lins do Rego, Astrojildo Pereira, Amando Fontes, Gilberto Freyre e muitos outros (ANDRADE apud JOHNSON, 1995, p. 173).

A análise literária de Astrojildo Pereira caracteriza-se por vincular o desenvolvimento da cultura ao seu contexto social, articulando cultura e sociedade. Como marxista (com toda a imprecisão conceitual que isso significava naquele momento¹⁷) e profundo admirador de Machado de Assis, Pereira realizou uma análise literária que vinculava a literatura de Machado de Assis à sociedade brasileira.

Essa linha interpretativa de abordagem sociológica da arte, no caso de Astrojildo Pereira, pressupunha a teoria marxista como base da interpretação. Mas isso não é explicitado em suas análises literárias, a não ser pelas circunstanciais citações de Marx, Engels e Stalin.

Leandro Konder (1991) do seguinte modo descreveu o crítico: “Astrojildo nunca pôde desenvolver uma concepção especificamente estética a partir do marxismo: em geral, limitou-se a empregar as ideias de Marx no âmbito limitado de uma sociologia da literatura” (KONDER, 1991, p. 17).

¹⁷ Segundo Leandro Konder (1985), “o pensamento de Marx – tal como foi trazido para o Brasil e assimilado pelo nascente marxismo brasileiro – sofreu a perda de sua dimensão dialética; essa perda foi determinada por fatores ligados à história do socialismo como movimento mundial em conjugação com fatores característicos da vida social e cultural do nosso país” (KONDER, 1985, p. 45). Além disso, “embora chegasse a essa sociedade de uma certa forma, codificado nos textos originais ou parciais, o uso real da obra de Marx compunha-se de uma fração do sentido original da obra de Marx” (COSTA, 1995, p. 57). Em estudo da dimensão dialética da crítica literária de Astrojildo Pereira, essa questão foi abordada. Cf. FERREIRA, Gabriela Manduca. “Questão de meio e de tempo”: a dialética na crítica machadiana de Astrojildo Pereira. *Machado de Assis em linha: revista eletrônica*, Rio de Janeiro, jun.2009, n. 03. Disponível em: machadodeassis.net/revista/numero03.

A propósito de Astrojildo Pereira, cabe observar que nesse período, dado o crescimento numérico do proletariado e a solidificação dos laços políticos e ideológicos que perpassam seu conjunto, o comunismo tornou-se o arquirrival do Estado. E o anticomunismo, portanto, uma das mais ferrenhas armas ideológicas deste.

Nesse contexto, parece claro que o convite de Vargas à participação dos intelectuais no Estado Novo não se estendia àqueles intelectuais com evidente militância comunista, como Astrojildo Pereira. A esses restava a repressão, a marginalização e a sobrevivência por meio do... comércio de frutas, por exemplo.

Note-se que as poucas publicações em livro de Astrojildo Pereira (somente duas obras nas décadas de 1930 e 1940) e a pouca expressão das editoras que as publicaram permitem indicar o quanto um intelectual comunista estava à margem tanto do sistema editorial quanto dos quadros institucionais do funcionalismo público. Daí a importância de lembrar que “através de uma política dupla de repressão e de cooptação, Getúlio Vargas conseguiu neutralizar ou marginalizar a oposição” (JOHNSON, 1995, p. 177).

1.1.3. Augusto Meyer

Augusto Meyer (1902- 1970) foi fundamentalmente um escritor. Descrito por João Alexandre Barbosa (2002) como um ensaísta que “acentua a definição do crítico como um escritor para o qual a leitura é o elemento de deflagração da própria escrita” (BARBOSA, 2002, p. 15), Meyer abandonou os estudos regulares feitos em sua cidade natal, Porto Alegre (RS), para estudar línguas e literatura e dedicar-se a escrever.

De fato escreveu: colaborou com poemas e ensaios críticos em diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*; publicou em apenas um decênio (entre 1920 e 1930) seis livros de poesia (*Ilusão querida*, *Coração verde*, *Giraluz*, *Duas orações*, *Poemas de Bilu* e *Sorriso interior*, a maioria editada sob o selo da Globo); fundou, em 1926, com Teodomiro Tostes, Azevedo Cavalcante, João Santana e Miranda Neto, a revista *Madrugada*; e foi o

primeiro crítico do grupo ora estudado a publicar um livro sobre Machado de Assis¹⁸, em 1935, também pela Globo.

Sua obra crítica compreende, ainda, os livros de ensaios *À sombra da estante*, de 1947, editado pela José Olympio; *Preto e Branco*, de 1956; *Camões, o bruxo e Outros estudos*, de 1958; e *A forma secreta*, 1965. Além do volume *Machado de Assis 1935-1958*, que pretendeu coligar a Machadiana completa de Augusto Meyer.

Vale lembrar que “os anos [19]30 assistiram ao aparecimento ou ao crescimento de importantes firmas editoriais tais como Ariel, Schmidt, Companhia Editora Nacional, José Olympio e Globo” (JOHNSON, 1995, p. 172), sendo a Globo a principal editora a publicar a obra de Augusto Meyer, que acompanhou e se beneficiou da expansão a âmbito nacional da editora.

Já com as primeiras obras poéticas Meyer alcançou renome nacional. Recebeu o Prêmio Felipe de Oliveira em 1947 e o Prêmio Machado de Assis, em 1948, pelo conjunto da obra. Em 1960 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Augusto Meyer fez parte do modernismo gaúcho, completando, com Raul Bopp e Mário Quintana, a tríade modernista do Rio Grande do Sul. Para Suely Braga Silva (1992), o movimento modernista de 1922 encontrou em Meyer “um adepto de primeira hora” (SILVA, 1992, p. 46).

As conquistas modernistas também se revelaram, segundo Barbosa (2002), na prosa ensaística de Augusto Meyer, com o aproveitamento das formas coloquiais de expressão e a articulação de “uma intuição original para detalhes de composição da obra” (BARBOSA, 2002, p. 14). Em seus ensaios, Meyer soube “enriquecer a linguagem crítica pela criação de metáforas capazes de, num átimo, operar o curto-circuito essencial na apreensão de caracteres de autores ou obras” (BARBOSA, 2002, p. 14).

Augusto Meyer “ao mesmo tempo que firma sua reputação por meio das colaborações literárias que publica na imprensa de Porto Alegre, aproxima-se do grupo de letrados e políticos que se reuniam defronte à Livraria do Globo” (MICELI, 2001, p.235). Mas não era somente entre criação literária e crítica literária que Meyer precisava equilibrar as conquistas modernistas; ele tinha de compatibilizar

¹⁸ Importantes estudos machadianos de Augusto Meyer, como “Os galos vão cantar”, já haviam sido publicados em periódicos.

seu trabalho intelectual com os encargos como funcionário público, uma vez que o crítico ocupou o posto de diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, de 1930 a 1936.

Em fins de 1937, com o nome já consagrado na literatura gaúcha como poeta, ensaísta e crítico literário, Augusto Meyer recebeu o convite, feito pelo próprio mentor da instituição, o ministro Gustavo Capanema, para assumir, no Rio de Janeiro, a direção do Instituto Nacional do Livro (SILVA, 1992).

João Luiz Lafetá (1974), ao analisar o dilema arte / participação em Mário de Andrade, reconhece que “todos os modernistas, de esquerda e direita, demonstraram de uma forma ou de outra tais preocupações durante o decênio de 30” (LAFETÁ, 1974, p. 146). Para Lafetá (1974), Mário de Andrade fez o esforço mais bem-sucedido para ajustar numa posição coerente os dois projetos do Modernismo: “a renovação dos procedimentos literários e a redescoberta do país, a linguagem da vanguarda e a formação de uma literatura nacional” (LAFETÁ, 1974, p. 115). O que não significa que não houvesse “tensão entre sua sensibilidade de artista, cômico das exigências da escritura, e seus impulsos de intelectual à procura do melhor desempenho no papel de formador da nacionalidade e/ ou no trabalho de construção social” (LAFETÁ, 1974, p. 116).

Diante dessa tensão, que, conforme atesta Lafetá (1974), afetou “todos os modernistas” (LAFETÁ, 1974, p. 146), a questão que ora nos interessa é apreender de que maneira Augusto Meyer compatibilizou as atribuições do cargo de diretor do INL (e a grande influência e responsabilidade que o cargo lhe dava sobre as comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis) e sua crítica machadiana, praticada com constância por quase trinta anos.

Destaque-se que Augusto Meyer foi, entre os críticos objeto da presente pesquisa, aquele a ocupar o posto mais influente na comemoração do centenário de Machado de Assis (em 1939), desempenhando a função de diretor do Instituto Nacional do Livro por cerca de trinta anos. Nessa função, Meyer foi responsável, no centenário de nascimento de Machado de Assis, por uma das principais homenagens nacionais dedicadas ao escritor: organizou a *Exposição Machado de Assis*, realizada na Biblioteca Nacional e inaugurada pelo próprio Getúlio Vargas, evento que significou um avanço principalmente para os estudos biográficos de

Machado de Assis, graças aos vários e importantes documentos, muitos deles inéditos, que reuniu.

Na crítica literária (e, mais especificamente, na crítica machadiana), por outro lado, vivenciando, mais uma vez, a tensão entre os encargos como diretor do INL e o trabalho intelectual, Augusto Meyer adota uma postura crítica que se distancia do biografismo e, em alguma medida, também do nacionalismo que outros importantes críticos machadianos praticavam no período, aproximando-se cada vez mais de uma leitura imanentista da obra.

Já os primeiros artigos sobre Machado de Assis publicados por Augusto Meyer, entre eles “Os galos vão cantar”, abordavam “a idéia da continuidade da obra e de sua leitura para além da morte física do autor” (BARBOSA, 2002, p.15), indicando a atenção que Meyer dispensaria, em sua análise, ao Autor, e não ao homem. Mais tarde, em ensaio de 1947, Meyer persegue a tese de que o escritor, “no ato de escrever, já não é o homem, produto moral e social de todos os dias, mas uma libertação e às vezes uma superação de si mesmo” (MEYER, 1958, p. 110).

Ademais, Meyer distancia-se criticamente tanto da postura adotada pelo Estado no tratamento de Machado de Assis como da postura crítica em voga no período, por ter sido, dos críticos machadianos em questão, aquele a investir mais fortemente no caráter negativista da obra de Machado de Assis. Adotando como interlocutor Alcides Maya, crítico com atuação importante na década de 1910, Augusto Meyer aprofundou a investigação do caráter perverso e demoníaco do Autor Machado de Assis.

A imagem da máscara, fundamental na crítica de Augusto Meyer, relaciona-se com a concepção da pluralidade do humano e do caráter histriônico do homem. Para Meyer, junto da imagem da máscara estaria “a idéia de um mascaramento que possibilita a irrupção do demônio interior” (GUIMARÃES, 2008, p. 284), isto é, sob a máscara de seus personagens, estaria o autor Machado de Assis. Em “O Delírio”, por exemplo, para Meyer “quem delira, e delira conscientemente, é Machado de Assis, fascinado pelo seu terror cósmico, descrevendo-o sob a máscara de Brás Cubas” (MEYER, 1958, p. 31).

Meyer argumenta que “Machado de Assis não pode ‘sair de si mesmo’ porque só sabe ironizar” (MEYER, 1958, p. 82). O escritor teria o “vício gostoso da ironia”

(MEYER, 1958, p. 81), um modo de irrupção, por meio da obra, do demônio interior, que não apareceria em homenagens como a *Exposição Machado de Assis*:

É assim que ele chega a ser, à luz da ironia, a personagem mais interessante de sua obra: Machado de Assis, um velhote meticuloso, funcionário exemplar, bom marido, tímido, muito discreto, animal de hábitos moderados mas que também tem a sua cachaça: faz ironia (MEYER, 1958, p. 83).

Com isso, Meyer tornou-se o crítico a realizar uma das mais corrosivas leituras da obra machadiana. Ao investir no reverso do medalhão então em forja pelo Estado Novo, naquilo que havia por debaixo da figura apaziguada de Machado de Assis, o estudo crítico de Augusto Meyer acabou por tornar-se um antídoto ao medalhão que o funcionário Augusto Meyer de alguma maneira ajudou a construir.

1.1.4. Eugênio Gomes

O baiano de Ipirá teve como estudos formais o curso secundário incompleto e estreou literariamente “com o inevitável livro de poesia com que se lançavam todos os novos” (LAFETÁ, 1974, p. 30) – a obra *Moema*, filiada ao Movimento Modernista da Bahia, em 1928. Eugênio Gomes advém, portanto, do chamado *tradicionalismo dinâmico*, grupo “manifestadamente favorável a um modernismo pautado em renovação aliada ao retorno a elementos do passado para a revitalização da literatura brasileira” (VALENTE, 2009, p. 21).

Mas foi como ensaísta que Eugênio Gomes (1897 – 1972) alcançou projeção nacional, com a obra *D. H. Lawrence e Outros*, de 1937, publicada pela Livraria do Globo. Monalisa Valente (2009) descreve o reconhecimento que Eugênio Gomes obteve durante sua trajetória:

aclamado em sua região desde o início de carreira, recebendo a primazia de escrever o primeiro livro modernista publicado no Estado da Bahia; respeitado no Rio de Janeiro, onde estabelecera residência a partir de 1939; reconhecido no Rio Grande do Sul, sob o estímulo do amigo Érico Veríssimo, e vítima da pena vibrátil e erudita de críticos como Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Sérgio Milliet (VALENTE, 2009, p. 30).

Em 1939 Gomes publicou o primeiro de uma longa lista de estudos sobre Machado de Assis: *Influências inglesas em Machado de Assis*, definido pelo autor como uma “plaquette”, por ocasião do centenário do criador de *Brás Cubas*” (GOMES, 1958, p. 07). Dez anos mais tarde, esse e outros estudos, não somente machadianos, foram reunidos em *Espelho contra espelho*, editado pela Progresso Editorial. O vencedor do *Prêmio Machado de Assis*, em 1950, também publicou os livros de ensaios: *O Romancista e o ventríloquo*, de 1952; *Prata de casa*, de 1953; *Machado de Assis*, de 1958; e *Shakespeare no Brasil*, de 1961.

Além de crítico literário, Eugênio Gomes foi funcionário público durante um longo período. Inicialmente, durante o Estado Novo, dirigiu o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, na Bahia até 1940 e no Rio de Janeiro até 1946.

Secretário no gabinete do ministro Clemente Mariani de 1946 a 1950, Eugênio Gomes ocupou, de 1951 a 1956, o posto mais alto de sua carreira como funcionário público (e o primeiro cargo diretamente relacionado ao seu trabalho intelectual): diretor da Biblioteca Nacional. Mais tarde, integrou a Comissão Machado de Assis – criada em 1958 e encarregada pelo governo federal da edição crítica das obras de Machado de Assis – e dirigiu o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, de 1960 a 1964.

Já ficou dito o quanto a participação dos intelectuais na construção nacional foi esperada e requerida a partir dos anos 1930; também já dissemos que o exercício do funcionalismo público, por si só, não significa participação política.

Nesse sentido, a postura de Eugênio Gomes, silenciosa quanto a seu exercício intelectual, chegou a despertar críticas de seus coetâneos, que o acusavam de não envolvimento nos rumos sociais e políticos do Brasil (VALENTE, 2009). Eugênio Gomes defendia, em resposta, que a crítica literária deve trabalhar com a categoria de obra literária autônoma e, portanto, deve isentar-se de caminhos alheios a ela. Daí a adoção por Gomes de métodos que o afastassem, em princípio, dos embates políticos, como o *New Criticism*.

O principal ensaio machadiano de Eugênio Gomes, *Influências inglesas em Machado de Assis*, constitui um exame das fontes de Machado de Assis, estudo que o autor considera “indispensável a uma compreensão melhor de sua obra e, mesmo, do enigma Machado de Assis em sua literatura” (GOMES, 1949, p. 07). *Influências*

inglesas apresenta fortemente as ideias de “cópia” e “imitação” e questiona em que medida a literatura brasileira seria “influenciada” pelas literaturas chamadas centrais.

A tese de Eugênio Gomes nesse ensaio – de que Machado de Assis “recebeu impressões e o influxo, direta ou indiretamente, com maior ou menor intensidade, de Shakespeare, Swift, Fielding, Sterne, Lamb, Thackeray e Dickens” (GOMES, 1949, p. 14) – desagradou alguns críticos, que viram nesse estudo sobre fontes e influências uma relação de dependência frente à Europa.

Talvez pelo desagrado que Eugênio Gomes despertou em outros intelectuais nos anos 1930 e 1940 – ao defender uma crítica isenta de participação e realizar estudos que investigavam influências estrangeiras em autores nacionais – e também por causa de uma produção crítica machadiana menos constante e numerosa que a dos demais críticos ora abordados, Eugênio Gomes tenha, no centenário de nascimento de Machado de Assis (1939), desempenhado um papel menos significativo e obtido menos reconhecimento, como estudioso de Machado de Assis, que Augusto Meyer e Lúcia Miguel Pereira, que àquela altura já eram referência nos estudos machadianos.

Já em seu primeiro ensaio machadiano (*Influências inglesas*), de 1939, Eugênio Gomes aponta para a compreensão, reforçada em estudos posteriores, de que as apropriações em Machado de Assis não constituem meramente cópias. Para tanto, o crítico ocupa-se em analisar não apenas as semelhanças, mas também as diferenças que Machado de Assis guarda em relação aos seus “inspiradores” ingleses, usando expressões como “adaptação” (GOMES, 1949, p.12) e “transplantação” (GOMES, 1949, p. 57) a fim de caracterizar os procedimentos de apropriação realizados pelo escritor brasileiro.

É preciso observar que Eugênio Gomes era um crítico literário empenhado em aliar a renovação modernista aos elementos do passado. Diante disso, era de se esperar que, em sua tentativa de revitalização da literatura brasileira numa conjugação de futuro e passado, Machado de Assis fosse contemplado como objeto crítico. Na contramão, contudo, dos grandes críticos machadianos do período (inclusive dos comparatistas, como Augusto Meyer), Eugênio Gomes voltou seu estudo machadiano para o passado, atrelando o escritor a autores estrangeiros (em pleno momento de crítica aos modelos estrangeiros) e autores dos séculos XVIII e XIX.

2. RECEPÇÃO CRÍTICA DE MACHADO DE ASSIS DURANTE O ESTADO NOVO

Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes tiveram o ímpeto de conhecer Machado de Assis, de realizar uma leitura “de profundidade” (MERQUIOR, 1998, p. 33), o que os levou a desfazer verdadeiras cristalizações e a tocar pontos nevrálgicos da obra machadiana.

Ao mesmo tempo, a crítica desse grupo coincidiu, sustentou ou desafiou uma nova cristalização: a de um Machado de Assis que durante o Estado Novo foi transformado em patrimônio cultural brasileiro. Vejamos quais características, tanto biográficas como da obra machadiana, foram exploradas criticamente por esse grupo.

2.1. A biografia de Machado de Assis

A vida de Machado de Assis desde há muito é tema largamente explorado. Se para seus contemporâneos ressaltava em Machado a sisudez, a parcimônia, quando do centenário de seu nascimento – não somente outra época, mas outra ordem social – outros valores se levantam.

No processo de patrimonialização de Machado de Assis no Estado Novo, novos rótulos passaram a integrar o conjunto de características machadianas. Isto é, biografemas machadianos foram formulados ou particularmente explorados pela crítica nesse período, contribuindo para edificar a imagem de um Machado de Assis exemplar, autodidata, trabalhador, epilético e mulato.

2.1.1. Machado de Assis autodidata e trabalhador

O ideário burguês, amplamente baseado na doutrina liberal, tem como seus princípios básicos o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Sabe-se, contudo, que, além desses supostos não serem de fato concretizáveis nem mesmo numa sociedade capitalista modelar, no Brasil

oitocentista esses valores liberais sofreram uma adequação à ordem patriarcal vigente (SCHWARZ, 1992). Um suposto como o da igualdade, por exemplo, tornava-se difícil de ser validado num contexto em que grande parte da população era subjugada pela escravidão. Pelo mesmo motivo, o individualismo não poderia encontrar reflexos no cotidiano brasileiro. Assim, os valores patriarcais do clientelismo e do patriarcalismo coadunaram-se aos postulados burgueses de burocracia, universalidade das leis e mérito.

Por ora, interessa-nos que a doutrina liberal “repudia qualquer privilégio decorrente do nascimento e sustenta que o trabalho e o talento são os instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas” (CUNHA, 1980, p. 31). Aí estão as origens ideológicas do papel social atribuído à educação para a construção do progresso tanto individual quanto geral. Segundo Luis Antonio Cunha (1980), a educação liberal pretendia

contribuir para a justiça social, levando a sociedade a ser hierarquizada com base no mérito individual. Donde se conclui que a ascensão ou descensão social do indivíduo estará condicionada à sua educação, ao seu nível de instrução, e não mais ao nascimento e à fortuna que dispõe (CUNHA, 1980, p.35).

Inspirado na corrente liberal orientada para a abertura das oportunidades sociais (Rousseau, Diderot, Condorcet e Lepelletier), nos anos 1900, o norte-americano John Dewey apresentou a denominada “pedagogia da escola nova”, um modelo de escola que se destinava à reconstrução da sociedade.

O pensamento de Dewey foi trazido para o Brasil por Anísio Teixeira, que “trabalhou intensamente dentro do Estado para que ele assumisse a tarefa de reconstrução social, utilizando para isso a escola pública, obrigatória e gratuita” (CUNHA, 1980, p. 49).

Nos anos de 1920, o movimento do escolanovismo difundiu-se no Brasil, concretizando-se em projetos de reforma – uma série de reformas no ensino em busca de uma renovação pedagógica que propiciasse ao indivíduo condições de ascensão econômica através da educação – e promovendo uma polarização entre a “escola nova” e a “escola tradicional” (de caráter confessional).

Apesar do caráter antiliberal da “nova” sociedade burguesa erigida a partir de 1930 no Brasil, continuou-se a propagar um ideário baseado na premissa de que cada indivíduo tem de ascender e garantir seu lugar na hierarquia social, de acordo

com seus esforços individuais. Por esse motivo, projetos como a erradicação do analfabetismo, a expansão da oferta de vagas nas escolas, a assistência aos estudantes e a educação para o trabalho, mais do que mantidos, foram valorizados durante o Estado Novo, revelando a educação como “a via salvadora, pois através dela poder-se-iam criar os verdadeiros cidadãos” (CISNEIROS apud OLIVEIRA, 1980, p. 45).

Nesse contexto, a biografia de Machado de Assis foi tomada como um exemplo de ascensão pelo estudo, daí a valorização do autodidata, do jovem que teve de “lutar contra a inferioridade da educação” (PEREIRA, 1988, p.25).

É preciso notar que, tendo em vista a precariedade da educação pública no século XIX, enquanto pobre, para tornar-se escritor, ou simplesmente para ascender socialmente, Machado de Assis só poderia contar com os favores alheios e seu autodidatismo. Destacar isso, no contexto de ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas do Estado Novo, significava afirmar que sacrifícios como o de Machado já não eram mais necessários.

Lúcia Miguel Pereira, no percurso que constrói para Machado de Assis, descreve um menino desde sempre afeito ao estudo, que aprendeu as primeiras letras com a madrastra Maria Inês, estudou na escola pública – “Sombria escola de antigamente, com a palmatória à mostra. A Joaquim Maria não deve ter sido nunca necessário aplicá-la” [PEREIRA, 1988, p. 39] –, começou a escrever adolescente, “quando não tivera tempo nem meios de aprender bem a língua” (PEREIRA, 1988, p. 289), aprendeu francês com um padeiro e manifestou sempre uma “insaciável curiosidade intelectual, que o levaria, já se abeirando dos setenta anos, e da morte, a aprender grego” (PEREIRA, 1988, p. 40).

O biógrafo de via psicanalítica Teixeira Soares assim o valorizou, em 1936:

Sem meios de fortuna e, além disso, com a pobreza da sua origem, alevantando-se sempre superior às dores e às afrontas, doendo-se no mais sensível da sua alma, mas ocultando o sofrimento, Machado de Assis conseguiu sair da zona dos tormentos para uma região de relativa tranquilidade, *mercê de uma vontade tenaz e de um autodidatismo maravilhoso* (SOARES, 1936, p.18, grifo nosso).

E, embora a interpretação biográfica não fosse o cerne da crítica machadiana de Astrojildo Pereira, o crítico, pelo viés comunista, não deixou de apresentar a vida de Machado de Assis como exemplar:

A vida de Machado é, sobretudo, uma lição. Uma lição para o proletariado, para o homem do povo em geral, pois demonstra que o pensamento, a literatura e a arte não são um “dom natural” dos bem-nascidos, mas um direito de todos os homens livres, de todos aqueles que sabem que só há horizontes fechados quando se foge à luta e que a cultura terá de ser, não uma concessão às massas, mas uma conquista das massas, uma vitória dos ideais de liberdade (PEREIRA, 1991, p.226).

A exemplaridade apontada na vida de Machado de Assis também se deve ao movimento ascensional que teria descrito por meio do trabalho, consolidando a figura do escritor como exemplo de ascensão pelo mérito e pelo trabalho, imagem eivada do ideal meritocrático caro ao Estado Novo.

Lembre-se que o Estado, nos anos 1930 e 1940, realizou uma política pública voltada aos operários, estruturando-se uma ideologia política de valorização do trabalho e “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. Conforme ficou dito, no grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, estava em questão a identidade do trabalhador, “a construção de um homem novo para um Estado que se pretendia novo” (BONEMY, 1999, p.151).

Buscava-se a redefinição de papéis sociais dos quais se incumbiriam as forças produtivas e, para tanto, uma ampla gama de intelectuais e técnicos intervieram em diversos aspectos da vida social, engendrando e difundindo um novo código de conduta cujo alvo era o trabalhador, isto é, a conformação do bom trabalhador, do operário-padrão, disciplinado e ordeiro. Vide o programa radiofônico *Hora do Brasil*, que, “desde 1942, se iniciava todas as noites com a famosa frase ‘trabalhadores do Brasil...’” (ALMEIDA JÚNIOR, 1991, p. 233).

Que Machado de Assis tivesse realizado uma ascensão social já era algo apontado desde seus contemporâneos. Um resenhista de *Ressurreição*, primeiro romance machadiano, assinando sob o pseudônimo de Dr. Fausto, afirmou, em 1872, que Machado de Assis “fez da obscuridade da sua origem o melhor título da sua grandeza atual” (apud GUIMARÃES, 2004, p. 311).

Também a caracterização do escritor como um burocrata diligente figura entre os primeiros resumos biográficos publicados após a morte de Machado de Assis.

Mário de Alencar, por exemplo, em *Páginas de Saudade*, descreve-o como um “funcionário público exemplar” (ALENCAR, 2008, p. 330):

Ele era um delicado, a discrição em pessoa, a reserva exagerada; e não sei como resistiu tantos anos ao sentimento de repugnância de meio tão adverso ao seu temperamento. Imagino o que não teria passado na sua vida de funcionário público exemplar. Contava Artur Azevedo que uma vez um interessado em negócio da Secretaria da Indústria procurara Machado de Assis para falar sobre o respectivo papel, pendente de sua informação. Machado de Assis disse-lhe o que julgava e que era contrário à petição; a pessoa insistiu e, não se conformando à replica, discorreu sobre o assunto. Machado de Assis ouviu-o calado e atento e ao cabo ergueu-se, convidou-o a sentar-se à secretária e, quando o viu sentado, delicadamente lhe disse: – O Sr. diretor tenha a bondade de lavrar o parecer. Só então o pretendente deu pela sua inconveniência e abalou (ALENCAR, 2008, p. 330).

E, no auge da participação/cooptação de intelectuais no Estado, durante o Estado Novo, Machado de Assis era lembrado, por Carlos Drummond de Andrade, como um “escritor-funcionário” primordial:

A organização burocrática situa-o e protege-o, melancoliza-o e inspira-o. Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. Nossa figura máxima, aquela que podemos mostrar ao mundo [...] foi um diretor geral de contabilidade do Ministério da Viação, Machado de Assis. Mas seriam páginas e páginas de nomes atestando o que as letras devem à burocracia, e como estas se engrandecem com as letras [...] Há que contar com elas, para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens [...] o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado (ANDRADE apud MICELI, 2001, p.196).

A inflexão ocorre na crítica dos anos 1930 e 1940, que passou a associar a figura do “burocrata irrepreensível” (GOMES, 1959, p.63) à do trabalhador nacional (espécie de operário padrão). Desse modo, reconhecer os méritos de Machado de Assis incluiu também, por parte de críticos do período, a caracterização do escritor como um trabalhador.

O terceiro capítulo do *Estudo crítico e biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira, não casualmente leva o título de “O operário” (PEREIRA, 1988, p.45). Afora esse capítulo em que a autora pretende aludir aos primeiros empregos de Machado

(baleiro, tipógrafo) – o jovem que “tinha, isso sim, o pão de cada dia a ganhar duramente” (PEREIRA, 1988, p. 59) –, o termo qualifica o trabalhador incansável, dedicado e responsável, tanto o funcionário público exemplar, diligente e cumpridor das regras como o escritor cuidadoso: “não saberia viver sem trabalhar quem outra coisa não fizera a vida toda” (PEREIRA, 1988, p. 271).

A insistência na caracterização de um Machado de Assis operário está presente também no filme *Um apólogo*, baseado no conto machadiano. O filme teve uma primeira versão em 1936 e uma versão definitiva realizada “para as comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis” (SCHVARZMAN, 2004, p. 214) em 1939, procurando “seguir o calendário das efemérides nacionais” (SCHVARZMAN, 2004, p. 214).

O filme *Um apólogo* traz uma introdução biográfica escrita por Lúcia Miguel Pereira que parece bastante representativa da imagem de Machado de Assis que o Estado Novo empenhava-se em forjar. Nela o pai de Machado de Assis é descrito como um “operário pintor de casas”, e os trabalhos do escritor (baleiro, tipógrafo...) são enumerados. A segunda parte do filme, ficcional, guarda a ideia de que há na obra de Machado de Assis uma moral, um conjunto de ensinamentos a ser transmitido ao público escolar.

A partir de 1937, sob a direção de Humberto Mauro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo realizou a produção em massa de filmes educativos. Ana Cristina César (1999) analisou os filmes sobre autores nacionais (Machado de Assis, Euclides da Cunha, Vicente de Carvalho, Martins Pena, Castro Alves e Ruy Barbosa) produzidos nesse período e observou: “mais do que surto, esses primeiros filmes configuram um grupo, revelam uma uniformidade, se integram a uma ofensiva no campo da educação escolar e da cultura” (CESAR, 1999, p. 16).

Para a autora, uma constante nesses filmes é o fato de, “entremeando as biografias e exaltações, [estar sempre] o elogio cívico da ‘Nação Brasileira’” (CESAR, 1999, p. 28). De fato, o que ressalta de *Um apólogo* é a afirmação da exemplaridade de Machado de Assis, como escritor brasileiro que descreveu, pelo trabalho, a ascensão social.

Astrojildo Pereira procura aproximar Machado de Assis do operariado, caracterizando o escritor como um trabalhador: “Machado de Assis foi sempre um grande trabalhador. Sua obra foi de meio século de trabalho” (PEREIRA, 1991, p.

175). Há, deste modo, uma tentativa de valorização da trajetória pessoal de Machado de Assis como exemplar para os trabalhadores que tangencia o ideário meritocrático fortemente propagado no período: “Nascido de pais humildes, órfão desde cedo, menino afeito ao trabalho, *fez-se pelas próprias mãos* o maior escritor brasileiro” (PEREIRA, 1991, p. 13, grifo nosso).

Também em Eugênio Gomes observa-se – ainda que com menos força que em Lúcia Miguel Pereira e Astrojildo Pereira – a caracterização de Machado de Assis como um trabalhador. Pois, se “o talento fê-lo galgar a escala social” (GOMES, 1959, p. 63), foi o talento de um Machado de Assis “curvado sobre a banca, a emendar e retocar os seus textos, no afã beneditino de aperfeiçoamento artístico” (GOMES, 1949, p. 103) ¹⁹.

Note-se que o empenho em caracterizar Machado de Assis como um trabalhador levou ao esgarçamento do próprio conceito de trabalhador, que, na crítica em questão, remete: às profissões de Machado antes de tornar-se escritor; ao funcionalismo público que Machado de Assis teria exercido com dedicação; e ao trabalho intelectual e artístico do escritor que retocava seus textos incansavelmente.

2.1.2. Machado de Assis mulato e epiléptico

Na análise dos estudos biográficos de Machado de Assis nas décadas de 1930 e 1940, uma obra merece destaque: *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico*, a obra que consolidou Lúcia Miguel Pereira na crítica literária brasileira do período.

Se, no parco mercado editorial brasileiro²⁰, o número de reedições de uma obra puder indicar sua repercussão e “sucesso”, é significativo dizer que *Machado*

¹⁹ É preciso recordar que se trata de uma construção crítica. A inexistência de qualquer registro documental que sustente, por exemplo, essas colocações de Astrojildo Pereira (“fez-se pelas próprias mãos”) e Eugênio Gomes (“curvado sobre a banca ...”), e o fato de se saber muito pouco sobre a trajetória de Machado de Assis até os dezesseis anos, permite aventar a hipótese de que o escritor tenha recebido ajudas importantes, da família São Mamede, por exemplo, ou mesmo dos pais, que podem ter sido menos pobres do que se costuma afirmar.

²⁰ Pois, segundo Hélio de Seixas Guimarães (2004), “as pequenas tiragens, a lentidão do consumo dos livros e as limitações do público leitor não são, no Brasil, exclusividade do século 19 e, em proporções diferentes, mantém-se ainda hoje” (GUIMARÃES, 2004, p. 67).

de Assis: *Estudo crítico e biográfico* teve seis edições: 1936, 1939, 1946, 1949, 1955 e 1988.

Basta comparar esse dado com o número de publicações de outros importantes críticos machadianos do período para alcançarmos a relevância dessa obra de Lúcia Miguel Pereira em meio à crítica machadiana: Augusto Meyer, o primeiro crítico do grupo em questão a publicar um livro sobre Machado de Assis, em 1935, teve reedição em 1952 e sua Machadiana coligida em 1958, no volume *Machado de Assis 1935-1958*; Astrojildo Pereira só teve seus artigos sobre Machado de Assis reunidos em livro em 1959, em *Machado de Assis. Ensaio e apontamentos avulsos*, com reedição em 1991 e 2010; o estudo de Eugênio Gomes *Influências inglesas em Machado de Assis*, de 1939, esperou dez anos para ser ampliado e republicado, no livro *Espelho contra espelho* (1949), e a obra que reuniu a crítica machadiana de Eugênio Gomes, *Machado de Assis*, somente foi publicada em 1958.

No prefácio da 2ª edição (1939) de *Estudo crítico e biográfico* escrevia Lúcia Miguel Pereira: “teve este livro repercussão inesperada, exigindo uma segunda edição, que, saindo no ano do centenário do grande escritor, assume um sentido de comemoração, de homenagem” (PEREIRA, 1988, p. 15). A repercussão da 1ª edição já havia sido grande, e o *Estudo crítico e biográfico* tornara-se uma obra de referência para as comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis, o que exigiu sua reedição em 1939.

A homenagem de Lúcia Miguel Pereira, todavia, não se deu no tom laudatório de costume²¹; pelo contrário, nessa biografia os lugares-comuns foram desfeitos um a um. O “homem inteligente, de boa cultura e boa educação, frio, indiferente, de um convencionalismo absoluto” (PEREIRA, 1988, p. 21), enfim, os “aspectos oficialmente característicos” (PEREIRA, 1988, p. 21) que o próprio autor teria contribuído para consolidar²² foram postos à prova, e a autora procurou destruir a “carapaça” (PEREIRA, 1988, p. 21) que recobria Machado de Assis.

²¹ Em artigo de 1939 publicado na revista *A Ordem*, Lúcia Miguel Pereira escreveu: “as festas de centenário requerem um tom laudatório que não sei tomar para falar daquele com quem privo como um mestre vivo e querido, com quem me habituei a longas e livres palestras” (PEREIRA, 1992, p. 283).

²² Pois, “com essa série de rótulos, estava fixado, catalogado, pronto para receber as reverências da posteridade” (PEREIRA, 1988, p. 20). Para Lúcia Miguel Pereira, “Machado de Assis, num movimento instintivo de defesa, tratou de se esconder dentro de um tipo, não era bem o seu, mas que lhe representava o ideal: o do homem frio, indiferente, impassível. Meteu-se na pele dessa personagem, crendo sem dúvida que se

Para tanto, Lúcia Miguel Pereira apresenta um descompasso entre homem e obra a fim de questionar: “Onde, nessa figura convencional, nesse retrato próprio para inaugurações oficiais, o lugar do artista – essa incógnita, esse elemento inquietante e imprevisível?” (PEREIRA, 1988, p. 22).

A resposta é que “a melhor chave desse cofre de segredos está nos seus escritos” (PEREIRA, 1988, p. 23), já que “esse homem tão recatado, tão cioso de sua intimidade, só teve um descuido, só deixou uma porta aberta: seus livros” (PEREIRA, 1988, p. 22). Haveria, portanto, nos livros de Machado de Assis “muito de autobiográfico” (PEREIRA, 1988, p. 23):

Essa liberdade de espírito, contrastando com o convencionalismo dos gestos, essa altivez da inteligência, tanta ousadia aliada a tanta modéstia, são a grande revelação da sua obra, a vitória final do artista, a certeza da sua complexidade, da palpitação humana da sua figura. Para compreendê-lo, é preciso não esquecer precisamente daquilo que procurou ocultar: da origem obscura, da mulatice, da feiúra, da doença – do seu drama, enfim (PEREIRA, 1988, p. 26).

Lúcia Miguel preocupa-se, contudo, em esclarecer que essa atitude de explicitar o que Machado de Assis teria procurado ocultar não constitui desrespeito ao escritor, “não há impiedade nessa atitude” (PEREIRA, 1988, p. 26), que visaria principalmente ao conhecimento, compreensão e interpretação de Machado de Assis.

Essa preocupação também se revela em outros críticos do período. O ensaio de Eugênio Gomes, *Influências inglesas em Machado de Assis*, guarda o cuidado (comum aos críticos do período da comemoração do centenário machadiano) de não ferir a imagem do escritor e adverte desde o início que Machado de Assis “não sairá diminuído de qualquer investigação honesta de suas orientações estrangeiras” (GOMES, 1949, p. 07)²³.

Segundo Augusto Meyer, uma das condições propiciadoras de uma nova fase da crítica machadiana (iniciada com Alcides Maya), que passava a questionar “o ar

elevava, na realidade amesquinhando-se, esquecido de que seus livros o traíam – ou o salvavam” (PEREIRA, 1988, p. 25).

²³ Talvez tal preocupação e justificativas fossem tentativas de defesa contra o que Graciliano Ramos descreveu em crônica de 1939: “Esses amigos abundantes são os mais sinceros: não vacilam nem discutem. Cometam a imprudência de aludir, perto de um deles, à raça ou à doença de Machado de Assis e o crente se indignará, como se ouvisse heresias” (RAMOS, 1939, p. 88).

acadêmico e oficial em que o haviam embalsamado” (MEYER, 1958, 97), foi a própria morte de Machado de Assis, pois a presença do autor estorvaria a objetividade da análise crítica, impedindo uma “superação da lógica dos sentimentos” (MEYER, 1958, p. 98):

E se esse autor se chama Joaquim Maria Machado de Assis, é presidente da Academia de Letras e sensível, sestroso como quê, por uma simples questão de delicadeza moral, o crítico há de sentir-se mais ou menos tolhido no seu papel de dissector, evitando tocar em muitos pontos que parecem nevralgicos, condenando à omissão as observações menos discretas (MEYER, 1958, p. 97).

Com esse mesmo intento de “romper a crosta de opiniões feitas, para insuflar vida nova ao morto ilustre” (MEYER, 1958, p. 97), em *Estudo crítico e biográfico*, o biografado é insistentemente interpretado a partir do “sentido vertical” (PEREIRA, 1988, p. 23) de sua vida, homem que, para chegar a ser o grande Machado de Assis, teve de “lutar contra a inferioridade da educação, de sopitar impulsos de nevropata, de desmentir o proverbial espevitamento do mestiço” (PEREIRA, 1988, p. 25).

A ressalva quanto à natureza científica e nada desrespeitosa de revelar o que estava oculto sobre a vida de Machado de Assis não poupou Lúcia Miguel Pereira de críticas. Modesto de Abreu, no livro *Biógrafos e Críticos de Machado de Assis*, de 1939, considera indelicada e pejorativa a caracterização de Machado de Assis como mulato:

É uma preocupação obsedante, a da Sra. Lúcia Miguel Pereira, de acentuar e frisar bem por todo o livro, o “molequismo” e o “mulatismo” de Machado de Assis. Nas trezentas e trinta e tantas páginas de seu texto, encontrei perto de 40 vezes a indelicada restrição racial, o que equivale à proporção de 1 para 10, ou uma alusão de dez em dez páginas (ABREU, 1939, p. 73).

O incômodo de Modesto de Abreu com a designação frequente de Machado de Assis como mulato provavelmente se deve a um código de etiqueta moral vigente no Brasil, que insiste em silenciar sobre a cor, um código tácito que impõe discrição em relação a traços negros nas situações de relacionamento amistoso. Por isso Modesto de Abreu considerou ofensivo indigitar Machado como mulato: seria “contrariar uma etiqueta das relações raciais [e sociais], na qual seria

constrangedora qualquer menção à condição racial de um indivíduo” (MAIO, 1998, p. 35).

Apontar a edificação de um Machado de Assis mulato a partir da crítica dos anos 1930 não significa afirmar que comentários acerca da origem pobre e da etnia de Machado de Assis não viessem à tona antes. São exemplos de que essa questão já se impunha desde os contemporâneos do escritor as acusações de José do Patrocínio a um Machado traidor da raça, as considerações críticas de Sílvio Romero²⁴ e a famosa discussão entre José Veríssimo e Joaquim Nabuco sobre o decoro necessário para tocar (ou, mais propriamente, não tocar) na questão da cor de Machado de Assis.

De fato, a questão vinha à tona, mas é na crítica dos anos 1930 e 1940 que desempenhará, ao lado do estudo da doença de Machado de Assis, papel importante, não mais como defeito ou dado a ser ocultado da biografia machadiana, mas como elemento significativo para a interpretação da trajetória pessoal e da obra de Machado de Assis.

Em vida, Machado de Assis sempre se esforçou por esconder a doença – “o temor das crises em público numa época em que a epilepsia representava uma doença moral, insanidade e até propensão ao crime era enorme e Machado de Assis fazia o que podia para escondê-las” (YACUBIAN, 2010, p. 43) – mas Lúcia Miguel e outros biógrafos de Machado retomam esse assunto delicado para descortiná-lo. E o fazem. Recorde-se que Miguel Couto, médico de Machado Assis, recomendou que ele anotasse as características e frequência das crises de epilepsia e tais notas (provavelmente escritas entre 1906 e 1907) foram publicadas, em 1939, no Catálogo da Exposição Machado de Assis (YACUBIAN, 2010).

No estudo de Lúcia Miguel Pereira, o drama de Machado de Assis, resumido em “mulatice”/ pobreza e “nevropatia”, é a pedra de toque. Essas características até então ocultas (ou ocultadas) estruturam a explicação biográfica e crítica que a autora constrói no *Estudo crítico e biográfico*.

²⁴ Críticos menores também abordaram a questão. Dizia o Dr. Fausto, ao comentar o romance *Ressurreição*: “Fidalgo d’alma, o mavioso poeta das Crysaldas e das Phalenas há trabalhado tanto que fez da obscuridade da sua origem o melhor título da sua grandeza actual. (...) Machado de Assis é um gigante do espírito a julgar pelas vantagens com que o seu talento se tem sobreposto às contingências da matéria. Não é por ser trigueiro que a limpeza d’alma lhe sobressahe no rosto, mas, porque Deus compraz-se em fazer de um rosto feio um límpido espelho de consciência” (apud GUIMARÃES, 2004, p. 311).

Amparada pelos estudos psicológicos de Alfred Adler e de Françoise Minkowska (“grande autoridade em epilepsia” [PEREIRA, 1988, p. 57])²⁵, Lúcia Miguel analisa a doença nervosa de Machado de Assis e associa a ela a causa da criação de “um ideal de personalidade” (PEREIRA, 1988, p. 25), a “tendência a se agregar” em associações e grupos literários (PEREIRA, 1988, p. 57), a “timidez” (PEREIRA, 1988, p. 57), a “introversão” (PEREIRA, 1988, p. 103). A literatura seria, então, para o “esquizóide” (PEREIRA, 1988, p. 134) Machado de Assis, “uma válvula de segurança” (PEREIRA, 1988, p. 134).

Em contraponto à leitura de Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer buscou dar ênfase ao “Autor” Machado de Assis e à sua obra em detrimento do homem Machado de Assis. Por isso, a Meyer não parece que “a epilepsia possa explicar Machado de Assis, seus característicos literários, a sua atitude em face da vida” (MEYER, 1958, p. 89), embora Augusto Meyer assuma que “não é indiferente [para o crítico] saber que Machado foi um epiléptico” (MEYER, 1958, p. 88), visto que “um Machado normal não seria mais, quem sabe, Machado de Assis” (MEYER, 1958, p. 89)²⁶.

Mesmo as alusões à origem étnico-racial de Machado de Assis são sutis na crítica de Augusto Meyer. Ao descrever o escritor como um analista voluptuoso, “monstro cerebral que dava tudo por meia hora de mergulho nas complicações e deformações psicológicas” (MEYER, 1958, p. 27), assinala: “Os beiços mulatos, camuflados pelos fios do bigode e da barba, mal se encrespam no sorriso imperceptível” (MEYER, 1958, p. 27).

No ensaio de 1935, *Machado de Assis*, Augusto Meyer relaciona uma crônica machadiana de 14 de maio de 1893, aniversário da abolição, com a “estilização literária do fato” (MEYER, 1958, p. 47) em *Memorial de Aires*. A interpretação do crítico repousa na convicção de que a crônica de 1893 relata o entusiasmo de

²⁵ Lúcia Miguel Pereira retoma também várias ideias de Peregrino Junior em *Doença e Constituição de Machado de Assis*, livro somente publicado em 1938, embora o autor já tivesse oferecido palestras sobre isso anteriormente.

²⁶ Desde o século XIX Cesare Lombroso argumentava que o gênio e a loucura representavam duas faces da mesma realidade psicobiológica: “o gênio seria um degenerado cuja ‘loucura’ seria uma compensação evolutiva do seu desenvolvimento intelectual excessivo” (YACUBIAN, 2010, p. 17). Para Peregrino Junior, a epilepsia era a marca do gênio: “Não é impiedade denunciar-lhe a epilepsia comprovada e assistida por testemunhas (...) porque é determinante ou modificador de seu gênio: o de Maomé, Pedro, o Grande, Carlos V, Richelieu, Petrarca, Molière, Schiller (...) tiveram também essa intrusão sinistra” (apud YACUBIAN, 2010, p. 17). A genialidade era o único traço elencado pela ciência médica de seu tempo para caracterizar a epilepsia – doença então altamente estigmatizada – que permitiu a Augusto Meyer positivar essa característica, torná-la anormal mas distintiva.

Machado de Assis no dia da abolição, sem reconhecer a possibilidade de criação ficcional também nesse gênero. E Meyer aventa a hipótese de que o “inconsciente étnico” (MEYER, 1958, p. 46) é que tivesse sido responsável por esse raro momento de entusiasmo de Machado de Assis, pois “talvez despertasse dentro dele a consciência da raça amarrada ao tronco e surrada pelos mandões da nossa aristocracia agrária” (MEYER, 1958, p. 46).

Mediante a comparação dos dois textos, Meyer conclui que “na versão literária do fato” (MEYER, 1958, p. 47), na qual o conselheiro Aires não toma parte na “estúpida bebedeira coletiva” (MEYER, 1958, p. 47) de comemoração da abolição, está o verdadeiro Machado, está a “sua atitude sincera” (MEYER, 1958, p. 47), a tentativa de justificar-se, “corrigindo a realidade” (MEYER, 1958, p. 47) de “fantasma em carne e osso, leviano e crédulo” (MEYER, 1958, p. 47).

Conforme ficou dito, Augusto Meyer foi, entre os críticos da quadra em questão, aquele a ocupar o posto mais influente na comemoração do centenário de Machado de Assis, desempenhando a função de diretor do Instituto Nacional do Livro por cerca de trinta anos. Foi ele o responsável pela organização da Exposição Machado de Assis, em 1939, evento que, segundo Lúcia Miguel Pereira²⁷, foi um “grande acontecimento” para os estudos biográficos de Machado de Assis:

houve na vida póstuma de Machado de Assis um grande acontecimento: a Exposição com que o Instituto Nacional do Livro comemorou o primeiro centenário de seu nascimento. Sucedeu – *abençoado* caso – que à frente desse Instituto [Nacional do Livro] estava, como ainda está, *um fiel do culto* do nosso maior romancista, e seu agudo crítico: Augusto Meyer (PEREIRA, 1988, p. 11, grifo nosso)²⁸.

Por outro lado, e em sentido contrário do que praticava como diretor do Instituto Nacional do Livro, a crítica machadiana de Augusto Meyer caracteriza-se por tratar “Machado de Assis como ‘Autor’, homem universal, deixando de lado tanto sua origem histórico-social como seu perfil psicológico” (GUIMARÃES, 2008, p. 283).

²⁷ Há por parte de Lúcia Miguel Pereira, no prefácio da 3ª edição (1946) de *Estudo crítico e biográfico*, certo ressentimento de pesquisadora pioneira, que não tivera o apoio institucional (e oficial) que receberam os organizadores da Exposição Machado de Assis: “nem todas as portas me foram abertas com a franqueza com que o seriam mais tarde aos organizadores da homenagem oficial. Ao lado de muito boa acolhida, encontrei também negaças e evasivas” (PEREIRA, 1988, p. 11).

²⁸ Note-se que a linguagem eclesiástica que marca profundamente esse trecho (e é reproduzida por outros termos, como “fervor” [PEREIRA, 1988, p. 10], “impiedade” [PEREIRA, 1988, p. 26] e “vocação” [PEREIRA, 1988, p. 51]) reforça a impressão de culto a Machado de Assis aí confessado (para usar outro termo religioso).

Talvez essa ênfase dada ao “Autor” Machado de Assis e sua obra tenha permitido a Augusto Meyer a elaboração de juízos críticos tão profícuos em meio a uma crítica que até então se ocupara tão intensamente do homem que aparentou ter sido Machado de Assis, e que a partir de então se ocuparia com igual empenho do homem a ser revelado em Machado de Assis.

Embora Augusto Meyer aponte em determinadas passagens da obra machadiana um “valor confidencial” (MEYER, 1958, p. 13), para o crítico, esses “momentos reveladores” (MEYER, 1958, p. 14) importam por desvelar, não as características do homem, mas o pensamento do autor Machado de Assis, o “pirronismo niilista” (MEYER, 1958, p. 14) disfarçado sob as “diversas máscaras superpostas desse voluptuoso da acrobacia humorística” (MEYER, 1958, p. 14).

Na análise de Lúcia Miguel Pereira, porém, há uma importância significativa concedida à constituição física e psíquica de Machado de Assis. A ponto de as referências à higiene pessoal do escritor (“modesta mas limpamente vestido” [PEREIRA, 1988, p. 45]) e a correspondência de sua família ao ideal da família higiênica (“Gente humilde, mas organizada, legitimamente casada, benquista no morro do Livramento, onde morava” [PEREIRA, 1988, p. 28]), permitirem-nos entrever o ideário higienista²⁹, sob cuja perspectiva “a moralidade, os bons costumes, as doenças físicas e psíquicas passam a ser um problema de higiene” (BOARINI, 2003, p. 37).

E, como as ideias de inferioridade racial compunham um quadro explicativo sobre o Brasil³⁰, “difícilmente se poderia falar de pensamento social brasileiro e da presença do discurso higienista, sem referência à noção de raça” (LIMA apud MAI, 2003, p. 46).

Mesmo com a mudança de curso na interpretação das relações raciais a partir da década de 1930 (principalmente com a publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933), que dispôs em base culturalista e não mais biológica o

²⁹ Neste ponto é preciso diferenciar eugenia e higienismo, afirmando, com Pietra Diwan (2004), que dada a constatada miscigenação, uma vertente muito difundida pelo eugenismo brasileiro foi a eugenia profilática e não radical que enfatizava que a solução para o problema nacional era a higiene, o higienismo (DIWAN, 2004).

³⁰ Lembre-se que a doutrina liberal do século XIX, segundo a qual os pobres eram pobres porque inferiores, encontrava no Brasil sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos e na condição de pobreza da grande massa de negros (GUIMARÃES, 1997).

conceito de raça³¹, o ideário higienista subsistiu, tal qual a ideologia do branqueamento, respondendo a “contingências históricas que transformaram a prática de higiene em uma questão de civilidade” (BOARINI, 2003, p. 33).

Não casualmente, portanto, em *Estudo crítico e biográfico*, a explicação nevrologista de Machado de Assis acompanha, inclusive textualmente, a constante menção à origem étnico-racial do escritor. Tal associação doença/ etnia pauta todo o estudo de Lúcia Miguel Pereira, e “a cor, essa fatalidade, e a doença, outra fatalidade” (PEREIRA, 1988, p. 67) são as explicações preferencialmente evocadas.

Epilepsia e “mulatice” seriam, desse modo, duas doenças, duas fatalidades, dois obstáculos, duas deficiências. Sob essa ótica, somente “à custa de muitos esforços, lutando contra o pior dos inimigos – a doença insidiosa e implacável – contra a pobreza, contra a maldição da cor humilhante, [Machado de Assis] ia vencendo” (PEREIRA, 1988, p. 171).

Para Lúcia Miguel Pereira, além de lutar contra o preconceito decorrente da “cor humilhante” (PEREIRA, 1988, p. 171), Machado de Assis teria de, não sem esforço, combater, junto dos “impulsos dos nevrologistas” (PEREIRA, 1988, p. 73), “os espezitamentos dos mestiços” (PEREIRA, 1988, p. 73).

Também o biógrafo Teixeira Soares (1936) elogiou o esforço de Machado de Assis em combater tais “espezitamentos”: “Desde cedo, ele compreendeu que, ao contrário de muitos outros de sua igualha social, não deveria ser arrogante, impetuoso, blasonador, malazartiano, em suma” (SOARES, 1936, p. 18). Aí subjaz um dos pilares da eugenia: o de que a “raça negra” possui um comportamento psicológico instável³².

³¹ Este estudo concorda com a afirmação de que “sempre é bom lembrar que só existe uma raça no Brasil, como em qualquer parte do mundo: a humana. No entanto, não é o caso de negar o critério, e sim de nuançá-lo” (SCHWARCZ, 2001, p. 52). Como afirma Octavio Ianni (1978): “Neste ensaio, a noção de raça está usada no sentido sociológico, de raça social, e não no de raça biológica, dado pela antropologia e a genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação. Ocorre que a noção sociológica de raça nos coloca diretamente diante de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços, marcas ou outros elementos fenotípicos e físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política” (IANNI, 1978, p. 128).

³² Segundo Joel Rufino dos Santos (1985), os princípios básicos do “método eugênico” são: “1º) os acontecimentos da vida de um povo se explicam por sua formação racial; 2º) o comportamento psicológico de um povo é determinado pela sua raça (assim como o temperamento de uma pessoa é determinado pela sua morfologia); 3º) a raça negra, que tem um comportamento psicológico instável, nunca criou nem vai criar civilização” (SANTOS, 1985, p. 30). Corroborar esse princípio básico do eugenismo a afirmação de Roquette-Pinto nas *Actas de Trabalho do Congresso*: “é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada

A expressão estilística desse comportamento seria uma “mulatice trêfega e pernóstica” (PEREIRA, 1992, p. 197), da qual não se teria ressentido o “mulato” Machado, que “teve a medida, a disciplina, a harmonia clássica das raças puras, dos herdeiros de velhas civilizações” (PEREIRA, 1992, p. 197)³³.

Mesmo o racionalismo, que costumava ser apontado por biógrafos e críticos em geral como característico de Machado de Assis, é questionado por Lúcia Miguel Pereira, que aproxima a racionalidade de Machado à natureza primitiva: “no fundo, esse racionalista tinha laivos de animista, do animismo do homem primitivo, herança talvez dos seus avós africanos” (PEREIRA, 1988, p. 170), identificando o negro com o primitivo.

A cor de Machado de Assis integraria, desse modo, “aquele vexame da origem humilde que lhe explicam tanta coisa na vida e na obra” (PEREIRA, 1988, p. 48), “o passado a que Joaquim Maria queria fugir” (PEREIRA, 1988, p. 70), de mulato que “o era sem disfarce, a raça gritando na vasta e rebelde cabeleira que lhe caía sobre as orelhas, nos lábios grossos encimados pelo bigode ralo e duro, nas narinas achatadas” (PEREIRA, 1988, p. 90). Passado que, no entender de Lúcia Miguel Pereira, Machado de Assis teria conseguido rechaçar, já que se tornara, no fim da vida, “socialmente branco” (AZEVEDO, 1975, p. 62):

O cabelo, que já ia começando a embranquecer, e entrou então a usar muito curto, a barba e o bigode [...] compunham-lhe a fisionomia, disfarçavam-lhe a mulatice. Basta comparar os seus retratos dessa época com os do tempo do *Brás Cubas*, para ver como mudou, o que muito o deve ter alegrado. Não gostava de ouvir alusões a sua cor (PEREIRA, 1988, p. 207).

E, embora, segundo Lúcia Miguel, Machado de Assis não gostasse “de ouvir alusões a sua cor” (PEREIRA, 1988, p. 207), os epítetos de “molequinho feio” (PEREIRA, 1988, p. 34), “mulatinho triste e precoce” (PEREIRA, 1988, p. 37), “adolescente feio e tímido” (PEREIRA, 1988, p. 50), “rapazinho feio” (PEREIRA,

fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais” (ROQUETTE-PINTO apud DIWAN, 2004, p. 114).

³³ Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* em 1935, Lúcia Miguel Pereira dizia: “Se se trata de um introvertido, pensamos num espírito melancólico, fugindo ao contato dos seus semelhantes, taciturno e indiferente. Um escritor, e mulato ainda por cima, traz consigo uma idéia de *pernosticismo*, de *espevitamento*. Cada uma dessas classificações, bem definidas e separadas, é bastante para catalogar uma criatura. Mas quando se reúnem todas numa mesma personalidade, acrescida ainda a complexidade pela timidez, e pela sensualidade disfarçada mas profunda, então é a contradição, é o enigma – é Machado de Assis” (PEREIRA, 1992, p. 198, grifo nosso).

1988, p. 51), “mulatinho tímido” (PEREIRA, 1988, p. 57), “mulato brasileiro” (PEREIRA, 1988, p. 65), “mulato feio e gago” (PEREIRA, 1988, p. 68), “homem doente e feio” (PEREIRA, 1988, p. 118), “pardinho” (PEREIRA, 1988, p. 284) com que a escritora se refere a Machado de Assis chamam a atenção para a sua condição negra.

A associação entre negritude e feiura (“Feio ele o era, de uma feiúra entretanto simpática e espiritualizada” [PEREIRA, 1988, p. 120]) não era nova nem tampouco exclusiva de Lúcia Miguel Pereira. Isto é, a imagem do negro, em geral (e já há muito, como produto da escravidão), foi entretecida cuidadosamente – embora na aparência essa estratégia amiúde se mostre como um descuido – num discurso que associava o negro ao negativo e ao grotesco: maldade, sujeira, desgraça, inferioridade, promiscuidade, feiura³⁴.

Ademais, as caracterizações da “origem obscura” (PEREIRA, 1988, p. 26) e da “cor escura” de Machado de Assis frequentemente são justapostas, insinuando o duo então naturalizado de pobreza e negritude, pois, com a subproletarização dos negros (resultado do complexo processo que envolve desde a escravidão-abolição até sua periférica inserção nas relações capitalistas), estes foram, de modo geral, mantidos em situações de marginalidade econômica (FERNANDES, 1978; HASENBALG, 1979).

Malgrado a aparência preconceituosa que possam ter hoje algumas afirmações de Lúcia Miguel Pereira, deve-se levar em conta que, no contexto de apagamento da questão étnico-racial – em que o empenho é de edificação de uma imagem coesa de Nação a partir do apagamento das questões regionais, raciais e de classe engendrado na ideologia da paz (ou harmonia) social, quando, para a hercúlea tarefa de formar a Nação, a existência ou, mais propriamente, a aparência de um país homogêneo seria imprescindível³⁵ –, a insistência em caracterizar Machado de Assis como mulato e, mais importante, reconhecer nisso um obstáculo à sua ascensão social já fazia de Lúcia Miguel Pereira uma voz dissonante.

³⁴ Segundo Florestan Fernandes (1978), na transição ao capitalismo, “velhos estereótipos foram revitalizados e surgiram outros novos, que identificavam o ‘liberto’, como ‘negro’ e ‘negro’ como ‘vagabundo’, ‘desordeiro’, ‘cachaceiro’, ‘mulher à toa’” (FERNANDES, 1978, p. 81).

³⁵ “Num governo centralizador, preocupado em combater os regionalismos e os quistos de estrangeirismos (...) não apenas na educação, mas também na cultura, era importante construir uma imagem coesa e homogênea de nação” (LONDRES, 2001, p. 99-100).

Consoante à ideologia em voga era, por exemplo, a interpretação de Eloy Pontes e de um articulista do *Jornal de Petropolis*, que relativizam o esforço ascensional de Machado ao valorizar o Brasil como paraíso racial³⁶:

Machado de Assis não perde nunca as esperanças em dias melhores. Para tanto procura vencer as condições do nascimento, aplicando-se. Tem a favor a própria estrutura do organismo social, onde não prevalecem preconceitos de raça, nem obstáculos de outras origens (PONTES, 1943, p. 18).

Machado de Assis conquistou o seu [logar] a golpes de talento e de modéstia. Mestiço e humilde, tudo fez para disfarçar a cor e a origem. No Brasil, felizmente não existem preconceitos de côr, nem superstições de berço. “Niger sed sapiens” dizia-se aqui de D. Silverio (*Jornal de Petropolis*, RJ, 13/07/1939).

Por outro lado, deve-se pôr em tela que Lúcia Miguel Pereira acompanhava a interpretação de Gilberto Freyre segundo a qual o Brasil seria uma democracia racial. Partindo do problema da miscigenação, que fora até então avaliado como um traço negativo, Gilberto Freyre afirma que somos mesmo um país de mestiços, produto das três raças (branca, negra, indígena) que foram “misturando-se gostosamente” (FREYRE, 1987, p. 12). A miscigenação, que antes era fraqueza, agora é potencialidade da cultura brasileira.

Para Freyre (1987), a miscigenação não amarrava o país a uma ineliminável inferioridade, como pensavam os cientistas do início do século XX. Pelo contrário, a miscigenação “corrigiu a distância social” (FREYRE, 1987, p. 350), dissolvendo conflitos e antagonismos³⁷.

Procurando positivar a miscigenação, Gilberto Freyre (1987) identificou miscigenação (um fator biológico) e democratização (um fator sóciopolítico) (MOURA, 1988), criando uma imagem “quase idílica” (ARAÚJO, 1994, p. 31), ocultando a exploração e a discriminação atrás de uma “fantasiosa democracia racial” (ARAÚJO, 1994, p. 31). O mito da democracia racial

³⁶ Certamente, a imagem de que o Brasil seria um grande laboratório racial, ocasionando um “mito do paraíso racial”, era senso comum já entre abolicionistas: “A idéia de que o Brasil seria uma sociedade sem ‘linha de cor’ – uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais e a posições de prestígio – estava já bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia” (GUIMARÃES, 2001, p. 148).

³⁷ De acordo com Lília Schwarcz (2001), Gilberto Freyre fez “da miscigenação uma questão ao mesmo tempo nacional e distintiva. [Mesmo mantendo] intocados em sua obra os conceitos de superioridade e inferioridade [...], a novidade estava na interpretação que descobria no cruzamento de raças um fato a singularizar a nação, nesse processo que fazia com que a miscigenação parecesse, por si só, sinônimo de tolerância” (SCHWARCZ, 2001, p. 28).

reinante entre nós produziu uma falsa imagem de que somos uma sociedade aberta, com alta mobilidade social, pois os pardos, mulatos e mestiços daqui, mesmo no período colonial e monárquico, teriam tido maiores possibilidades de acesso aos cargos públicos e à ascensão social, em contraposição ao que acontecia nos Estados Unidos. Assim, inviabilizava-se a percepção das desigualdades raciais produzidas pela estrutura socioeconômica (CAMARGO, 2008, p. 342).

No entanto, a afirmação da democracia racial não significa afirmar que o membro de qualquer grupo de cor, desde que responda adequadamente aos estímulos da nova sociedade, terá chances de ascensão social. E, como boa leitora de Gilberto Freyre³⁸, Lúcia Miguel Pereira entende que tal acesso era sumamente dificultado. Outrossim, o sucesso dos egrégios mulatos estava distante de ser um fato generalizado, restringindo-se a alguns poucos ilustres³⁹, daí as fartas loas dadas à ascensão de Machado de Assis.

Astrojildo Pereira, ao exaltar a vida de Machado de Assis como exemplar para os trabalhadores e defender o escritor como patrimônio do povo, insere Machado de Assis em uma galeria de mulatos ilustres:

A *Revista Proletária* presta, aqui, o seu tributo à memória de Machado de Assis e *concita o povo brasileiro a reivindicar como um patrimônio seu*, inalienável, a obra, sob tantos aspectos digna de ser refletida e meditada, do mestiço glorioso que foi em si mesmo um desmentido vivo e eloqüente às calúnias sobre nossa “inferioridade racial” postas em voga – e não por acaso... – pelos Oliveira Viana e outros apologistas do “arianismo” *antinacional* e dissolvente. Ele completa a galeria ilustre dos Luís Gama, dos Lima Barreto, dos Patrocínio, dos André Rebouças e tantos mulatos e negros que

³⁸ No *Estudo crítico e biográfico*, Lúcia Miguel Pereira dialoga com uma interpretação da obra machadiana realizada por Gilberto Freyre. Comparem-se os dois excertos: “Machado de Assis, tão acusado de se haver aliado aos grandes problemas do seu tempo, traçou sem digressões, sem palavras difíceis, a crítica da organização servil e familiar de então. Mostrou o mal que fez a escravidão a brancos e negros. Sem o moleque Prudêncio para lhe servir de cavalo, sem as pretas para alvos passivos das suas judiarias, sem os costumes relaxados que a promiscuidade das escravas com os sinhô-moços facilitava, o Brás Cubas não teria sido o que foi” (PEREIRA, 1988, p. 196); “E há um trecho de romance de Machado de Assis em que o fino observador da sociedade brasileira do tempo do Império retrata-nos o tipo de menino sadista; da criança pervertida pelas condições sociais de sua formação entre escravos inermes; entre criaturas dóceis aos seus caprichos. Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo nascido e criado depois de abolida oficialmente a escravidão, que não se sinta aparentado com o menino Brás Cubas na malvadeza e no gosto de judiar do negro. Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso: é de todo menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata” (FREYRE, 1987, p. 370).

³⁹ Sabemos que “há, comumente, exemplos suficientes de brilhantes vitórias sobre as barreiras de cor para garantir as ilusões otimistas de que elas não existem. Casos exemplares de pessoas de cor em posições de dignidade invejável estão sempre à disposição” (COX apud HASENBALG, 1979, p. 197).

honram a literatura, a arte e o jornalismo no Brasil. Machado é nosso, é do povo (PEREIRA, 1991, 226, grifo nosso).

Nesse caso, a caracterização étnico-racial de Machado de Assis é abordada para desmentir um dos grandes ideólogos do Estado Novo: Francisco José de Oliveira Vianna, para quem a população negra invariavelmente desapareceria, assimilada pela superioridade branca, sendo o mestiço valorizado apenas enquanto “branco em potencial” (CAMARGO, 2008, p. 350).

Segundo Lúcia Miguel Pereira, o traço de caráter que organiza a trajetória de Machado de Assis seria a ambição. Movido pela “vontade de ser alguém, de subir, de forçar a mão ao destino” (PEREIRA, 1988, p. 43) é que Machado de Assis teria enfrentado os estigmas que poderiam empanar o seu destino de literato, para o qual a vocação e o “grande amor ao estudo” (PEREIRA, 1988, p. 40) o habilitavam e, desse modo, sopitar o outro destino, obscuro, ao qual a maioria dos negros pobres (e epiléticos, tímidos, feios, gogos) estaria relegada. Isto “porque havia nele alguma coisa mais forte do que a timidez: a ambição, o desejo de subir de classe” (PEREIRA, 1988, p. 44).

É a partir da formulação dessa característica biográfica (ambição) que Lúcia Miguel Pereira faz uma importante descoberta crítica: identifica a ambição como tema e mapeia um ciclo da ambição nos romances de Machado de Assis. Para a autora, os romances machadianos

acompanhavam a ascensão social do homem Joaquim Maria Machado de Assis. Foi ela [Lúcia Miguel Pereira] a primeira a ver e expor com clareza que a ambição era o traço comum às heroínas dos primeiros romances, nas quais o escritor teria disfarçado questões e dilemas vividos por ele em sua trajetória social. Ao completar a ascensão burguesa, mediante emprego público e casamento, o escritor estaria à vontade para criticar a vida política e social das classes dominantes, o que de fato fez a partir dos 40 anos e da publicação de *Brás Cubas* (GUIMARÃES, 2008, p. 282).

De acordo com a interpretação freyreana, ainda que sobre o mulato pairassem ressalvas – por parte de brancos e negros –, ninguém deixaria de lhe devotar, quanto ao seu arrivismo social e competitividade, uma grande consideração: “contra o mulato, não: o folclore não acusa o mesmo desprezo; nem ridiculariza do mesmo modo suas afirmações de ascensão ou vitória social” (FREYRE, 2000, p. 1359).

No auge da difusão da democracia racial, frente à celebração do mestiço, há a invenção de um povo para o Brasil, “que passa a ter samba, passa a ter um pouco de cultura negra” (GUIMARÃES, 2003, p. 102)⁴⁰. Ocorre que, paralelamente a um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados, “o mestiço vira nacional” (SCHWARCZ, 2001, p. 29). Ou seja, a desigualdade social é acompanhada por um processo de assimilação cultural:

A feijoada, por exemplo, até então conhecida como “comida de escravos”, a partir dos anos 1930 se converte em “prato nacional”, carregando a representação simbólica da mestiçagem. O feijão e o arroz remeteriam metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população (...). A capoeira reprimida pela polícia do final do século 19 e incluída como crime no Código Penal de 1890 – é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. Também o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e seus desfiles passam, a partir de 1935, a ser oficialmente subvencionados. Não é tanto por coincidência que o regime introduz nesse período, novas datas cívicas: o dia do Trabalho, o aniversário de Getúlio Vargas e do Estado Novo e o dia da Raça, criado para “exaltar a tolerância de nossa sociedade”. Da mesma maneira, a partir de 1938 os atabaques do candomblé passam a ser batidos sem interferência policial. Até mesmo o futebol, originariamente um esporte inglês, foi sendo associado a negros, sobretudo a partir de 1933, quando a profissionalização de jogadores tendeu a mudar a coloração dos clubes futebolísticos (SCHWARCZ, 2001, p. 29).

A ridicularização era voltada contra os modos e costumes considerados típicos do negro. O que justificaria a preocupação de Lúcia Miguel Pereira em afastar Machado de Assis dessa tipicidade, exaltando no escritor a “amenidade do trato, a distinção de maneiras” (PEREIRA, 1988, p. 90) e, mais que isso, ressaltando como “traço distintivo desse mestiço de espírito bem nascido” (PEREIRA, 1988, p. 105) uma virtude significativa: “não gostava do Carnaval” (PEREIRA, 1988, p. 105).

Novamente, “socialmente branco” (AZEVEDO, 1975, p. 62), convenientemente afastado da tipicidade negra (espevitamento, pernosticismo, passionalidade, Carnaval, enfim), Machado de Assis, esse “mascavo nacional” (PEIXOTO apud AZEVEDO, 1996, p. 69), está apropriadamente refinado – para usar

⁴⁰ A ideia completa é que “o termo ‘democracia racial’ passa a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raças não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação; um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventa-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco de cultura negra, que até aqui não existia...” (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

a eugênica expressão de Afrânio Peixoto – pela “albumina branca” (PEIXOTO apud AZEVEDO, 1996, p. 69) para ser mitificado em monumento pátrio.

Fernando de Azevedo (1996), na substantiva (e representativa) introdução que escreveu ao Censo de 1940 (*A Cultura Brasileira*), concluiu:

A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa – cidadela da raça branca –, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa – a da atmosfera de sua própria civilização (AZEVEDO, 1996, p. 71).

Machado de Assis estaria apto, então, a ser o marco dessa cultura nos trópicos, o escritor que poderia “recolher à velha Europa (...) o facho da civilização ocidental” (AZEVEDO, 1996, p. 71) e conceder ao país indícios de uma Civilização Brasileira.

2.2. A obra de Machado de Assis

A interpretação da obra de Machado de Assis sofreu diversas inflexões ao longo do tempo. Pelos contemporâneos do escritor a obra era valorizada quanto aos aspectos superficiais: a “graça do estilo” (J. dos Santos – pseudônimo de Medeiros e Albuquerque apud GUIMARÃES, 2004, p. 419) e a “feitura” (Mário de Alencar apud GUIMARÃES, 2004, p. 429). E Machado de Assis era visto como um escritor universal, um acontecimento à parte na vida brasileira.

No início do século XX, o movimento foi de construção de uma figura anódina de Machado de Assis, um escritor apaziguado e inofensivo. A patrimonialização, como patrimônio da arte, de Machado de Assis nesse período (sobretudo a partir dos anos 1920) foi marcada pelo apagamento do texto literário machadiano e pela edificação de uma figura monumental, porém sem lugar na Literatura Brasileira.

A inflexão acontece nos anos 1930, com a constituição de Machado de Assis como homem brasileiro exemplar: mulato operoso que ascendeu socialmente

(conforme vimos) e grande escritor nacional. Desse modo, Machado de Assis, antes acidente da vida literária brasileira, transforma-se em figura exemplar.

Nesse período, Machado de Assis foi monumentalizado como patrimônio modelar brasileiro, o que implicou mitificação, fixação e apaziguamento. Ao mesmo tempo, porém, alguns críticos investiram na investigação dos aspectos mais problemáticos da figura e da obra de Machado de Assis. E, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, há relações e trânsitos importantes entre essas duas posturas.

Procuraremos doravante apreender considerações críticas formuladas ou aprofundadas por essa geração de críticos, esclarecendo e apresentando as escolhas críticas e divergências teóricas individuais entre esses machadianos (Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes).

2.2.1. Machado de Assis nacional e crítico

Em sua crítica literária, Astrojildo Pereira admite a importância do estudo das questões estéticas da obra de arte, mas preocupa-se em reafirmar a necessidade da abordagem sociológica:

a compreensão das obras de arte não pode ser alcançada em toda a plenitude se limitamos a sua análise unicamente aos aspectos e peculiaridades estéticas que apresentem. Não há a menor dúvida que a consideração estética tem de ser levada em conta, e muito, mas não é tudo e não esgota os critérios de avaliação crítica da obra. A crítica, para ser completa, deve analisar a obra com critérios múltiplos e convergentes (PEREIRA, 1991, p. 195).

Quanto à crítica machadiana, o esforço crítico de Astrojildo Pereira era o de interpretar a obra machadiana em outras bases, na contracorrente de uma leitura muito cristalizada de Machado de Assis como escritor universal e fino estilista, com alguns defensores apontando em sua obra traços nacionais.

É certo que relação entre nacional e universal é, de fato, uma relação dialética e indissociável. Até os anos 1930, porém, Machado de Assis era tomado como escritor nacional ou como escritor universal, polos em disputa. A dialeticidade e possível conjugação de nacional e universal em Machado de Assis só foi

entronizada anos 1930 e 1940, pela leitura dessa geração de críticos que temos em pauta.

O reconhecimento de uma relação dialética entre nacional e universal fortaleceu-se a partir dos anos 1930, com estudos sociológicos de interpretação do Brasil que reconheceram na composição sócio-histórica brasileira pares dialéticos.

A observação, por exemplo, de uma complexa articulação entre progresso (adaptação ao capitalismo) e conservação (permanência de elementos da antiga ordem) tornou-se um critério interpretativo do Brasil que integrou importantes estudos como os de Caio Prado Jr., e Sérgio Buarque de Holanda. E lembre-se que, segundo Antonio Candido (1983), foi através desses estudos (*Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda), juntamente com *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que sua geração “aprendeu o Brasil” (CANDIDO, 1983, p. 11):

São estes os livros que podemos considerar chave, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (CANDIDO, 1983, p. 11).

De modo geral, houve nos anos 1930 um empenho comum de intelectuais os mais diversos no nacionalismo, graças à necessidade de construção de uma perseguida “consciência nacional”. Também no campo da crítica machadiana, por mais diversas que fossem as orientações dos críticos, as perspectivas se juntaram em torno do nacionalismo. Houve uma confluência na construção da figura nacional de Machado de Assis, o que explica, ao menos em parte, a participação desses críticos nas comemorações estadonovistas do centenário de morte de Machado de Assis.

Se, porém, por um lado, o nacionalismo unia a todos, por outro lado, esse tema dividia os intelectuais: “se há ênfase no nacional, numa ideologia nacionalista, não há consenso sobre seu conteúdo. O onde e como se buscar o nacional vai dividir as correntes intelectuais” (OLIVEIRA, 1980, p.43). Os críticos machadianos em questão, portanto, embora interpretassem Machado de Assis como nacional (e reconhecessem uma relação dialética entre o caráter universal e nacional da obra machadiana) buscavam o nacional na obra machadiana conforme sua posição ideológica.

Desse modo, Astrojildo Pereira em vários artigos defende Machado de Assis como “escritor nacional” (PEREIRA, 1991, p. 10) e, mais que isso, “o mais brasileiro de todos os escritores” (PEREIRA, 1991, p. 14):

Já se tem dito e repetido bastante – e com razão evidente – que Machado de Assis é o mais universal dos nossos escritores; estou que falta acentuar com igual insistência que ele é também o mais nacional, o mais brasileiro de todos. Eu acrescentaria, sem querer fazer jogo de palavras, que uma qualidade resulta precisamente da outra: que ele é tanto mais nacional quanto mais universal e tanto mais universal quanto mais nacional (PEREIRA, 1991, p. 14).

Cabe recordar, com Marcos Del Roio (2007), que

no entendimento dos comunistas – incluídos Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro e Leôncio Basbaum, então marginalizados do partido –, a “revolução de 1930” havia sido de fato uma “contra-revolução preventiva”, que reorganizou o “bloco feudal-burguês”, assumindo algumas características fascistas ao intentar a corporativização da classe operária por meio da cooptação e da violência (DEL ROIO, 2007, p. 54).

A posição de Astrojildo Pereira, portanto, implicava o intento de uma revolução brasileira voltada para a libertação nacional diante da dominação imperialista. Parece ser neste sentido, em contraponto ao capital imperialista, que o crítico busca destacar o caráter nacional da obra machadiana, a ponto de superestimar o potencial libertador do exemplo de Machado de Assis sobre o povo brasileiro.

Já para os intelectuais católicos, o nacionalismo, segundo Lúcia Lippi Oliveira (1980), deveria “ser buscado nas nossas tradições, no seu componente básico e em suas boas qualidades, ou seja, no catolicismo” (OLIVEIRA, 1980, p.43). É assim que Lúcia Miguel Pereira afirma que a obra machadiana, “universal pelo pensamento, é brasileira pela *sensibilidade*” (PEREIRA, 1988, p. 291, grifo nosso) e chega a dizer que “Machado de Assis não foi só um escritor brasileiro, foi carioca, não foi apenas nacionalista, foi regionalista” (PEREIRA, 1988, p. 292).

A obra crítica de Eugênio Gomes consiste em uma análise comparativa empreendida com erudição, que trata de “destrinçar as muito mencionadas, embora até então muito pouco estudadas, fontes inglesas de Machado de Assis” (GUIMARÃES, 2008, p. 284). Malgrado tenha se esforçado, nesse estudo comparativo, por demonstrar alguma autonomia de Machado frente às fontes

estrangeiras, Eugênio Gomes muitas vezes perdeu o equilíbrio na articulação entre local e universal, fazendo com que “no jogo de confronto de espelhos, o reflexo na faceta literária de Machado de Assis, aos moldes da análise de empréstimos de Eugênio Gomes, [tenha sido] inglês” (VALENTE, 2009, p. 200).

O reconhecimento de Machado de Assis como um autor nacional permitiu aos críticos em questão identificar os vínculos da obra machadiana com a realidade local. Quanto à criticidade contida na obra machadiana, Astrojildo Pereira foi certamente, entre os críticos em estudo, aquele a explorar mais a crítica machadiana à realidade local. A ponto de fazer de sua tese central a afirmação de Machado de Assis como um escritor crítico, em nada absenteísta e profundamente interessado nos problemas brasileiros.

Embora, como temos visto, os demais machadianos em questão não compartilhassem dessa visão histórica (ou historicizante, dependendo do ponto de vista), tornou-se de certo modo consensual a recusa à ideia do absenteísmo machadiano e o reconhecimento do potencial crítico da obra machadiana, quer de crítica às questões humanas e universais, quer de crítica às questões nacionais e historicamente localizadas.

A fim de calcularmos o quanto significava um avanço para a crítica machadiana – no sentido da elaboração crítica – pensar nesses vínculos, observemos alguns trechos da crítica contemporânea a Machado de Assis, ambos relacionados a *Esaú e Jacó*:

Não se trata, no entanto, de analysal-o longamente [*Esaú e Jacó*], porque a belleza e a sedução dos livros do autor do *Dom Casmurro*, está principalmente na graça do estylo (J. dos Santos – pseudônimo de Medeiros e Albuquerque apud GUIMARÃES, 2004, p. 419).

Mas se é força comparar para esclarecer o pensamento, eu prefiro confrontal-o quanto ao estylo com os escriptores gregos. Não direi que é attico para não repetir o que está deturpado pelo abuso da qualificação. Prezo-me de haver lido e ler ainda um pouquinho dos escriptos gregos, e à minha memória, não ocorre outro paralelo para o estylo e a feitura de *Esaú e Jacob* (Mario de Alencar apud GUIMARÃES, 2004, p. 429).

Tratava-se de uma maneira de interpretar que valorizava Machado de Assis como fino estilista, grego, perscrutador da alma humana, escritor universal. Maneira de interpretar a qual toda uma geração de críticos, interessada em conhecer

Machado de Assis e realizar uma leitura “de profundidade” (MERQUIOR, 1998, p.33), modificou.

Eugênio Gomes, por exemplo, contribuiu para desconstruir a imagem de Machado de Assis como grego ao afirmar que o escritor era um “dos poucos que souberam subtrair-se a essa influência” (GOMES, 1973, p. 1.100).

A linha comparativista foi mantida por Eugênio Gomes em importantes ensaios machadianos (como “O microrrealismo de Machado de Assis” e “O testamento estético de Machado de Assis”), nos quais seu posicionamento crítico a favor do estudo da forma literária revelou-se mais fortemente. Esses ensaios tocam numa outra discussão fundamental para a crítica desse período: a priorização da análise literária estética ou da análise literária sócio-histórica.

Quanto a isso, em “O testamento estético de Machado de Assis”, de 1958, Eugênio Gomes relaciona o estudo sócio-histórico ao mero estudo do sentido literal da obra – contrapondo-se, portanto, a Astrojildo Pereira – e defende:

A maior temeridade de querer vê-lo [*Esaú e Jacó*] somente pelo sentido literal consiste em que esse sentido não só o não esgota de maneira alguma, como pode favorecer tendências aleatórias e extraliterárias, emprestando-se maior ênfase a um determinado aspecto parcial ou acidental da narrativa (GOMES, 1973, p. 1.098).

Já para Augusto Meyer, em *Esaú e Jacó* “o momento político e o meio social foram tratados com preocupação evidente. Mas a musa de Machado – Flora – não tem carne nem sangue, e ao seu contato toda essa realidade se desfaz em fantasmagoria” (MEYER, 1958, p. 39).

Para Meyer, a impossibilidade da escolha, presente na base do pensamento de Machado de Assis, leva o autor a cultivar “a arte de pontificar com a dúvida” (MEYER, 1958, p. 34) e a compor uma obra “concentrada nas reticências, no magnetismo das sugestões que enfeitiçam o leitor” (MEYER, 1958, p. 57).

Meyer persegue a tese de que o escritor, “no ato de escrever, já não é o homem, produto moral e social de todos os dias, mas uma libertação e às vezes uma superação de si mesmo” (MEYER, 1958, p. 110).

A visão de Meyer difere da de Lúcia Miguel Pereira, para quem o temperamento do homem Machado de Assis pode contribuir para a interpretação da obra. E, ademais, para Lúcia Miguel Pereira,

a sua vida [de Machado de Assis], toda voltada para a sua arte, modesta, digna, desinteressada, completa-lhe a obra, faz dele, além de um valor intelectual, um precioso valor moral. O homem e o escritor têm igualmente direito à nossa admiração, à nossa gratidão, a essa amizade póstuma que é a suprema recompensa do artista (PEREIRA, 1988, p. 294).

O interesse biográfico é o que orienta o *Estudo crítico e biográfico*, livro que, como vimos, contém uma das grandes contribuições críticas de Lúcia Miguel Pereira: o reconhecimento de um ciclo da ambição nos romances machadianos.

Augusto Meyer, porém, apesar de afirmar que traçou um “retrato psicológico” (MEYER, 1958, p. 87) de Machado de Assis, concede pouco aos estudos biográficos e preocupa-se em estudar o pensamento, ou melhor, a psicologia do Autor (niilista, cínico, humorista):

Através de alguns aspectos da obra de Machado de Assis, tentei traçar o seu retrato psicológico, sem espírito prevenido. Está claro, porém, que esse homem era uma colônia de almas contraditórias, como toda personalidade complexa: o niilista feroz foi um funcionário exemplar, o cético fundou a Academia de Letras, o cínico deliciava-se mentalmente na companhia da pérfida Capitu⁴¹, porém amou a “meiga Carolina” – e o humorista (este então, nem se fala!) era a consciência de todos esses contrastes (MEYER, 1958, p. 87).

A ilação de Augusto Meyer remete a uma questão que se torna importante para esses críticos: a divergência entre superfície e fundo. Segundo Augusto Meyer, a aparência de movimento da superfície da obra machadiana não conseguiria dissimular uma “terrível estabilidade” (MEYER, 1958, p. 13) verificável na monótona unidade de tom dos livros da segunda fase.

Isso porque o autor escrevia, conforme a análise de Meyer, “movido quase sempre pela fatalidade sádica do seu gênio” (MEYER, 1958, p. 25), prevalecendo “o interesse psicológico” (MEYER, 1958, p. 26), posto que “sobre as ruínas interiores de Machado velho e doente ficou sempre de pé o analista voluptuoso” (MEYER, 1958, p. 27). Note-se que Augusto Meyer aprofunda o caráter pessimista e perverso

⁴¹ Note-se que essa geração de críticos nem sequer punha em questão a visão de Dom Casmurro sobre a traição de Capitu. Nem mesmo Eugênio Gomes – um dos principais estudiosos brasileiros de Shakespeare no período e o primeiro crítico a desdobrar as relações comparatistas em Machado de Assis – percebeu as fortes implicações de *Otelo* em *Dom Casmurro*. Provavelmente por isso em *O enigma de Capitu* (1967), obra posterior à viravolta nos estudos de *Dom Casmurro* provocada pelo livro de Helen Caldwell (*O Otelo Brasileiro de Machado de Assis*), Gomes ainda procurasse neutralizar as considerações de Caldwell e justificar sua incapacidade (e de sua geração) em descobrir a pergunta oculta no romance: Capitu, culpada ou inocente?

de Machado de Assis anteriormente apontado por Alcides Maya e realiza uma leitura bastante corrosiva da obra machadiana.

Para Lúcia Miguel Pereira (1988), pelo contrário, a estabilidade seria de superfície, enquanto o “elemento inquietante e imprevisível” (PEREIRA, 1988, p. 22) seria o de fundo.

Astrojildo Pereira, em lugar de divergência entre superfície e fundo, observa uma “conjunção de contrastes” (PEREIRA, 1991, p. 14): “Em Machado de Assis coexistem e completam-se o analista rigoroso e frio e o criador empolgante. O seu método de composição é um misto de cálculo e espontaneidade” (PEREIRA, 1991, p. 13).

2.2.2. Machado de Assis realista e moderno

Comum a esses críticos é a tentativa de integração de Machado de Assis a uma história literária brasileira. Antes interpretado como escritor à parte, excêntrico, Machado de Assis é integrado numa série, como um escritor que supera o romantismo, como escritor realista. O realismo é incorporado, portanto, como categoria crítica para a análise da obra machadiana dessa geração, e a discussão se dará em torno do tipo de realismo praticado por ele.

Astrojildo Pereira sustenta a tese de que haveria

uma consonância íntima e profunda entre o labor literário de Machado de Assis e o sentido da evolução política e social do Brasil. A sua atividade de escritor começou pouco antes de 1860 e só terminou às vésperas da sua morte, em 1908. Mas o tempo durante o qual se formou e se desenvolveu a sua personalidade coincide quase todo ele com o período histórico do Segundo Reinado. Ao proclamar-se a república, já o escritor havia atingido a plenitude da sua maturidade. Esta coincidência de tempo possui naturalmente muita importância para a caracterização e compreensão da obra de Machado de Assis (PEREIRA, 1991, p. 14-15).

Astrojildo Pereira desfaz, apoiado em afirmações de outros dois críticos (Brito Broca e R. Magalhães Júnior) a ideia do “absenteísmo” machadiano, de que a obra de Machado de Assis seria alheia à vida política e social de seu tempo e procura

demonstrar como a política foi tema importante não somente na crônica mas também na ficção machadiana, apontando seu teor crítico:

esta era a sua forma de praticar a política, tão legítima como outra qualquer – e era mesmo a forma que mais adequadamente se ajustava à sua maneira de ser e à sua capacidade de escritor. Nem será demais concluir que foi nessa qualidade específica de escritor, fazendo a “crítica política” da sociedade brasileira, que Machado de Assis “participou” efetivamente, e excelentemente, da vida política do país. Não esqueçamos tampouco que a crítica qualquer que ela seja, possui sempre um caráter de todo em todo contrário a qualquer espécie de “absenteísmo” ou “indiferença”. E quem não vê, nem percebe, nem sente, na obra machadiana, esta feição crítica, patente e constante em toda ela, não compreende aquilo que me parece constituir uma de suas melhores características, aquilo que a vincula indissolavelmente às coisas vividas e observadas em seu tempo (PEREIRA, 1991, p. 76).

Astrojildo Pereira reconhece, portanto, a existência de vínculos críticos da obra machadiana com a realidade brasileira. Em muitos momentos, porém, recua ao compreender a literatura como documento, contentando-se com um realismo superficial, com o mero registro dos fatos históricos pelo escritor. No trecho abaixo, por exemplo, Astrojildo Pereira afirma não importar se Machado de Assis era monarquista ou republicano, pois o importante é que o escritor fizera o *registro* da Proclamação:

Seja como for – e isto é o que nos importa aqui – o fato da revolução de 15 de novembro, como acontecimento histórico, se acha devidamente consignado em sua obra de ficção. Além da página em que anotou a *reação por assim dizer pessoal* que lhe produziu o 15 de novembro, no *Esaú e Jacó*, há outra referência direta ao acontecido, no conto “Mariano” (PEREIRA, 1991, p. 34, grifo nosso).

Diga-se, de passagem, que, conforme demonstra o trecho em destaque da citação acima, Astrojildo Pereira, e também Lúcia Miguel Pereira e Eugênio Gomes, encamparam completamente a ideia, que vinha desde Mário de Alencar, de *Memorial de Aires* como livro autobiográfico⁴².

Lúcia Miguel Pereira aceita a tese de que Machado de Assis teria sido um realista social (usa, inclusive, a expressão de Astrojildo Pereira: “romancista do

⁴² O Conselheiro Aires foi interpretado por esses críticos como um alter ego de Machado de Assis: “Quaisquer que sejam as tendências ou as ilações da crítica, não há como deixar de reconhecer em Aires um alter ego de Machado de Assis, identificado com Flora pela circunstância de planarem ambos superiormente no mundo do romance. Aires, por isso mesmo, que é um duplo do romancista, comporta-se geralmente como um esteta” (GOMES, 1973, p. 1.113).

Segundo Reinado”), mas aponta o realismo psicológico presente na obra machadiana: “Assim é que foi o romancista do Segundo Reinado, evocando costumes familiares, e o romancista que desceu nas análises psicológicas até as zonas profundas em que se irmanam todas as criaturas” (PEREIRA, 1957, p. 75):

Por isso é que a Machado de Assis se pode chamar de realista. Sem preocupação de escola literária desde que se libertou do romantismo, ele observou, como ninguém entre nós, as criaturas em toda a sua realidade, dando a cada aspecto o justo valor, isto é, apreciando a todos com um critério relativo (PEREIRA, 1957, p. 75).

Para Eugênio Gomes, Machado de Assis praticou um “microrrealismo psicológico”, segundo o qual a realidade pode ser captada por meio do pormenor – sempre significativo – de interesse fundamentalmente psicológico, pois Machado estaria procurando apreender a experiência emocional: esmerava-se “em cultivar as minúcias particulares e expressivas, à cata de essências da vida e do mundo moral” (GOMES, 1958, p. 52).

Conforme ficou dito, a partir dos anos 1930, os intelectuais brasileiros assumiram a missão de construir uma consciência nacional: “Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, [os intelectuais] dispõem-se a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança” (MICELI, 2001, p. 216).

Destarte, “ao se buscar o novo fez-se um balanço do passado” (OLIVEIRA, 2008, p. 100). Isto é, ao mesmo tempo em que se denunciava o Brasil arcaico e atrasado, realizava-se “a celebração de autores e obras que [pudessem] ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada” (MICELI, 2001, p. 216). Provavelmente por esse motivo a “recuperação do passado” (VELLOSO, 1982, p. 83) tenha sido uma característica importante da ideologia do período:

O presente realiza o que o passado não pôde realizar devido aos obstáculos que lhe foram impostos “de fora para dentro”. Assim, o Estado Novo coloca-se como o divisor de águas entre o “velho Brasil” e o “Brasil novo”, possibilitando ao país retomar os seus “verdadeiros” caminhos, a partir do abandono das fórmulas liberais (VELLOSO, 1982, p. 86).

Talvez essa recuperação do passado tenha suscitado na crítica do período um esforço de modernização de Machado de Assis, tradicionalmente visto como

escritor de procedimentos arcaizantes, mas que a partir de então passa a ser valorizado pela sua capacidade de criação e inovação.

É assim que Lúcia Miguel Pereira exalta – num momento de franca “campanha pela ‘brasilidade’” (LEVINE, 2001, p. 88) – um Machado de Assis que, “continuando a tradição, não desvirtuando a índole da língua, moldou-a ao seu feitio, ao nosso feitio. Foi um inovador, ao mesmo tempo prudente e ousado” (PEREIRA, 1988, p. 290), numa conjugação, tão característica do Estado Novo⁴³, entre criação e tradição.

E Astrojildo Pereira, em artigo intitulado “Frota da boa vizinhança”, chega a apontar Machado de Assis como um dos “pioneiros da política da boa vizinhança” (PEREIRA, 1991, p. 210) entre Estados Unidos e Brasil a partir do estudo de uma crônica machadiana de 1878 em que o escritor dizia: “Já conhecemos melhor os Estados Unidos, já eles conhecem-nos melhor. Conheçamo-nos de todo e o proveito será comum” (ASSIS apud PEREIRA, 1991, p. 211):

Machado de Assis previa, ou pelo menos pressentia, o enorme alcance futuro de tais relações. (...) São palavras, estas de um simples folhetinista fluminense de 1878 – é verdade que era ele um folhetinista que se chamava Machado de Assis; mas ecoam hoje, sessenta anos depois, como se fossem palavras atuais nada menos que de um Roosevelt (PEREIRA, 1991, p. 211)⁴⁴.

O empenho de modernização de Machado de Assis também se verifica nas prospecções comparatistas de Augusto Meyer, que aproximaram Machado de Assis sobretudo a Pirandello, Dostoievski e Proust e conseguiram, segundo João Alexandre Barbosa (2002), retirar “o escritor brasileiro das dimensões tacanhas de uma fortuna crítica anêmica e acanhada” (BARBOSA, 2002, p. 14).

Enquanto Eugênio Gomes comparava Machado de Assis a autores como Xavier de Maistre e Sterne, considerando sua influência não só “na forma, como, sobretudo, no pensamento de Machado de Assis” (GOMES, 1949, p. 50), Meyer

43 Mônica Velloso (1982) afirma: “A eficácia da ‘nova ordem’ residiria, portanto, no seu caráter simultaneamente criador e tradicional” (VELLOSO, 1982, p. 83).

⁴⁴ Cabe lembrar que esse foi um período de crescente influência norte-americana: “Todo esse processo de modernização no campo das comunicações aconteceu em um momento em que o modo de vida norte-americano entrava em competição com o fascismo e o nazismo pelas populações latino-americanas. Pode-se dizer que a partir de então começou o processo de americanização do Brasil. A política da boa vizinhança, que teve em Nelson Rockefeller um de seus baluartes, queria mudar a imagem que os americanos tinham dos latinos e destes em relação aos americanos” (OLIVEIRA, 2008, p. 108).

sustenta que a analogia de Machado com esses autores, em especial com Sterne, é apenas “formal, não passa da superfície sensível para o fundo permanente” (MEYER, 1958, p. 13)

Comparado aos grandes escritores da modernidade, Machado de Assis tornava-se também um deles, contava entre os renovadores e afastava-se do século XVIII e daqueles escritores que durante muito tempo a crítica timbrou em apontar como seus principais modelos.

Essa atitude desagradou alguns críticos, como Modesto de Abreu (1939), que considerou modismo e despropósito as comparações que Augusto Meyer realizou entre Machado de Assis e Balzac (“o que equivale quase a comparar um ovo a um espeto...” [ABREU, 1939, p. 153]) e Machado de Assis e Proust:

O pedantismo de citar Proust a propósito de Machado, ou sem propósito, o que vem a dar no mesmo, fez entre nós proselitismo. O Sr. Meyer citou, não sei se em primeira mão; veio a Sra. Lúcia Miguel Pereira e citou também. Ficou moda (ABREU, 1939, p. 153).

Mais do que moda, as ilações críticas desse grupo tiveram alcance para além das comemorações do centenário e do “derramamento de machadismo” (PEREIRA, 1991, p. 219) ali vigente. Certamente tais considerações críticas estão localizadas historicamente, porém a conjuntura histórica e o debate intelectual do período, mais do que um vocabulário com que analisar Machado de Assis, propiciaram a identificação na obra machadiana de características até então pouco exploradas.

3. CONSAGRAÇÃO DE MACHADO DE ASSIS DURANTE O ESTADO NOVO

Em janeiro de 1939, José Pereira Coelho de Souza, Secretário da Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul (gestão 1937 – 1945), promulgou um despacho em que recusava o nome de Machado de Assis a uma escola pública por considerar o escritor um “fascinante inoculador de venenos sutis” (*O Jornal*, RJ, 12/01/1939).

O despacho causou polêmica em todo o país, levando intelectuais a se posicionarem numa espécie de arena na qual estavam, de um lado, Coelho de Souza e aqueles “contrários” a Machado de Assis, e, de outro, os que pelejavam em defesa do escritor, “pela consagração nacional de Machado de Assis” (Modesto de Abreu, *Gazeta de Notícias*, RJ, 29/01/1939).

Coelho de Souza respondeu à vaga de protestos batizando, em vinte e cinco de agosto de 1939, um grupo escolar com o nome de Duque de Caxias⁴⁵. O discurso de inauguração da escola foi publicado na primeira *Revista do ensino do Estado do Rio Grande do Sul*, uma homenagem laudatória ao Duque de Caxias repleta de condenações à mestiçagem. No discurso, Caxias foi exaltado como “patrono das escolas rio-grandenses”; ele sim, Coelho de Souza considerava “um paradigma à juventude e uma diretriz aos educadores” (SOUZA, 1939, p.13).

Na imprensa, certamente o número de defensores de Machado indignados com a atitude do Secretário da Educação foi bastante superior ao daqueles que concediam alguma razão a Coelho de Souza ou simplesmente julgavam o acontecimento inexpressivo.

É importante ressaltar que, desde a Constituição de 1937, havia censura prévia aos meios de comunicação e que, desde então, a imprensa “foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista” (CAPELATO, 1999, p. 171).

Não é, portanto, exagero afirmar que o Departamento de Imprensa e Propaganda controlava e fornecia a maioria das pautas e do conteúdo dos jornais. E, por isso, não podemos simplesmente atribuir a entusiasmo, indignação ou admiração a imensa quantidade de artigos sobre Machado de Assis e de notícias sobre as comemorações do centenário machadiano publicadas sobretudo durante o ano de 1939. Conforme afirma Maria Helena Capelato (1999),

⁴⁵ Um dos princípios em que o nacionalismo do Estado Novo se apoiou foi a unidade nacional conquistada no Império, “o que levou o Estado Novo a transformar Caxias, soldado do Império, em herói nacional da República” (CHAUI, 2001, p. 38).

os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado (CAPELATO, 1999, p. 175).

Na cruzada em que a maioria da imprensa julgava “nunca ser demais criticar a atitude [do Secretário da Educação]” (Octavio Domingues, *Folha da Manhã*, SP, 25/02/1939), alguns se preocuparam em afirmar os pontos positivos da aproximação das crianças a Machado de Assis, identificando no escritor “o patrono ideal das gerações novas que iniciam os seus estudos” (Lúcia Miguel Pereira, *Diário de Notícias*, RS, 13/01/1939); e até mesmo sugerindo o modo pelo qual tal aproximação deveria acontecer – significativamente por meio da biografia do escritor e em detrimento da leitura da obra machadiana:

Colocar o nome de Machado de Assis na fachada duma escola pública é honrar a nacionalidade. Os professores não precisavam dar os livros do notável escritor às crianças. Mas deveriam dizer-lhes que Machado de Assis é parte sensível do nosso patrimônio intelectual, que, nas letras do mundo inteiro ele ocupa lugar de evidência, sem favor algum e que seu exemplo pessoal honra a quem o conhece. Narrando a biografia de Machado de Assis os professores ofereceriam aos alunos o espelho duma vida admirável. [...] todas essas coisas poderiam ser ditas às crianças com grande proveito para sua educação cívica (Elói Pontes, *A Tarde*, BA, 20/01/1939, grifo nosso).

De certo, a controvérsia criada em torno do despacho de Coelho de Souza é interessante e significativa porque, como já apontava um jornal da época, “foca o palpitante assunto da significação da obra de Machado de Assis no presente momento de renovação da cultura nacional” (*Diário de Notícias*, RS, 12/01/1939).

A forte relação entre a exaltação de Machado de Assis e a exaltação da nação fica clara quando se observa nos artigos em torno dessa polêmica a designação constante do escritor como “a força de um símbolo” (Antonio Austragesilo, *Diário de Notícias*, RS, 13/01/1939), “uma glória nacional” (Aloísio de Castro, *Diário de Notícias*, RS, 13/01/1939):

Machado de Assis tem direito a ser considerado um dos *bens construtores da nacionalidade*, ao lado de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Rui Barbosa e quantos hajam firmado deste lado do Atlântico o primado de palavra escrita [...] devemos congregamos todos os nossos esforços no sentido de congregar a mais bela e mais salutar campanha em favor da consagração nacional dos nossos grandes vultos, cuja obra literária, artística ou cultural, ainda é *um dos poucos meios de que dispomos para a afirmação de nosso valor e de nossa capacidade perante o mundo civilizado*. Em vez de restringir, saibamos ampliar o alcance de nossas glórias, fechando até mesmo os olhos e os ouvidos para os possíveis pequenos defeitos de nossos grandes homens, para que possamos exigir de outrem o respeito que é devido ao que é nosso, ao que constitui parte magna de nós mesmos como povo e nação [...] Saibamos venerar Machado de Assis (Modesto de Abreu, *Gazeta de Notícias*, RJ, 29/01/1939, grifo nosso).

A petição de Modesto de Abreu no excerto acima revela a que poderia prestar Machado de Assis, entre os “bens construtores da nacionalidade”, no intuito de provar a existência de uma “cultura civilizada” nos trópicos. Nesse empenho, os defensores de Machado afirmavam que o escritor merecia “todas as homenagens que lhe pudermos prestar” (*Diário de Notícias*, RS, 12/01/1939) e que

o nome de uma simples escola elementar não é homenagem suficiente à grandeza de Machado de Assis. Ele merece muito, muitíssimo mais. Esperamos que, agora que o centenário de seu nascimento se aproxima, o Brasil saiba prestar à memória de Machado de Assis a homenagem de gratidão e admiração que a glória do grande escritor está reclamando (Telmo Vergara, *Diário de Notícias*, RS, 12/01/1939).

Como vemos, o que poderia ter sido “um mero fato administrativo sem o menor valor, assumiu as proporções de um ultraje nacional” (Galeão Coutinho, *Folha da Manhã*, SP, 11/02/1939). “Ultraje” desencadeador de reações não somente por parte da imprensa (que exigiu grandes comemorações ao centenário de nascimento de Machado de Assis) como também por parte do Estado, que mobilizou vários de seus órgãos culturais e educacionais em prol do centenário machadiano.

Disse Modesto de Abreu que “coube ao ilustre Secretário da Educação do Rio Grande do Sul a honra de ser o iniciador oficial das homenagens nacionais ao grande mestre do *Quincas Borba*” (Modesto de Abreu, *Gazeta de Notícias*, RJ, 29/01/1939). De fato, o despacho de Coelho de Souza serviu como detonador das numerosas homenagens a Machado de Assis ao longo do ano de 1939.

Ainda no início do ano de 1939, em fevereiro, os periódicos dão notícia de um decreto-lei que estabelecia “as providencias necessarias para que seja condignamente commemorado o centenario de nascimento de Machado de Assis” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 02/02/1939).

Segundo os jornais da época, nesse decreto Getúlio Vargas estabelecia a formação de uma comissão para elaborar o plano das comemorações. Isto porque resolvera “dar um cunho altamente nacional ás commemorações do centenario de Machado de Assis, o grande e immortal escriptor e poeta, cuja obra fórma um dos maiores patrimonios da lingua portugueza” (*Diário Carioca*, RJ, 05/02/1939).

Cumprindo o decreto, o ministro Gustavo Capanema designou, como membros da Comissão organizadora do plano de comemoração do centenário de nascimento de Machado de Assis, Abgar Renault, Rodolpho Garcia, Miguel Osório de Almeida, Alceu Amoroso Lima, Fernando Nery, João Peregrino da Rocha e Mário de Andrade.

Para a *Gazeta de Alagoas*, esse “zelo do presidente Vargas causou a melhor impressão nos círculos culturaes do paiz” (*Gazeta de Alagoas*, AL, 05/02/1939). E o *Diário Carioca* afirmou que “com seu acto quiz o governo mostrar que não cuida apenas da politica administrativa, estendendo sua acção ao culto cívico dos homens que souberam honrar a nossa patria pelo talento e pela cultura” (*Diário Carioca*, RJ, 05/02/1939).

Mas foi a *Gazeta de Notícias*, em artigo significativamente intitulado “Machado de Assis e o Estado Novo”, quem conseguiu apresentar a súmula da posição do Estado (Novo) em relação a Machado de Assis, ao elegê-lo “para symbolo mais representativo das nossas letras” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 02/02/1939). Mais uma resposta ao despacho de Coelho de Souza, e a definitiva, é dada então, com a chancela do Estado ao “culto” de Machado de Assis, “sem se intimidar ante alguns de seus preceitos [de Machado de Assis], em desacordo com as idéas do Novo Regimen” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 02/02/1939):

Não, o Brasil Novo não repudia a obra do creador de Braz Cubas. Ao contrario, ama-o estremecidamente, como um dos mais gloriosos triumphos da intelligencia do nosso Povo e da sensibilidade da nossa raça ainda em formação. Braz Cubas é bem um symbolo do cidadão brasileiro antes do novo regimen fixar os rumos da Nacionalidade: sempre hesitante, a oscilar entre as concepções philosophicas, até cair no mysticismo do Humanitismo... Esse anseio, por uma

convicção, é bem correlato á genese do Estado Novo, que veio justamente preencher essa lacuna fatal – ser o rumo, a orientação dos que vacilam na incerteza e no abandono da Vontade (*Gazeta de Notícias*, RJ, 02/02/1939).

No mês seguinte, março de 1939, os periódicos especulavam sobre o “programma dos festejos officiaes” (*Correio Paulistano*, SP, 02/03/1939) e garantiam que “esse acontecimento não passará despercebido. Todo o Brasil se congregará para uma homenagem á sua memoria [de Machado de Assis], que seja um testemunho de admiração” (*O Globo*, RJ, 01/03/1939).

Em abril de 1939, o *Correio da Manhã* divulgava que o ministro Capanema aprovara o plano da Comissão do centenário de Machado de Assis:

Pelo secretario da Comissão, sr. Peregrino Junior, foi apresentado o relatorio dos trabalhos com o plano das commemorações. A Machado de Assis serão prestadas as seguintes homenagens: realização de uma exposição machadiana, na Biblioteca Nacional; publicação pelo Instituto Nacional do Livro de uma edição critica das obras completas de Machado de Assis, com uma tiragem de tres mil volumes; publicação, pelo mesmo Instituto, de uma edição de luxo, de tiragem limitada, de tres volumes de Machado: um de contos, um de poesias e um romance – que será o “Dom Casmurro”; criação de dois premios em homenagem a Machado; publicação em hespanhol, francez e inglez de romances de Machado de Assis; realização, nesta capital, de um “entretien” sobre o “espírito brasileiro e sua evolução”; emissão de um sello postal commemorativo do grande centenario; publicação, pelo Instituto Nacional do Livro, de dois volumes contendo a bibliografia de Machado de Assis (*Correio da Manhã*, RJ, 12/04/1939).

Aconteceu no final de maio de 1939 o *entretien* previsto entre as homenagens do centenário. Tratava-se de uma reunião da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual⁴⁶, no salão do Itamaraty, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, em que “a exemplo do que se faz nas reuniões desse genero, [...] poderiam os themas tratados ser afinal debatidos por quem tivesse ponderações a fazer em torno delles” (*Jornal do Comércio*, RJ, 24/ 05/ 1939).

Ainda em maio de 1939, a PRD- 2, Rádio Cruzeiro do Sul, “compreendendo a função educativa que tem o radio, levou a sua contribuição ás commemorações do

46 Segundo o *Jornal do Comércio*, estavam presentes os seguintes membros da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual: “Prof. Miguel Osório de Almeida, presidente; Dr. James Darcy, vice-presidente; Dr. Philadelpho Azevedo, vice-presidente; Dr. Levi Carneiro; Dr. Renato Almeida; Dr. Elmano Cardim; Dr. Augusto Pinto Lima; Dr. Haroldo Valadão, Dr. Pedro Calmon; Dr. Carneiro Leão; Dr. Delgado de Carvalho; Dr. Gastão Cruls; Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade e Luiz Annibal Falcão” (*Jornal do Comércio*, RJ, 24/05/1939).

centenario do grande vulto da literatura brasileira” (*A Batalha*, RJ, 28/05/1939). A emissora realizou, entre 29/05/1939 e 23/07/1939, diariamente, às 18 horas, a transmissão de palestras em que, segundo *A Batalha*, “einentes homens de letras” (*A Batalha*, RJ, 28/05/1939) dariam “aos ouvintes por meio do radio a possibilidade de conhecer melhor a obra do grande immortal” (*A Batalha*, RJ, 28/05/1939). Eis a programação:

29/05 “Phrase de Machado de Assis”, por Josué Montello
30/05 “Machado de Assis crítico”, por Affonso Costa
31/05 “Aspectos geraes”, por Joaquim Ribeiro
01/07 “Machado de Assis romancista”, por Pedro Calmon
05/07 “Sentimento na poesia de Machado de Assis”, por Aldemar Tavares
15/07 “Machado de Assis chronista”, por Barbosa Lima Sobrinho
22/07 “Valor das palavras na obra de Machado de Assis”, por Oswaldo Orico
23/07 Nesse dia occupará o microphone o Dr. Augusto Meyer, Director do Instituto Nacional do Livro (*A Batalha*, RJ, 28/05/1939).

A Rádio Cruzeiro do Sul instituiu, ainda, quatro concursos para premiação dos melhores trabalhos inéditos sobre Machado de Assis, com os temas: Machado de Assis Romancista; Machado de Assis Poeta; Machado de Assis Contista; e Machado de Assis Theatrólogo e Chronista.

Em meio às muitas homenagens ao centenário machadiano, um jornal baiano, *O Imparcial*, noticiou com entusiasmo a sugestão que teria dado Roquette-Pinto de gravar, com textos escolhidos de Machado de Assis, uma coleção de discos a ser distribuída nas escolas públicas e também nas embaixadas e consulados no exterior do país:

Não podemos ocultar as vantagens da applicação de semelhante medida – gravação em discos de paginas escolhidas de romances, contos, poesias, chronicas, do inolvidável estheta da nossa lingua. Nem todos os que se referem a Machado de Assis leram as suas obras. [...] Os discos realizariam uma apreciavel obra de difusão dos melhores motivos do grande escriptor, e os jovens entrariam logo no conhecimento de sua obra, pelo estímulo e interesse que os discos despertariam no seu espirito (*O Imparcial*, BA, 25/05/1939).

Há indícios de que a sugestão apresentada por Roquette Pinto tenha se concretizado, com a gravação de ao menos dois discos (constantes do acervo da Academia Brasileira de Letras). A iniciativa de produzir gravações de áudio de partes da obra machadiana (“páginas escolhidas”) demonstra pouca importância atribuída à

leitura da obra (único meio pelo qual, aliás, poder-se-ia apreciar a qualidade do escritor como “inolvidável estheta da nossa língua” [*O Imparcial*, BA, 25/05/1939]).

Mas foi junho de 1939 o mês que concentrou o maior número de homenagens. No dia 21 de junho, o Centro Carioca organizou uma cerimônia, irradiada pela Radiodifusão do Ministério da Educação, em frente à Academia Brasileira de Letras, para a qual “o Ministro da Justiça, dr. Francisco Campos, manifestou a sua solidariedade e determinou o comparecimento da Banda da Polícia” (*A Batalha*, RJ, 21/06/1939).

O programa radiofônico Hora do Brasil⁴⁷ realizou “uma irradiação especial destinada a incorporar-se ao cyclo de homenagens prestadas ao immortal fundador e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras” (*Correio Paulistano*, SP, 21/06/1939). Tratava-se da irradiação da peça teatral *A festa dos personagens de Machado de Assis*, de Joracy Camargo, “onde os elementos mais destacados do nosso radio-theatro terão oportunidade de reviver, com os seus traços característicos, as figuras humanas e realmente brasileiras creadas [por Machado de Assis]” (*Correio Paulistano*, SP, 21/06/1939).

Em 1939, Joracy Camargo já era jornalista e autor de teatro renomado – em 1932 ganhara o Prêmio de teatro da Academia Brasileira de Letras por *Deus lhe pague*, sua peça mais famosa – e havia escrito diversas peças históricas que foram irradiadas pela Hora do Brasil e editadas pelo Departamento de Difusão Cultural do Ministério da Justiça, como *A Lei Áurea*, *A Proclamação da República*, *A Retirada de Laguna*, *O fim do Segundo Reinado*, *O grito do Ipiranga*, entre outras (SELJAN, 1998). Este foi o homem escolhido para escrever o que seria a homenagem da Hora do Brasil ao centenário: a peça *A festa dos personagens de Machado de Assis*, veiculada em 21 de junho de 1939, dia do aniversário de Machado de Assis.

No mesmo dia, a Exposição Machado de Assis, da qual trataremos mais detidamente adiante, foi inaugurada na Biblioteca Nacional. Nessa cerimônia de inauguração, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema assinaram o decreto n.118 (Anexo 1), que estabelecia as homenagens a serem realizadas para comemorar “de modo condigno” (*Correio Paulistano*, SP, 22/06/1939) o centenário de nascimento de Machado de Assis.

⁴⁷ O programa Hora do Brasil foi criado por Armando Campos e começou a ser transmitido em 22 de julho de 1935, com o nome de Programa Nacional, sendo apresentado pelo locutor Luiz Jatobá. Em 1938, já com o nome de Hora do Brasil, o programa passou a ter veiculação obrigatória diariamente às 19 horas (cf. CABRAL, Sérgio. *A MPB na Era do rádio*. São Paulo: Moderna, 1996).

O decreto assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema em 21 de junho de 1939 atribuía ao Instituto Nacional do Livro a responsabilidade pela organização da maioria das homenagens programadas.

Em janeiro de 1937, o Ministério da Educação e Saúde criara o Instituto Cairu, instituição cuja tarefa era produzir a Enciclopédia Brasileira (segundo o modelo das consagradas Enciclopédia Universal e Enciclopédia Britânica). Em dezembro de 1937 (lembre-se que o Estado Novo foi decretado em novembro de 1937), ainda sem nenhuma produção concreta do Instituto Cairu, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, sugeriu a extinção deste e a criação do Instituto Nacional do Livro.

Mantendo a aspiração do extinto Instituto Cairu, o Instituto Nacional do Livro conservou uma de suas seções destinada à criação da Enciclopédia Brasileira e de um Dicionário da Língua Nacional. E criou outras duas seções: a das Bibliotecas, incumbida de “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional” (SILVA, 1992, p. 45); e a seção das Publicações, cuja atribuição era “adotar medidas necessárias ao aumento, melhoria e barateamento dos livros no país” (SILVA, 1992, p. 45).

Em fevereiro de 1938 o crítico machadiano Augusto Meyer foi nomeado presidente do Instituto Nacional do Livro. No primeiro relatório das atividades do Instituto, apresentado em outubro de 1940, Meyer insiste que apenas em meados de 1939 o governo realmente instalou as seções do Instituto, nomeando seus chefes e auxiliares⁴⁸.

Ainda assim, começando os trabalhos com atraso em pleno ano do centenário de nascimento de Machado de Assis, foi o Instituto Nacional do Livro quem organizou a Exposição comemorativa realizada na Biblioteca Nacional.

Contudo, a designação conferida ao Instituto Nacional do Livro pelo decreto que estabelecia as comemorações do centenário era bem mais ampla e incluía a publicação de uma edição crítica das obras completas de Machado de Assis e uma edição de luxo em três volumes (um de poesias selecionadas, outro de contos selecionados, e um romance, *Dom Casmurro*).

⁴⁸ As fontes primárias indicam que nesse período de limbo que o Instituto Nacional do Livro viveu, entre 1937 e 1939, a instituição ainda passava pelo crivo do Serviço de Divulgação da Chefatura da Polícia do Distrito Federal, comandado por Filinto Muller, que investigava a necessidade e as atribuições do Instituto Nacional do Livro (cf. Silva, 1992).

A mais exitosa das três tarefas atribuídas ao Instituto Nacional do Livro foi a Exposição. Além de realizar este – que pode ser considerado o principal evento comemorativo do centenário – o Instituto editou e publicou o Catálogo da referida Exposição. E embora não apresentasse a bibliografia machadiana completa⁴⁹, como proposta no plano de comemoração do centenário, o Instituto Nacional do Livro publicou junto com o Catálogo um lenitivo: uma bibliografia do centenário.

Já a segunda e terceira tarefas não foram tão bem-sucedidas. A *Bibliografia Brasileira* de 1939 e 1940 não registrou publicações da obra de Machado de Assis, apenas estudos de crítica e interpretação. No ano anterior, 1938 – antes, portanto, das comemorações do centenário –, a *Bibliografia* apresenta uma lista de publicações da obra de Machado de Assis que não corresponde nem à edição crítica das obras completas, nem à edição de luxo programada. Todas editadas pela Jackson, sob o título de Coleção Obras Completas de Machado de Assis: *Contos fluminenses, Correspondência, Crítica literária, Crítica teatral, Crônicas, Dom Casmurro, Esaú e Jacó, Helena, Histórias da meia-noite, Histórias românticas, Histórias sem data, Iaiá Garcia, A mão e a luva, Memorial de Aires, Memórias póstumas de Brás Cubas, Páginas esquecidas, Páginas recolhidas, Papéis avulsos, Poesias completas, Quincas Borba, Relíquias da casa velha, Ressurreição, A semana, Teatro e Várias histórias*⁵⁰.

Ainda em 1939, com o início efetivo das atividades do Instituto, Augusto Meyer preparou o lançamento de dois números da *Revista do Instituto Nacional do Livro*. Desaconselhada pelo ministro Capanema – por não ser esta uma prioridade atributiva do Instituto –, a revista foi cancelada, e somente publicada em 1956, quando Augusto Meyer não era mais diretor do Instituto, como *Revista do Livro*. No primeiro número dessa *Revista do Livro*, alguns dos artigos planejados por Meyer foram publicados: a capa traz o retrato de Machado de Assis; os pareceres de Machado de Assis no Conservatório Dramático, anotados por Galante de Sousa, foram publicados; e na folha de rosto da *Revista* há uma nota sobre o escritor⁵¹.

⁴⁹ A ambiciosa bibliografia machadiana foi realizada em 1955 por Galante de Sousa (cf. SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1955).

⁵⁰ Uma nova proposta de realizar a edição crítica da obra completa de Machado de Assis ocorreu em 1958, com a formação da Comissão Machado de Assis. A Comissão, ampliada em 1965 para incluir outros escritores de língua portuguesa, preparou filologicamente quase vinte volumes. Ainda assim, até hoje apenas parte da obra machadiana recebeu uma edição crítica.

⁵¹ A nota afirma: “Machado de Assis é um nome inteiramente familiar ao Instituto Nacional do Livro. É quase um patrono. Quando do centenário do nascimento do autor de *Brás Cubas*, em 1939, o Instituto, sob a

A emissão de um selo postal comemorativo do centenário, também proposta pelo plano de comemoração e não expressa no decreto, foi concretizada e trazia o retrato de Machado de Assis maduro e sisudo (retrato de 1900, por Luiz Musso), com o nome do autor e a datação 1839 – 1939 (Anexo 2) ⁵².

O Prêmio Machado de Assis, estabelecido pelo decreto n.118 de 1939, é ainda hoje um dos principais prêmios literários brasileiros, sendo oferecido pela Academia Brasileira de Letras a escritores brasileiros, pelo conjunto da obra, desde 1941. Em 1941, o premiado foi Tetra Teffé; em 1942, Afonso Schmidt; em 1943, Sousa da Silveira; em 1944 não houve premiação; e, em 1945, Osório Dutra.

As comemorações do centenário mobilizaram, ainda, outros recursos. A divulgação das técnicas fílmicas suscitara desde a década de 1920 no campo pedagógico dúvidas quanto ao emprego de tais recursos na sala de aula. Em 1930, dois professores do colégio Pedro II, Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho, lançaram o livro *Cinema e Educação*, que foi secundado por *Cinema contra Cinema*, de Joaquim Canuto Mendes. Ambos os livros acaloraram os debates ao incentivar a adoção de conteúdos audiovisuais nas práticas de ensino (SCHVARZMAN, 2004).

Mesmo antes de decretado o Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas, seguindo uma tendência mundial, já conferia atenção à eficácia do cinema na construção do nacionalismo e entendia a educação e cultura como espaço privilegiado de tal construção. Tendo isso em vista, foi criado em março de 1936 o Instituto Nacional do Cinema Educativo, submetido ao Ministério da Educação e Saúde, e sendo presidido por Edgard Roquette-Pinto.

Em 1936, o Instituto Nacional do Cinema Educativo já havia produzido trinta filmes, incluindo a primeira versão de *Um apólogo*, de Machado de Assis. Mas apenas em janeiro de 1937 o Instituto foi oficializado, por meio da Lei 378, que

direção do machadiano ilustre que se chama Augusto Meyer, participou das comemorações com uma exposição que foi, no gênero, das melhores que já se viram nesta cidade. No ano passado, publicou a *Bibliografia de Machado de Assis*. E agora, por uma feliz inspiração de seu diretor, Dr. José Renato Santos Pereira, aproveita o ensejo da data machadiana, quando se comemora o 117º aniversário do nascimento de Machado de Assis, para publicar o primeiro número da *Revista do Livro*” (REVISTA, 1956, p. 03).

⁵² Conforme afirma Hélio de Seixas Guimarães (2008): “Geralmente tomando como base as imagens fotográficas, eles [as litografias e os desenhos] contribuem para fixar – e até para enrijecer – ainda mais os traços que passarão a compor a figura do escritor. [...] Do ponto de vista da iconografia, estavam definidos os traços que seriam utilizados para a construção do vulto nacional, do escritor oficial, do ícone Machado de Assis. Essa imagem seria cunhada em selos, moedas e cédulas comemorativas do centenário e do sesquicentenário de seu nascimento, em 1939 e 1989, e também dos 50 anos de sua morte, lembrados em 1958” (GUIMARÃES; SACHETTA, 2008, p. 10).

reestruturou o Ministério da Educação e Saúde. O artigo 40 desta lei trata especificamente do INCE:

fica criado o Instituto Nacional do Cinema Educativo, destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino, e ainda como meio de educação da população em geral (apud SCHVARZMAN, 2004, p. 43).

Os filmes seriam, assim, um dos elementos criadores do sentido do nacionalismo na política, na cultura e na educação. Os temas dos filmes eram extremamente variados, iam de *Corrida rústica de revezamento* à *Os Lusíadas*, passando por *Morfogênese das bactérias* e *Dia da Pátria*, por isso o INCE contava com diversos consultores e colaboradores nas mais variadas áreas, todos de renome e reconhecida probidade⁵³. Entretanto, diferenciando-se dos filmes produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o Instituto Nacional do Cinema Educativo evitou filmes “de propaganda laudatórios” (SCHVARZMAN, 2004, p. 206).

Sendo parte importante, ainda que recente, da vida nacional, o cinema teve necessariamente participação nas comemorações do centenário de nascimento de Machado de Assis. Há indícios, inclusive, de que produtoras privadas planejaram suas homenagens ao escritor:

pela iniciativa do diretor da Guanabara Films, Sr. Santos Lopes, e do chefe do Museu Histórico da Cidade, professor Ariosto Berna, será filmada uma síntese da vida e obra de Machado de Assis, onde a Guanabara Films terá a oportunidade de prestar um magnífico serviço a cultura cívica nacional (*A Batalha*, RJ, 21/06/1939).

⁵³ A Comissão consultora do Instituto Nacional do Cinema Educativo era formada por especialistas em diversas áreas. Assuntos históricos ficavam a cargo de Afonso de Taunay, Pedro Calmon e Paschoal Leme. Nas Artes plásticas: Cândido Portinari, Oscar Niemayer, Santa Rosa, Henrique Oswald e Carlos Cavalcanti. Na Música, ninguém menos que Heitor Villa-Lobos. E na Literatura: Pedro Calmon e Lúcia Miguel Pereira. Para Dança: Vera Brabinoka e Pierre Michailowsky. Nas Ciências Humanas e Artes: Maurício Gudin, Chicralla Haidar, Maria Chatalár Chaves e Oswaldo Magella Bijos. Para assuntos de Zoologia: Paulo Roquette-Pinto, Melo Barreto e Alfredo Peres Lopes. Na área médica: Américo Braga, Agnaldo Alves Filho, Bastos D'Ávila, Décio Parreiras, Vital Brasil, Evandro Chagas, Miguel Osório Pereira, Carlos Chagas, Ermínio Lima, Gil Comenaro, Otávio de Magalhães e Oswaldo Cruz. Como consultores de Física: Alírio Matos, Francisco Gomes e Oscar D'Ultra. Alcides Silva Jardim e Pereira Reis eram, respectivamente, os consultores de Química e Astronomia. Para qualquer assunto referente à Indústria o INCE consultava Theodomiro Pereira, Tasso da Oliveira e Armando Barros (SCHVARZMAN, 2004).

O certo, porém, é que foi o Instituto Nacional do Cinema Educativo, em meio a uma extensa e intensa produção⁵⁴, quem realizou em 1939, pelas comemorações do centenário, a segunda versão de *Um apólogo – Machado de Assis*, recebido como uma de suas principais homenagens: “das honras posthumas que a Literatura contemporânea conferiu ao criador de ‘Quincas Borba’, poucas valem a que se traduz na pellicula cinematographica que humaniza o apologo da agulha e da linha” (*Correio da manhã*, RJ, 13/07/1939).

Em ambas as versões (a de 1936 e a de 1939⁵⁵) o filme foi dirigido por Humberto Mauro. O diretor foi convidado pelo próprio Roquette-Pinto, em 1936, para integrar a equipe técnica do Instituto e tornou-se responsável pela maior parte da produção fílmica deste. Juntos, Roquette-Pinto e Humberto Mauro participaram da “empreitada de, pelas imagens de seus vultos históricos, suas riquezas naturais, suas descobertas científicas e tecnológicas, criar um novo país” (SCHVARZMAN, 2004, p. 16).

Enfronhado desde 1925 em produções cinematográficas, Humberto Mauro teve sempre um temário principal: o Brasil, construindo “um Brasil em imagens que vêm a se tornar, elas mesmas matrizes do cinema brasileiro” (SCHVARZMAN, 2004, p. 16). Por isso, é importante frisar que Humberto Mauro não é um simples porta voz do Estado Novo, ele constrói “um fazer cinematográfico portador de uma linguagem sofisticada” (SCHVARZMAN, 2004, p. 13). E embora se trate de uma produção oficial – posto que era proposta pelo poder governamental ou emanada dele –, a obra de Humberto Mauro no INCE não é diretamente exaltatória ao governo.

Um apólogo – Machado de Assis de 1939 começa com os créditos: “Interpretes: Grace Moema; Júlia Dias; Déa Selva; Nelma Costa; Darcy Cazaré”. Atores e atrizes profissionais, alguns até renomados e que já haviam atuado em produções pré INCE de Humberto Mauro.

Os créditos seguem: “Montagem de H. Collomb; Desenhos de Santa Rosa; Partitura do Maestro J. Octaviano; Fotografia de Manoel Ribeiro; Direção de Humberto Mauro”.

O primeiro quadro do filme é a foto mais célebre de Machado de Assis, maduro, sentado diante da escrivaninha, de óculos. Surgem na tela imagens em

⁵⁴ O Instituto Nacional do Cinema Educativo teve 358 títulos realizados entre 1936 e 1964, sendo 244 deles produzidos até 1947, quando Roquette-Pinto era diretor (SCHVARZMAN, 2004).

⁵⁵ *Um apólogo – Machado de Assis* teve duas versões: uma em 1936 e outra, realizada especialmente para o centenário, em 1939. A segunda versão é mais longa e com mais recursos (SCHVARZMAN, 2004).

movimento do Rio de Janeiro, acompanhadas da seguinte narração, feita por Roquette-Pinto:

Machado de Assis nasceu a vinte e um de junho de 1839, numa casa modesta no Morro do Livramento. No Morro do Livramento e na Academia Brasileira de Letras estão os dois polos da vida admirável do grande escritor.

Foram seus pais Francisco José de Assis, operário pintor de casas e Maria Leopoldina Machado de Assis, que auxiliava o marido trabalhando no serviço doméstico do senhorio.

Baleiro, coroinha, tipógrafo, revisor de provas, jornalista, funcionário público, tudo isso ele foi sucessivamente.

E mais do que isso: Machado de Assis foi poeta e escritor perfeitos, romancista ainda não igualado. Como homem e como artista representa para os brasileiros o mais puro exemplo.

A estátua de Machado de Assis enobrece a fachada da Academia Brasileira, e foi um dos fundadores e primeiro presidente.

Faleceu o grande escritor a vinte e nove de setembro de 1908, no Rio de Janeiro.

Narrada a vida do escritor em 1'40 minutos, com os argumentos biográficos tão comuns no centenário (argumentos baseados quase inteiramente na biografia de Machado de Assis feita por Lúcia Miguel Pereira), o filme passa a tratar rapidamente do acervo mobiliário de Machado de Assis, com imagens que remetem aos objetos aludidos na narração:

a Academia Brasileira conserva carinhosamente a mesa e a poltrona, o tinteiro e a pena, o pince-nez, de Machado de Assis.

Este ramo de Carvalho do grande poeta Torquato Tasso foi enviado da Itália por Joaquim Nabuco a Machado de Assis, que ele achava que “deveria ser tratado com carinho e veneração que no Oriente as caravanas tratam a palmeira às vezes solitária no oásis”.

Assim, sendo a consagração de Machado de Assis também avalizada por seu contemporâneo Joaquim Nabuco, o quadro se abre para referências à obra do escritor, cada livro narrado acompanhado de uma imagem do volume correspondente⁵⁶.

O delírio de *Brás Cubas*, o primeiro de seus grandes romances, é a página mais forte da Literatura Brasileira. O herói, arrebatado por um hipopótamo, vai à origem dos séculos e interroga a natureza, um

⁵⁶ Segundo a descrição feita no Catálogo da Exposição Machado de Assis, os volumes apresentados no filme do INCE são os da coleção Obras Completas de Machado de Assis, publicada pela Jackson, em 1938: “encadernação em couro azul, com retrato estampado a ouro na capa” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 163).

vulto imenso, uma figura de mulher: porque nasceu? Porque vai morrer?

No romance *Quincas Borba*, um filósofo e um cão tem o mesmo nome. É livro de pensamentos. Rubião, o personagem central, acaba louco, julgando-se Napoleão III, crente que o espírito de filósofo seu amigo encarnara no cachorro.

Dom Casmurro é romance de amor e de ciúmes, onde a linda Capitu, de olhos de ressaca, tenta e atormenta o acanhado Bentinho.

Os manuscritos de *Esaú e Jacó* e de *Memorial de Aires* pertencem à Academia Brasileira. No *Memorial* o escritor retratou a si mesmo e a Dona Carolina, sua esposa. “Puro amor, punha num recanto o mundo inteiro”.

Um pequeno intervalo e eis que adentra a tela Lúcia Miguel Pereira, livro em punho, começa: “*Um apólogo* foi publicado no volume *Várias Histórias*”. Ela abre o livro e diz: “Era uma vez...”. Aí então tem início a interpretação do conto *Um apólogo*, de Machado de Assis.

Aos 13’08 minutos o filme volta para Lúcia Miguel Pereira, que lê o último parágrafo do conto: “Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária”. E um bordado anuncia o “fim” na tela. Tal estrutura fílmica era bastante comum nos filmes do Instituto Nacional do Cinema Educativo:

a biografia do personagem, em geral narrada por Roquette-Pinto, inscreve-o numa épica nacional da qual ele é parte fundamental. O tom é grandiloquente, afirmativo, mas abstrato, pela própria heroicização dos fatos narrados. São personagens de um Olimpo que inaugura e dirige a nação. A essa épica narrativa – ilustrada por imagens de monumentos (que acrescentam distância e reverência), do lugar de nascimento e de iconografia vária –, segue-se normalmente uma dramatização da obra ou dos feitos do personagem. Aí, com frequência, Mauro encontra algum viés que torna coloquial o de início intangível. O gênio transporta-se para um registro mais íntimo, ganhando concretude, “desmonumentalizando-se” (SCHVARZMAN, 2004, p. 267).

A manobra de Humberto Mauro para tornar concreto o que antes parecia intangível acontece em *Um apólogo – Machado de Assis* na decisão da agulha e da linha serem interpretadas por atrizes: não são objetos em movimento, são agulha e linha com feições humanas.

Os comentários da imprensa ao filme lembram a dificuldade da tarefa:

Dar-lhe realidade com beleza, transfigurar-lhe os symbolos, seria quase um milagre, tamanhas as dificuldades technicas que certamente se apresentariam a quem tentasse a empresa (*Correio da manhã*, RJ, 13/07/1939).

Mas reconhecem-no como um sucesso:

(...) termina o 'film'. Tudo nelle é optimo.

A concepção, o enquadramento, as sequencias. A photographia é nítida, em nada inferior às melhores que nos vêm de fóra, dos logares que dispõem de aparelhagem completa e de technicos com longa prática. As scenas de metamorfose de objetos inanimados em sêres vivos são admiráveis. O jogo de luz é discreto, não ha exagero em nada, e tambem não se notam deficiencias que se justificariam em se tratando de um trabalho executado com recursos escassos, em sitios improvizados (*Correio da manhã*, RJ, 13/07/1939).

A escolha desse conto, dentre tantos, para ser filmado merece menção. Um jornal da época indica que *Um apólogo* era um conto bastante popular: “O thema é dos que andam por ahi vulgarizados nas anthologias. Não ha quem o desconheça e o não recite, tão elegante é a sua forma e tão profundo é seu conceito” (*Correio da manhã*, RJ, 13/07/1939). As razões para tal popularidade podem ser radicadas no fato de um apólogo ser, por definição, uma narrativa agradável que encerra uma lição de sabedoria e guarda um sentido moral.

Mas, fiel ao texto de Machado de Assis, o filme reproduz também a criticidade característica deste. O enredo da disputa entre agulha e linha na primazia do vestido da baronesa, o trabalho da primeira usufruído pela segunda, poderia facilmente ser interpretado como uma alegoria para as lutas de classes. Isso certamente seria um problema, se a tônica central do Estado Novo não fosse conferir a importância e valor merecidos àqueles que realmente construíam essa nação: os “trabalhadores do Brasil”. A narrativa original de Machado de Assis, em um contexto e situação determinados, significava que, no tempo de Machado de Assis, no tempo das baronesas, a agulha não ia ao baile, mas, no Estado Novo, era diferente: senão ao baile, ao menos ao cinema.

A Academia Brasileira de Letras também participou das homenagens ao iniciar, em 21 de junho de 1939, um Curso de Conferências sobre Machado de Assis. Com a colaboração do Ministério da Educação, o Curso foi inaugurado em Sessão solene da Academia, às 21 horas do dia 21 de junho com discurso do

ministro Gustavo Capanema. O programa das Conferências, noticiado pelos jornais, era o seguinte:

21/06 “Machado de Assis e o humour”, por Claudio de Souza
“O valor das palavras na obra de Machado de Assis”, por Oswaldo Orico

27/06 “Aspectos psicológicos de Machado de Assis”, por Antonio Austregesilo
“Machado de Assis e o conto”, por Hernandez Catá (Embaixador de Cuba)

30/06 “A obra de Machado de Assis”, por Alcides Maya
“A timidez de Machado de Assis”, por Peregrino Junior

04/07 “A poesia de Machado de Assis”, por Pereira da Silva
“A religião na obra de Machado de Assis”, por Austregesilo de Atháide

07/07 “Machado de Assis e a crônica”, por Pedro Calmon
“A índole da língua e a frase de Machado de Assis”, por Josué Montello

11/07 “Machado de Assis e a crítica literária”, por Múcio Leão
“Neologia de Machado de Assis”, por Joaquim Ribeiro

14/07 “O teatro de Machado de Assis”, por Viriato Correa
“A mulher na obra de Machado de Assis”, pela senhorita Lúcia Miguel Pereira

18/07 “Machado de Assis na literatura da Língua Portuguesa”, por Martim Nobre de Mello (Embaixador de Portugal)
(*A Noite*, RJ, 21/06/1939).

Apesar de os jornais divulgarem que “essas conferências são públicas, não sendo exigido convite especial” (*A Noite*, RJ, 21/06/1939), é difícil pensar que a elas ocorresse uma audiência popular. Note-se que os temas das Conferências, a grande maioria voltada para o estudo da obra machadiana, garantia ainda mais erudição ao evento, tornando-o uma comemoração para poucos.

É nessa comemoração da Academia Brasileira que o ministro Capanema, o homem a orquestrar, com poder decisório, todas essas homenagens, proferiu um discurso (Anexo 3) que merece análise mais detida.

Após os agradecimentos de praxe pelo convite da Academia, e depois de recordar que era o representante de Getúlio Vargas naquela solenidade, Gustavo

Capanema enuncia que, com seu discurso, pretendia “*apenas traduzir a atitude do Estado em face dessa comemoração*” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939, grifo nosso).

Empenhado em justificar o “relevo maior, mais destacado e mais vivo” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939) que o governo dava ao centenário machadiano, Capanema dedica-se a exaltar as qualidades de Machado de Assis, para explicar por que o escritor “merece esse respeito” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939). A exaltação é realizada em duas frentes: primeiramente, o orador valoriza a trajetória pessoal de Machado de Assis; e, em seguida, faz um elogio da obra do escritor, apresentando os motivos pelos quais ela constitui “o mais primoroso bem do nosso patrimonio intellectual” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939).

Biograficamente, Machado de Assis é descrito como um “homem extraordinario” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939), cujo talento, esforço e moralidade devem ser venerados, visto que, “pelos espantosos *dons naturais*, que lhe vieram da graça, e pelo *esforço* e pela *perseverança* que consagrou á vocação e ao ideal, conseguiu realizar uma vida sem mácula” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939, grifo nosso):

Elle foi, antes de tudo, uma alta figura moral. Em todos os passos de sua vida, assim na familia como deante dos homens, sempre procedeu com apuradas virtudes. Os seus dias foram de labuta, de consagração e de vigília. Não conheceu o vicio nem o ócio. Do começo ao fim, foi fiel, fiel ao amor e á amizade, fiel ao seu destino, fiel á sua patria. Em suma, Machado de Assis foi um homem de bem. Pois toda grandeza autentica é, no fundo, e antes do mais nada, grandeza moral (*O Globo*, RJ, 22/06/1939).

Conforme se verifica, a moralidade de Machado de Assis é exaltada e sua vida é apresentada como exemplar, marcada pelo trabalho, pela correção e pela moderação. Dos característicos biográficos por nós apontados anteriormente como mais explorados pela crítica machadiana do período, prevalecem, no discurso com peso oficial de Capanema, aqueles que descrevem um Machado de Assis estudioso, esforçado e trabalhador. As demais características investigadas pela crítica dos anos 1930 e 1940, que apresentam um Machado de Assis mulato e epilético, não são claramente abordadas por Capanema e apenas podem ser subentendidas entre as dificuldades contra as quais o escritor teve de labutar.

Na valorização da obra, o Ministro da Educação afirma que Machado de Assis é o maior escritor brasileiro, “a figura mais representativa da cultura nacional” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939), porque “na sua obra circula o sangue de nosso paiz” (*O*

Globo, RJ, 22/06/1939). Capanema adverte, porém, que isso não seria suficiente, pois, uma obra “destinada a durar” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939) está marcada pelas categorias do nacional e do universal:

se a obra de Machado está sim às nossas bases, é uma expressão de nosso espírito, é de notar, por outro lado, o seu carácter de universalidade, isto é, o poder que ella tem de exprimir os mais finos sentimentos e idéas de todos os homens e a immensa lição de sabedoria que dela decorre (*O Globo*, RJ, 22/06/1939).

A relação dialética entre nacional e universal que afirmamos estar fortemente presente na crítica machadiana desse período revela-se aqui e, mais do que isso, embasa o discurso do Ministro, que recebeu o significativo título de “Glória da Pátria e da Humanidade”. A criticidade da obra machadiana, por outro lado, não é mencionada.

Por fim, o teor de culto que parece revestir a maioria das homenagens ao centenário machadiano, e que também se revela em certa parte da crítica literária do período, é confirmado por Gustavo Capanema ao defender que Machado de Assis deveria ser objeto de “nosso culto reverente” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939), porque ele “é agora um dos mais luminosos deuses do nosso firmamento” (*O Globo*, RJ, 22/06/1939).

Esse representativo discurso de Gustavo Capanema e as várias homenagens oficiais – isto é, emanadas do poder governamental – prestadas ao centenário de nascimento de Machado de Assis demonstram que o escritor foi, durante o Estado Novo, objeto de uma ofensiva capaz de consagrá-lo como o maior escritor brasileiro e, em grande medida, também como um medalhão nacional, patrimônio cultural brasileiro, de quem os brasileiros podiam orgulhar-se.

Houve um empenho de consagração de Machado de Assis nesse período. Posto isto, é possível identificar mais detidamente, em um documento/ evento representativo dessa consagração operada pelo Estado – a Exposição Machado de Assis – os característicos da obra e da biografia machadiana valorizados por essa ofensiva do Estado.

3.1. Exposição Machado de Assis

A Exposição Machado de Assis ocorreu na Biblioteca Nacional e foi inaugurada em 21 de junho de 1939, dia do aniversário de centenário de nascimento de Machado de Assis. A cerimônia de inauguração contou com a presença de Getúlio Vargas, responsável por inaugurar a Exposição, e outros grandes nomes do Estado Novo. No dia seguinte à inauguração, o *Correio Paulistano* noticiou:

Às 17 horas, o Senhor Presidente Getúlio Vargas inaugurou na Bibliotheca Nacional uma exposição sobre a vida e a obra do immortal escriptor [...] O Chefe do governo, que se fazia acompanhar do sr. ministro Gustavo Capanema e do General Francisco José Pinto, foi recebido por numeroso grupo de escriptores (*Correio Paulistano*, SP, 22/06/1939).

A cerimônia consistiu na leitura ao público do Decreto n.118, que definiu as comemorações realizadas pelo Estado no centenário de nascimento de Machado de Assis, e assinatura do mesmo por Vargas e Capanema, “sob fortes applausos” (*Correio Paulistano*, SP, 22/06/39). O presidente Vargas ainda visitou a Exposição, guiado por Augusto Meyer, e, segundo o *Correio Paulistano*,

á medida que [Vargas] ia examinando os painéis, trocava impressões com os escriptores presentes, sobre detalhes da obra de Machado de Assis. Ao se retirar, o Sr. Presidente Getúlio Vargas fez questão de accentuar sua magnifica impressão, por essa importante realização do Instituto do Livro (*Correio Paulistano*, SP, 22/06/39).

Organizada pelo Instituto Nacional do Livro, a Exposição mobilizou muitas das instituições do Estado. Afirma em nota o seu Catálogo:

A Exposição Machado de Assis foi planejada e organizada pelo Instituto Nacional do Livro em colaboração com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Biblioteca Nacional, com a cooperação da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Casa de Rui Barbosa e do Real Gabinete Português de Leitura, e com valioso concurso particular (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 11).

Dentro ou fora dos órgãos estatais, o evento contou com a contribuição de intelectuais renomados, como o machadiano Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, e Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; de críticos literários como Afrânio Peixoto e Peregrino Júnior; de senhoras da sociedade, como a Sra. General Leitão de Carvalho, a Viúva Mario de Alencar e D. Carolina Nabuco; e da “assistência técnica do engenheiro” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 15) Oscar Niemeyer, segundo o Catálogo, responsável pelo “projeto, bem como [pel]a boa execução dos trabalhos, em que se houve com a inventiva e a probidade que todos lhe reconhecem” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 15).

Por buscar evitar “os inconvenientes de uma exposição de caráter estritamente erudito, em que muita vez o documento é letra morta” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14), o projeto comandado por Niemeyer foi inspirado no Museu de Literatura, uma das seções da Exposição de Artes e Técnicas, de Paris. E utilizou, como recurso, ampliações (de fotografias, gravuras, manuscritos e impressos) expostas em painéis, numa tentativa de “aliagem da erudição e da evocação imediata” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14).

Tratava-se de sete painéis, seis deles cujos temas notadamente diziam respeito à trajetória biográfica de Machado de Assis – Infância, Formação, Vida Íntima, Maturidade, Crepúsculo, Consagração – e somente um painel – Obra – tratava da obra machadiana.

Essa decisão de privilegiar a vida de Machado em detrimento da obra (a desproporção seis para um nos painéis sugere isso), explica-se pela tentativa de aliar “erudição e evocação imediata” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14). A primeira era a consequência natural de tratar-se de Machado de Assis. O problema concentrava-se na segunda disposição: para tal, nada evocava mais apelo imediato que a vida sofrida do escritor.

A repercussão da Exposição Machado de Assis na imprensa foi grande e elogiosa. Anunciada meses antes, quando aprovado o plano da Comissão do Centenário, a Exposição era aguardada e estabeleceu-se em torno dela alguma curiosidade a respeito do “methodo novo e interessante” (*A Tarde*, RJ, 08/06/ 39) que seria empregado nessa Exposição, que, “pela sua novidade e originalidade, constituirá um acontecimento intelectual de notável significação” (*A Tarde*, RJ, 08/06/ 39). O periódico *A Tarde* trazia, no início de junho, uma entrevista com o diretor do Instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer, afirmando que, “pelo methodo adoptado” (*A Tarde*, RJ, 08/06/ 39), a Exposição

procura dar ao público uma série de quadros capazes de transmitir á vista, como imagens presentes, o ambiente, as pessoas, os actos distintos que marcaram o desenvolvimento da personalidade e da obra de Machado de Assis (*A Tarde*, RJ, 08/06/39).

A Exposição Machado de Assis é a segunda da Série Exposições realizada pelo Ministério da Educação e Saúde. A primeira foi realizada em 1938, com o título Exposição José Bonifácio: Centenário da Morte do Patriarca da Independência. A terceira exposição da série aconteceu em 1947, sob o título Exposição Castro Alves: Centenário de Castro Alves (Anexo 4).

No intento de ampliar ainda mais o alcance e a repercussão de suas Exposições, “de manter aberta a exposição” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), o Ministério da Educação publicou catálogos com descrições minuciosas e fotografias dos painéis. Eis a justificativa apresentada, idêntica nos catálogos das três exposições que formam a série:

Uma exposição representa sempre considerável esforço e tem como finalidade instruir e ilustrar. Entretanto, só aproveita ao limitado número de pessoas que podem visitá-la. O Ministério da Educação e Saúde arrola, no seu programa de trabalho, a realização de frequentes exposições culturais. E para dilatar o alcance delas a quantos diretamente não as vejam e estudem, edita uma coleção de álbuns, sob o título geral de Exposições. O presente catálogo [Exposição Machado de Assis] constitui o segundo volume dessa coleção (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 03).

Augusto Meyer é quem assina a Introdução do Catálogo da Exposição Machado de Assis (Anexo 5). Afora a apresentação do evento, com agradecimentos aos colaboradores, enumeração dos organizadores e explicações técnicas, a Introdução interessa pelas afirmações de conteúdo crítico-literário feitas por Meyer.

Para um crítico como Augusto Meyer que, como vimos, caracterizou-se pela defesa do estudo do Autor Machado de Assis em detrimento do Homem, surpreende o reconhecimento e a importância concedida aos estudos biográficos de Machado de Assis. Já no primeiro parágrafo da Introdução há a afirmação de que, quanto a Machado de Assis, é chegado o momento no qual o estudo da obra já não é mais suficiente e impõe-se o estudo biográfico:

A contar de Alfredo Pujol, acentuou-se a curiosidade pela biografia de Machado de Assis, muito incompleta ainda, cheia de remendos, à

espera dos pesquisadores que, após a consulta aos arquivos, desenleassem o fio da sua vida (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

Está fortemente presente, nessa Introdução, a ideia de que na obra machadiana é possível entrever a vida de Machado de Assis (“formas alusivas sugerem uma realidade original” [EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13]) e de que isso não é mais suficiente para aplacar a “fome da curiosidade” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13) existente naquele momento. “Fome de curiosidade” pela biografia do escritor, e não por sua obra, a qual seria capaz de apenas entremostrear a vida. Sob essa justificativa, seria premente iniciar-se então “a fase da pesquisa biográfica, desejo de reconstituir passo a passo a vida do homem que os livros entremosttram” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

Tal tentativa de reconstrução passo a passo da trajetória pessoal de Machado de Assis trazia o empenho de retirar o escritor da “nuvem de mistérios em que se envolvera como um deus esquivo” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), de desvendar e interpretar sua vida, tendo ele feito “da sua vida outra obra de arte” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

Apesar de descrever Machado como um “nobre fantasma” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), que ainda “possuía o encanto de uma fotografia antiga e desbotada” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), o intento da Exposição era, segundo Meyer, afirmar e reconstituir a “presença” de Machado de Assis. Presença viva e sempre renovada que se revelaria não somente na obra machadiana, ou ainda na iconografia e nos documentos, mas presença que dizia respeito à “reconstituição do meio físico e social em que o espírito do homenageado se formou” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14):

Foi precisamente essa presença de Machado de Assis considerada nas várias etapas de sua formação, e em renovo através do tempo, que o Instituto Nacional do Livro tentou reconstituir na Exposição Comemorativa de Centenário, promovida pelo ministro Gustavo Capanema, por determinação do presidente Getúlio Vargas (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14).

De certo, reconstituir a vida de Machado de Assis nesse nível de minúcia, passo a passo, exigiria não apenas exaustiva pesquisa em busca de documentos, fotografias, correspondência pessoal, manuscritos, depoimentos, etc.; mas também pressupunha alguma imaginação a fim de preencher as lacunas que a pesquisa

biográfica não pudera resolver: seria preciso retilhar “em imaginação os caminhos confusos da sua experiência” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

Para Augusto Meyer, no ano do centenário (1939) chegara “a hora dos documentos e das novas interpretações” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13). Das novas interpretações biográficas, frise-se. Pois “é a própria aventura humana do biografado que agora importa conhecer nas minúcias mais humildes” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

E ao referir-se às “minúcias mais *humildes*” Augusto Meyer refere-se não apenas aos detalhes íntimos da biografia machadiana que naquele momento seriam (e estavam sendo) trazidos a público, mas também à intimidade profunda e obscura da vida de Machado de Assis (mais *humilhante* do que propriamente *humilde*, no contexto do século XIX), resumida em doença epiléptica, pobreza e negritude, que seria largamente explorada pela crítica machadiana, como vimos, e, em parte, não menos exposta pela homenagem oficial da Exposição Machado de Assis.

As “minúcias mais humildes” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), com afincado reveladas na Exposição, são, portanto, as “misérias” de Machado de Assis, o seu drama – conforme alguns críticos, como Lúcia Miguel Pereira e o próprio Augusto Meyer já haviam apontado em textos críticos⁵⁷. Para Meyer, Machado de Assis “cresceu tanto, ao prestígio da obra comentada e proclamada, que as suas próprias misérias participarão da consagração da fama” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13).

Essa afirmação de Meyer realmente é capaz de sintetizar a consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo. Houve, no centenário de nascimento machadiano, um substancial investimento, tanto crítico como por parte das homenagens organizadas pelo Estado, nas “misérias” de Machado de Assis: “suas próprias misérias” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13) de fato participaram e sustentaram a consagração.

Malgrado a aparência de contraditoriedade em relação à sua crítica literária que as afirmações de Augusto Meyer na Introdução possam ter, há um parágrafo desse texto em que é possível vislumbrar a leitura negativista característica dos estudos machadianos de Meyer:

⁵⁷ Antonio Candido (1989) explica que há nessa geração crítica o investimento na pesquisa do “drama”: “houve na literatura algo mais difuso e insinuante: a busca de uma tonalidade espiritualista de tensão e mistério, que sugerisse, de um lado o inefável, de outro, o fervor [...] Na crítica e no ensaio isto se traduziu num gosto paralelo pela pesquisa da ‘essência’, o ‘sentido’, a ‘vocação’, a ‘mensagem’, a ‘transcendência’, o ‘drama’ – numa espécie de visão amplificadora e ardente” (CANDIDO, 1989, p. 118).

O caso de Machado de Assis é típico. Agora, que nos aproximamos do centro vivo da sua personalidade, considerada psicologicamente, sentimos cada vez mais aprofundar-se a sombra inquietante que se projeta para além do seu perfil sempre incompleto, sempre mutilado pelo schematismo das interpretações. A sua obra, de superfície tão lisa e polida, é pura profundidade. A sua mensagem, que parece conformar-se ironicamente com o fluxo e o refluxo das aparências, abre a cada passo um vazio de interrogações aos pés do intérprete (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14).

Certamente é apenas um vislumbre da interpretação machadiana de Augusto Meyer que analisamos anteriormente. Mas, expressões como “sombra inquietante”, “pura profundidade” e “vazio de interrogações” concedem a esse texto introdutório e (como era de se esperar) laudatório algum traço, mesmo que tênue, de dúvida e negatividade que não casavam com a homenagem oficial e que Augusto Meyer habilmente soube apontar nessa Introdução.

O primeiro painel da Exposição, destinado à Infância de Machado de Assis, trazia o assento de batismo do escritor⁵⁸, a reprodução de uma planta da chácara do Livramento, aspectos dos morros do Livramento e da Conceição e um desenho da rua S. Luiz de Gonzaga. No alto do painel foi disposto, em letras de madeira, o trecho extraído de *Memórias póstumas de Brás Cubas*: “caçar ninhos de pássaros ou perseguir lagartixas nos morros do Livramento e da Conceição ou simplesmente arruar a toa” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 21) (Anexo 6).

A descrição do painel feita no Catálogo compreende, entre outras, a explicação de que o pai de Machado de Assis foi “Francisco José de Assis, nascido no Rio e residente em 1845 na rua Nova do Livramento, n.º 131, conforme indicação do Almanaque Laemmert do qual era assinante” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 21). Essa explicação (onde residia o pai de Machado e por que meio tal informação foi obtida) é dada para subsidiar a afirmação feita adiante de que “nesse morro [do Livramento] fica a rua Nova do Livramento, em cujo n.º 131 morava o menino Joaquim Maria no ano de 1945” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 22).

⁵⁸ Note-se que este é, de fato, dos poucos documentos apresentados pela Exposição. Trata-se de uma abordagem afirmativa, mas abstrata. Apesar de o enunciado ser de que a Exposição baseia-se em farta documentação, muitas afirmações baseiam-se mesmo em conceitos já repetidos desde os contemporâneos de Machado em nada documentados.

O desenho da rua S. Luiz de Gonzaga veio no Catálogo acompanhado do seguinte comentário:

Segundo informações colhidas pelos biógrafos de Machado de Assis, Maria Inez, sua madrastra, mudou-se com o enteado, que seria ainda menino, para S. Cristóvão, após a sua viuvez, indo residir em um sobradinho da rua de S. Luiz de Gonzaga (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 23).

Vê-se que, por não dispor de documentos que comprovassem a residência de Machado em São Cristóvão, o Catálogo atribui a informação aos “biógrafos de Machado de Assis”. E a Exposição ainda incentiva a imaginação dos visitantes ao apresentar a gravura de uma venda com alpendre e observar: “tipo de construção comum da época, na rua de S. Luiz de Gonzaga” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 23).

Em seguida, o painel da Formação, sob a epígrafe extraída do posfácio de *Crisálidas* – “O tempo não corre em vão para os que desde o berço foram condenados ao duelo infausto entre a aspiração e a realidade” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 31) –, apresenta retratos de Machado de Assis e de amigos do início de sua carreira literária: Casemiro de Abreu, Francisco de Paula Brito, Manuel Antônio de Almeida, Sizenando Nabuco, Quintino Bocaiuva, Francisco Otaviano, Pedro Luiz, Bernardo Guimarães, José de Alencar e Faustino Xavier de Novais (Anexo 7).

O Catálogo da Exposição acrescenta à descrição de cada retrato um resumo biográfico em que se destaca a relação do retratado com Machado de Assis. É de se notar que em todos os resumos biográficos enfoca-se a proteção oferecida por cada amigo a Machado, dando a entender que esses não foram simplesmente companheiros de jornalismo ou literatos coetâneos, mas os homens que contribuíram para a Formação de Machado de Assis, fosse ao publicar os primeiros escritos do autor, como o fez Paula Brito, fosse ao recomendá-lo a outros homens influentes, como Manuel Antônio de Almeida.

Assim, mais do que fazer “reviver a sua vida social e literária na fase de formação” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 31), esse painel acaba por indicar que Machado contou com o apoio de outros para enfim formar-se Machado de Assis.

Os aspectos do Rio de Janeiro expostos no mesmo painel fazem referência aos locais de Formação de Machado de Assis: a loja de Paula Brito, o Teatro S. Pedro de Alcântara, a Petalógica, o Clube Fluminense, o Teatro do Ginásio

Dramático, o Gabinete Português de Leitura. Também foram expostas nesse painel as reproduções de algumas contribuições de Machado de Assis em periódicos.

O painel da Formação contava, ainda, com uma vitrine na qual foram dispostos mais alguns retratos (de Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar e Quintino Bocaiuva), livros, periódicos e algumas cartas.

Nas cartas interessa observar que, devido à seleção feita pela Exposição, Machado de Assis surge mais humanizado, descido da “nuvem de mistério” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13), ora, obsequioso, a sujeitar uma obra ao parecer do Secretário do Conservatório Dramático Brasileiro; ora, distraído, a ser cobrado por Cesar Muzzio e Faustino Xavier de Novais quanto a publicações no *Diário do Rio de Janeiro*.

Isto porque se tratava, no período de Formação, de um Machado de Assis jovem, que ainda precisava pedir e podia ser cobrado. Mas que, ao mesmo tempo, formava-se escritor promissor, conforme avalizavam as dedicatórias dos exemplares expostos nas vitrines: Antônio Feliciano de Castilho considerava-o “esperançoso ornamento das letras brasileiras” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 41); José Feliciano de Castilho julgava-o um “esperançoso escritor fluminense” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 42); e Caetano Filgueiras chamava-o “meu querido poeta” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 41).

Vida Íntima é o próximo painel, que busca ainda mais a aproximação do homem Machado de Assis, com a revelação de detalhes íntimos por meio de sua correspondência pessoal. A epígrafe desse painel, extraída de *Várias Histórias*, avisava: “A descrição da vida não vale a sensação da vida” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 61), e era acompanhada de retratos de Carolina e Machado (Anexo 8).

Nas vitrines é que foram expostas as cartas e bilhetes. Nessa devassa da intimidade de Machado de Assis, a imagem do escritor forma-se – a partir da correspondência conscientemente selecionada para a Exposição – como a de um homem apaixonado e submisso, declarando seu amor por Carolina em duas cartas de noivo:

Recebi hontem duas cartas tuas depois de dois dias de espera. Calcula o prazer que tive, como as li, reli e beijei! [...] Vaes dizer naturalmente que eu condescendo sempre contigo. Por que não? Soffreste tanto que até perdeste a consciencia do teu império; estas

prompta a obedecer; admiras-te de seres obedecida (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 62).

Também se vê aquele que assinava “Machadinho” confessar seus amores passados. Eram literalmente as intimidades amorosas de Machado de Assis expostas ao grande público, em vitrines, por meio de cartas inéditas que realmente foram capazes de alimentar a “fome da curiosidade” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 13) e subsidiar especulações a respeito de quem seriam essas amantes de Machado de Assis. Para se ter uma ideia, a curiosidade, em parte despertada pelo trecho a seguir, chegou a suscitar a publicação de um livro, de H. L. de Almeida, intitulado *A vida amorosa de Machado de Assis*:

A minha historia passada do coração, resume-se em dous capítulos: um amor, não correspondido; outro, correspondido. Do primeiro, nada tenho a dizer; do outro, não me queixo, fui eu o primeiro a rompê-lo. [...] A tua pergunta natural é esta: qual destes dous capítulos era o da Corinna? Curiosa! Era o primeiro. O que te afirmo é que dos dous o mais amado foi o segundo (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 63).

As outras cartas expostas, mais propriamente bilhetes, mostravam outra faceta íntima do escritor: do homem que ainda em 1869 e até 1876, lutava sem descanso e com alguma ousadia pelo próprio sustento, “trabalhando para as necessidades do dia” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 64). Em carta a Francisco Ramos Paz, escrita poucos dias após o casamento, Machado de Assis queixa-se:

Eu contava com aquelle adiantamento e a tua carta annulou todas as minhas esperanças. Não imaginas o que me foi preciso fazer desde segunda feira a noite até sexta feira de manhã. De ordinário é sempre de rosas o período que antecede o noivado; para mim foi de espinhos. Felizmente o meo esforço esteve na altura de minha responsabilidade, e eu pude obter por outros meios os recursos necessarios na occasião. Ainda assim, não pude ir alem disso; de maneira que, agora mesmo, estou trabalhando para as necessidades do dia (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 64).

Uma série de bilhetes posteriores enviados a Ramos Paz confirma a situação financeira pouco segura de Machado de Assis e o excesso de trabalho a que se sujeitava o escritor nesse período:

Taes são as causas pelas quaes não pude continuar o nosso trabalho; continual-o-hei desde que tiver folga para isso. Elle me será

necessario, e tu sabes que eu não me poupo a esforços (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 82).

Sei que tens andado ocupado, e temo importunar te com estes pedidos; mas, como te disse, não tenho outro recurso, e desejava concluir o negocio e mais cedo que fosse possível (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 82).

Ainda preciso daquilo de que te falei. Vê se me arranjas, e deixo ao teu parecer as condições, que conto serão razoáveis, favoráveis para mim (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 83).

São tantos e taes os trabalhos que pesam sobre mim, que não me atrevo a tomar o folhetim da *Gazeta* (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 83).

Somente em 1881, uma carta de Francisco Otaviano mostra que a situação mudara: um Machado de Assis alto funcionário no Ministério da Viação recebe um pedido de recomendação a um jovem engenheiro aspirante a emprego no Ministério:

Podes, como colega de outros chefes dessa confederação, facilitar o ingresso do portador, o sr. Vicente Baptista, nas regiões inacessíveis da engenharia oficial (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 84).

É já a Maturidade de Machado de Assis, o próximo painel, despontando. Esse painel pretende abordar “a atividade de Machado de Assis na fase culminante de sua carreira” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 93). E, para isso, expõe páginas de revistas e jornais em que o escritor colaborou, retratos de membros da Academia Brasileira de Letras, aspectos do Ministério da Viação e a seguinte epígrafe: “Nem descuido, nem artifício: arte”, extraída de “Crítica” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 93). Nas vitrines, diversas cartas da fase madura de Machado de Assis e alguns de seus cadernos de estudo dos idiomas alemão e grego (Anexo 9).

O empenho da Exposição é o de indicar o prestígio alcançado por Machado de Assis em sua maturidade. Por isso, as posições que ocupava, quer nos grupos que frequentava, quer nos cargos que ocupava, é sempre encarecida nas descrições do Catálogo: na revista *A Estação*, Machado era “uma espécie de diretor espiritual” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 93); nas reuniões da *Revista Brasileira* ocupava o escritor “lugar de destaque entre eles [os homens de letras desse tempo]” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 94); na Academia Brasileira de Letras foi, desde a sua sessão preparatória, “aclamado Presidente” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 94) e “o único presidente da Academia até o dia em que morreu” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 95); e no

funcionalismo público foi “chefe de secção do Ministério da Agricultura” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 96), “diretor geral da Viação” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 96), e “diretor geral da Contabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 96).

Nessa etapa da Exposição, o investimento na figura de um Machado de Assis dedicado e trabalhador é total. As descrições são de um homem que “depois de passar as horas do dia no seu serviço de funcionário, frequentava habitualmente a tipografia Lombaerts [editora da revista *A Estação*]” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 93).

As cartas selecionadas revelam ora o amigo atencioso, capaz de lamentar perder uma visita, feliz por receber um jovem colega em sua casa, e preocupado em dar um abraço a um amigo adoentado; ora o presidente da Academia que, embora absorvido nas inúmeras atividades que o cargo implicava (discutir o regimento, marcar as sessões e cuidar da divulgação das datas, definir o local das reuniões, nomear representantes...), faltou pela primeira vez a uma sessão em 1902, após cinco anos de existência da Academia, e, ainda assim, sob a justificativa de “acumulação de serviço” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 112); ora o sócio dedicado de várias associações (o grupo gastronômico Panelinha, o Grêmio de Letras e Artes, o Club Beethoven).

Os cadernos de estudo de idiomas dão ensejo a comentários no Catálogo, que destaca “os progressos realizados pelo escritor [no estudo de alemão] no breve período de menos de três meses” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 102) e o esforço para o aprendizado do grego, com as letras saindo-lhe “trabalhosamente da pena” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 119), ao ingressar “sem trabalho prévio, sem preparação alguma” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 119) na tradução da Ciropedia de Xenofonte.

O quinto painel, Crepúsculo, aborda os últimos anos da vida do escritor e expõe o ramo do Carvalho de Tasso (presente de Joaquim Nabuco ao escritor), fotografias de Machado entre amigos (Joaquim Nabuco, Pereira Passos, Mário de Alencar), os últimos retratos de Machado de Assis e sua esposa, parte do soneto “A Carolina” e fotografias das homenagens no seu sepultamento: fotogravura do cortejo fúnebre e fotografia da sepultura de Machado de Assis, no Cemitério São João Batista (Anexo 10).

Nessa altura trazia-se o primeiro testamento de Machado de Assis, de 1898, em que o escritor declara sua herdeira universal a esposa Carolina, relata seus bens

e afirma: “não desejo que este meu testamento seja divulgado nas folhas publicas” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, 127).

Não apenas divulgado nas “folhas publicas”, o testamento foi exposto na vitrine, acompanhado do termo de aprovação do tabelião, que afirmava em errata: “Em tempo declaro que o testador declarou não ser formado, como por engano declarei no termo d’aprovação” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 128), ao referir-se ao escritor como “Senhor Doutor Joaquim Maria Machado de Assis” (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 128).

As vitrines também expunham a certidão de óbito de Carolina e o rascunho do segundo testamento de Machado de Assis, de 1905, em que institui como sua herdeira a menina Laura, filha de sua sobrinha (na realidade, sobrinha de Carolina) Sara Braga da Costa. Expunham, portanto, e novamente, a vida íntima de Machado. Nesse caso, em contraponto à imagem do homem bem-sucedido (escritor reconhecido, alto funcionário, presidente da ABL) que vinha sendo formada a cada quadro da Exposição, constrói-se aqui a figura do homem frágil, abatido pela morte da mulher e, mais tarde, pela doença, a trocar cartas com Mário de Alencar e descrever, a pedido médico, as crises epiléticas a que era sujeito.

Sobre a relação entre Machado de Assis e Mário de Alencar, o Catálogo afirma: “Mário e Machado viam-se diariamente e foram íntimos como poucos, principalmente depois da morte de Carolina” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 126). As cartas entre eles (as expostas) conferem certo ar paternal a um Machado de Assis que felicita o jovem Mário pela promoção na secretaria do Ministério da Justiça, divulga notas sobre o lançamento de seus livros, parabeniza-o pelo noivado, pede-lhe favores quanto à sede da Academia, anima-o durante uma enfermidade, conta-lhe notícias de si (descreve até mesmo um princípio de gripe), devolve a capa e as galochas emprestadas e envia-lhe o volume inédito de *Memorial de Aires*.

Nas vitrines, também alguns telegramas de homens ilustres (o Presidente da República, Afonso Pena; o Embaixador Joaquim Nabuco; o secretário perpétuo do IHGB, Max Fleiuss; o Presidente da Câmara de São Paulo, Carlos de Campos) enviando à Academia Brasileira de Letras pêsames pelo falecimento do escritor, e a máscara mortuária de Machado de Assis.

As tentativas de comprovação da notoriedade de Machado de Assis continuam no painel da Consagração. Nas bordas do painel, em todo o seu

contorno, foram afixados livros que compõem a bibliografia machadiana⁵⁹; ao centro, jornais noticiando o falecimento e as homenagens póstumas ao escritor, uma fotografia da estátua erigida à Machado na Academia Brasileira, e a reprodução do retrato do escritor feito por Bernardelli (Anexo 11). Tudo a confirmar que Machado de Assis fora consagrado entre seus contemporâneos. O que tem uma razão de ser: a consagração de Machado por seus contemporâneos – repleta, como pretende mostrar a Exposição, de personalidades ilustres e homenagens – enseja e justifica as comemorações do centenário de nascimento. É o que afirmava Gustavo Capanema em seu discurso na ABL: “Se assim era ela [a obra machadiana] considerada entre seus contemporâneos, maior é ainda o seu nome nesta altura da posteridade” (O Globo, RJ, 22/06/1939).

O último painel da Exposição leva o título de A Obra e traz a epígrafe: “De todas as cousas humanas, a única que tem o seu fim em si mesma é a arte”, extraída de *A Semana* (apud EXPOSIÇÃO, 1939, p. 170). O painel apresenta as capas das primeiras edições das obras de Machado de Assis em ordem cronológica e algumas páginas dos manuscritos de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Tu, só tu, puro amor...*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*. Faz também referência às “influências exercidas em sua obra” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 171) ao dispor nomes em letras de madeira (Frei Luiz de Sousa, Manuel Bernardes, Eclesiastes, Pascal), expor uma litografia de Camões e as folhas de rosto de alguns exemplares⁶⁰ (Anexo 12).

⁵⁹ Os estudos expostos foram os seguintes: *Vindiciae*, de Labieno; *Machado de Assis*, de Alfredo Pujol; *Correspondência de Machado de Assis*, organizada por Fernando Nery; *Minas e os mineiros na obra de Machado de Assis*, de Mario Casasanta; *O aspecto religioso da obra de Machado de Assis*, de Dom Hugo Bressane; *Machado de Assis e o tédio à controvérsia*, de Mario Casasanta; *Machado de Assis – o homem e a obra: os personagens explicam o autor*, de Mário Matos; *Machado de Assis e a psicanálise*, de Americo Valerio; *Machado de Assis – ensaio de interpretação*, de Teixeira Soares; *Machado de Assis – estudo comparativo de Literatura Brasileira*, de Silvio Romero; *Machado de Assis et son oeuvre littéraire*; *Machado de Assis – Estudo Crítico e Biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira; *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, de Graça Aranha; *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour*, de Alcides Maya; *Machado de Assis*, de Augusto Meyer; *Páginas Escolhidas de Machado de Assis*, organizado por Alberto de Oliveira e Jorge Jobim; *Doença e Constituição de Machado de Assis*, de Peregrino Junior; *Machado de Assis*, de Modesto de Abreu; *Machado de Assis – Páginas esquecidas*, organizado por Eloy Pontes; *Machado de Assis – conceitos e pensamentos*, organizado por Julio Cesar da Silva; *Machado de Assis – romancier, conteur e poète*, de Victor Orban; *Psychologia mórbida na obra de Machado de Assis*, de Luiz Ribeiro do Valle; *Dom Casmurro*, tradução francesa de Francis de Miomandre; *Quelques contes*, tradução francesa de Adrien Delpech; *Mémoires posthumes de Brás Cubas*, tradução francesa de Adrien Delpech; *Gioachin Borba*, tradução italiana de Giuseppe Alpi.

⁶⁰ Os exemplares foram: *Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse*, de Renan; *Le monde comme volonté et comme représentation*, de Schopenhauer; *A sentimental journey*, de Sterne; e *Versos*, de Garrett. Todos pertenciam a Machado de Assis.

Diante de uma exposição da obra que pode ser considerada bastante superficial, composta de capas e alguns nomes espalhados pelo painel, as vitrines trazem, na única seção da Exposição dedicada a tratar da obra machadiana, mais sobre a vida do autor: seus rendimentos, sua relação com o editor, os cuidados com a revisão de cada obra. São expostos os termos de contrato entre Machado de Assis e Garnier, as escrituras de venda de propriedade literária, e cartas entre o escritor e o editor tratando dos direitos de tradução da obra, das republicações e das revisões.

Nos comentários do Catálogo, e por meio dessa seleção de documentos, Machado de Assis aparece como o escritor cuidadoso e responsável, que “faz recomendações minuciosas para a impressão do seu novo romance” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 205) e “recomenda o melhor cuidado com as emendas, devido à reforma ortográfica da Academia” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 205).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1930 marca a recomposição das estruturas de poder no Brasil, é o ponto demarcatório do início da modernidade no país. O Estado Novo, regime ditatorial instalado em 1937, intensifica esse processo de modernização conservadora. Ainda que autoritário, e esta é a face mais importante do Estado Novo, o regime, ancorado que era numa dimensão político-ideológica, teve forçosamente de manter uma aparência democrática.

Contudo, essa articulação (autoritarismo e aparência democrática) abriu possibilidades de um espaço político e, como a lógica capitalista é permeada por contradições, tais possibilidades realmente se concretizaram quando novos sujeitos sociais insinuaram-se por esse espaço que deveria permanecer virtual e imobilizável. Destarte, no interior do Estado Novo, em suas próprias instituições, foram gestados espaços, se não democráticos, ao menos de teor progressista.

O Estado passou a ser o responsável por fornecer um fundo comum de nacionalidade, a orbitar na identidade da Nação, tendo na cultura um campo de intervenção política oficial.

Justamente nesse período, no ano de 1939, Joaquim Maria Machado de Assis completaria, se vivo fosse, cem anos. Em seu centenário de nascimento Machado de Assis tornou-se objeto de uma ofensiva, sobretudo nos campos educacional e cultural que o consagrou definitivamente – consagração efetuada tanto por parte da crítica machadiana do período quanto por parte das iniciativas do Estado – como o maior escritor brasileiro e, em grande medida, também como um medalhão nacional.

Fato é que, a partir das comemorações do centenário em 1939 nada mais será como antes para Machado de Assis: pontos até então pouco explorados de sua biografia (mulato, trabalhador) e obra (nacional, realista, moderno) ganharam destaque, e Machado de Assis tornou-se motivo de orgulho e de idolatria nacionais.

Mas tal comemoração alcançar o vulto que tomou em pleno Estado Novo não é uma simples coincidência de datas. Pois o que importa não é a comemoração do centenário em si, mas como esta aconteceu, ou antes, o que aconteceu nela, como foi planejada e executada, enfim.

A maneira como esse processo de consagração de Machado de Assis foi conduzido pode indicar os motivos pelos quais o escritor foi escolhido para encarnar um estertor da nacionalidade, “uma glória nacional” (Aloísio de Castro, *Diário de*

Notícias, RS, 13/01/1939). A consagração de Machado de Assis deu-se em duas frentes principais: de um lado, pela valorização da trajetória de vida do escritor e, de outro, pela celebração de sua obra.

A vida de Machado de Assis, sua origem e obstáculos, foi realmente desafiadora. Mas na leitura do centenário essa vida sofrida atingiu uma dimensão quase fabular: Machado, de acordo com tal leitura, concentrava em si e em sua trajetória tudo de problemático, triste e acabrunhante que um homem do século XIX podia ter. Negro, órfão, pobre, epilético, feio, gago. No entanto, e essa é a principal lição tirada da vida de Machado pelo Estado Novo, ele venceu.

Menções que valorizavam o autodidatismo de Machado de Assis, sua conduta irrepreensível como funcionário público, um autêntico cumpridor de regras, se tornariam praticamente obrigatórias em qualquer notícia biográfica do escritor.

Apresentado como homem do século XIX, exemplo para o moderno século XX, Machado de Assis personificou como ninguém⁶¹ o ideário burguês e meritocrático de ascensão pelo estudo e pelo trabalho, tão caro ao Estado Novo. O *crescendum* de Machado, do Morro do Livramento à Academia Brasileira de Letras encontra, além do talento, somente uma explicação: o trabalho, dedicado e diligente, um trabalhador incansável como eram ou deveriam ser os “trabalhadores do Brasil”, que a *Hora do Brasil* saudava todas as noites pelo rádio.

A questão racial como tomada pelo Estado Novo, isto é, a composição do duo democracia racial e ideologia do branqueamento, também encontra em Machado de Assis seu símbolo. Nos retratos trazidos a público pela Exposição Machado de Assis, vê-se o escritor pouco a pouco ter suavizados seus traços negros. É claro que isso também é operado no século XIX, pelos retratistas. É fato, porém, que, durante o Estado Novo, esse tornar-se “socialmente branco” (AZEVEDO, 1975, p. 62) de Machado de Assis foi bastante útil.

Mulato, afastado da tipicidade negra, refinado e culto, Machado de Assis estava apto a ser mitificado em monumento pátrio, a ser o marco dessa cultura miscigenada nos trópicos.

Na crítica, a questão da etnia de Machado de Assis vinha à tona não mais como defeito ou dado a ser ocultado da biografia, mas como elemento significativo para a interpretação da trajetória pessoal e da obra de Machado de Assis.

⁶¹ José Bonifácio e Castro Alves, outros ícones de centenários comemorados na mesma época, por exemplo, não poderiam fazer o mesmo, sendo, como eram, de origem rica.

Uma inflexão acontece, portanto, nos anos 1930, com a constituição de Machado de Assis como homem brasileiro exemplar: mulato operoso que ascendeu socialmente e grande escritor nacional. Desse modo, Machado de Assis, antes acidente da vida literária brasileira, transforma-se em homem exemplar e escritor exemplar.

A crítica literária, que vivia então um momento excepcional, contribuiu deveras para essa construção de Machado de Assis como o grande escritor nacional. Isto porque considerações críticas importantes sobre a obra machadiana foram desenvolvidas ou aprofundadas nesse período, como o reconhecimento de uma relação dialética e indissociável entre local e universal na obra machadiana; a percepção da divergência entre superfície e fundo no texto machadiano; o esforço crítico de modernização de Machado de Assis, por meio de relações comparatistas.

Nas homenagens emanadas do Estado, porém, a obra recebe bem menos atenção que a vida de Machado de Assis. Abordada muitas vezes superficialmente, por meio das capas de seus livros expostas ou pela citação de seus títulos ao evocar “o creador de Braz Cubas” (*Gazeta de Notícias*, RJ, 02/02/1939), “o grande romancista de Quincas Borba” (*Correio Paulistano*, SP, 21/06/1939), a obra machadiana recebe mais atenção apenas nas conferências eruditas realizadas, por exemplo, pela Academia Brasileira de Letras.

Tal preferência por abordar a biografia de Machado de Assis em detrimento da obra machadiana, explicável pela capacidade de “evocação imediata” (EXPOSIÇÃO, 1939, p. 14) que somente a vida (sofrida) do escritor apresentava, enfraquece a hipótese, aventada na Introdução deste estudo, de que glorificação de Machado de Assis empreendida pelo Estado Novo se relacionasse à sua obra, interpretada como a crítica de um Brasil do passado (fragmentado e arcaico), contraposto ao Brasil (unido e moderno) que então se erigia.

Embora muitas afirmações críticas feitas pela geração dos anos 1930 sejam reconhecíveis nas homenagens oficiais, a criticidade da obra machadiana, que para os críticos em questão tornou-se de certo modo consensual, não é abordada. Por exemplo, a relação dialética entre nacional e universal, fortemente presente na crítica machadiana desse período, embasa o discurso do ministro Gustavo Capanema – o homem a orquestrar, com poder decisório, todas essas homenagens. A criticidade da obra machadiana, por outro lado, nem mesmo é mencionada.

É certo que houve um empenho de consagração de Machado de Assis durante o Estado Novo. Nesse período, Machado de Assis foi monumentalizado como patrimônio modelar brasileiro, o que implicou mitificação, fixação e apaziguamento. Ao mesmo tempo, alguns críticos investiram na investigação dos aspectos mais problemáticos de sua figura e obra.

Analizados os estudos críticos e as homenagens oficiais, percebe-se que não há contradição nisso. Por um lado, os estudos machadianos de Lúcia Miguel Pereira, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer e Eugênio Gomes – que tiveram alcance para além das comemorações do centenário e do “derramamento de machadismo” (PEREIRA, 1991, p. 219) ali vigente –, localizados historicamente, foram propiciados pela conjuntura histórica e pelo debate intelectual do período, que possibilitou a identificação, na biografia e na obra machadiana, de características até então pouco exploradas.

Por outro lado, as conquistas críticas dessa geração de machadianos embasaram (por vezes de modo simplificado e unilateral, é verdade) as homenagens ao centenário de nascimento de Machado de Assis realizadas por instituições estatais, nas quais alguns desses críticos tiveram papel importante.

Malgrado toda a criticidade, negativismo e ironia que possamos ver hoje na obra de Machado de Assis, informados também por achados críticos de Augusto Meyer e Lúcia Miguel Pereira, o escritor foi transformado em símbolo pelo Estado Novo. E o mais importante: não foi apesar do que ele foi e escreveu, foi por causa do que ele foi e escreveu.

Sim, Machado de Assis é um grande escritor. E, sim, no Estado Novo este fato foi instrumentalizado em prol de uma campanha educacional e cultural cujo emblema era Machado de Assis. Mais do que grande escritor, Machado de Assis cristalizou-se em homem de bem, representante e prova de cultura e civilização nos trópicos.

A imagem cristalizada nesse período é tão poderosa que há pouco, em 2008, no centenário de morte, ainda se ouvia de Machado de Assis o que dele se disse e se construiu, inclusive criticamente, em torno de 1939, uma parte disso, agora, com a força e a rigidez do senso comum.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Modesto de. *Biógrafos e críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.

ALENCAR, Mário de. Machado de Assis, páginas de saudade. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 323-340, abril- mai- jun 2008, n. 55.

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III: O Brasil Republicano*. 5a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz em Casa-grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho – experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6a ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BARBOSA, João Alexandre. Augusto Meyer ensaísta. *Cult*, São Paulo, p. 14-17, jan. 2002, n.54.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. BOARINI, Maria Lúcia. (Org.). *Higiene e Raça como projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

BONEMY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. BONEMY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BRANDÃO, Gildo. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Volume 48, p. 231 – 269, 2. sem. 2005, n. 2.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo e o ciclo de estudos da UNESCO sobre “relações raciais” no Brasil – Prefácio. AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*. 2a ed. Salvador: EDUFBA, 1996.

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil* (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

CABRAL, Sérgio. *A MPB na Era do rádio*. São Paulo: Moderna, 1996.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Aquarela dos números: a questão racial nos censos em perspectiva histórica. SENRA, Nelson (Org.). *História das estatísticas brasileiras*. Volume 3: estatísticas organizadas (1936-1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2a ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Esquema de Machado de Assis. _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

_____. Prefácio. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

_____. Prefácio. MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Radicalismos. _____. *Vários Escritos*. 3a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. Racismo: crime ontológico – entrevista. *Ethnos Brasil*, São Paulo, p. 21-28, mar. 2002, n. 1.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo – 1937-1945*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, Raul. *Gemendo e chorando nesse vale de lágrimas*. Aspectos da ação da hierarquia da Igreja católica junto às classes subalternas da cidade de São Paulo entre 1930 e 1936. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CESAR, Ana Cristina. Literatura não é documento. *Crítica e tradução*. São Paulo: Ática, 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Prefácio. DECCA, Edgar Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, Luis Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 9a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920-1940). REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Volume 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2004.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. Tradução Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: Boitempo, 1997.

EXPOSIÇÃO Machado de Assis. Catálogo. Rio de Janeiro: MES, 1939.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FEIJÓ, Martin Cezar. *Formação política de Astrojildo Pereira (1890-1920)*. 2a ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3a ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

FERREIRA, Gabriela Manduca. “Questão de meio e de tempo”: a dialética na crítica machadiana de Astrojildo Pereira. *Machado de Assis em linha*: revista eletrônica, Rio de Janeiro, jun.2009, n. 03. Disponível em: machadodeassis.net/revista/numero03.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB / USP, 1969.

FREITAS, Bezerra de. *História da Literatura Brasileira para o curso complementar*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. *Sobrados & mocambos* – Intérpretes do Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

GLEDSON, John. Brasil: cultura e identidade. _____. *Por um novo Machado de Assis*: ensaios. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

_____. *Machado de Assis: ficção e história*. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Eugênio. O testamento estético de Machado de Assis. ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

GOMES, Eugênio. *Espelho contra espelho*. São Paulo: Progresso, 1949.

_____. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto, o mito. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, p. 147-162, nov. 2001, n. 61.

_____. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, p. 03-107, jan. / jun. 2003, n.1.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas; SACHETTA, Vladimir. *A olhos vistos: uma iconografia de Machado de Assis*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O escritor que nos lê. *Cadernos de literatura brasileira*, p. 273- 292, jul. 2008, n.23/24.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo – apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

_____. Dialética das relações raciais. Dossiê Negros no Brasil – *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 21-30, jan/abr. 2004, n. 18 (50).

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930 – 1945). *Revista USP*, p. 164-181, jun/ jul/ago 1995, n.26.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

_____. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.

LAFETÁ, João Luiz Machado. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas cidades, 1974.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. BONEMY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LÖWY, Michael (Org.). *Revoluções*. Tradução de Yuri Martins Fontes. São Paulo: Boitempo, 2009.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. BOARINI, Maria Lucia (Org.). *Higiene e Raça como projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

MAIO, Marcos Chor. Costa Pinto e a crítica ao “negro como espetáculo” – Prefácio. PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

MENDONÇA, Bernardo de. Prefácio. PEREIRA, Lúcia Miguel. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943)*. Pesquisa, seleção e notas de Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

MERQUIOR, José Guilherme. Machado em perspectiva. _____. *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998. Inicialmente pronunciado no “1º Encontro de Professores de Literatura Brasileira – Machado de Assis: Texto e Contexto”, realizado na Faculdade de Letras da UFRJ, em 1989.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis 1935-1958*. Rio de Janeiro: São José, 1958.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *História do negro brasileiro*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

NETTO, José Paulo. Prefácio. PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Ensaios e apontamentos avulsos. 2a ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes / CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAULISTA, M.A.S.A. “Para *promover a grandeza da nação*”: o Estado Novo e o projeto para a educação nacional. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Ensaios e apontamentos avulsos. 2a ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6a ed. São Paulo: Edusp, 1988.

_____. *Prosa de ficção (1870 a 1920)*. 2a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943)*. Pesquisa, seleção e notas de Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

_____. *Escritos da maturidade: seleta de textos publicados em periódicos*. Pesquisa, seleção e notas de Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1994.

_____. Machado de Assis e nós. *Revista do Brasil*, Ano II, jul. 1939, n.12.

PONTES, Eloy. *Machado de Assis*. São Paulo: Cultura, 1943.

RAMOS, Graciliano. Os amigos de Machado de Assis. *Revista do Brasil*, Ano II, jul. 1939, n.12.

REVISTA do Livro. Rio de Janeiro, p. 03, jun. 1956, n. 1.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. 9a ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 137-152, jan/abr. 1994, n. 8 (20).

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas* – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

_____. Escritor da História – entrevista. *Jornal O Globo, Caderno Prosa e Verso*, p. 10, 14 de jun. 2008.

SELJAN, Zora. *Vida e obra de Joracy Camargo*. Rio de Janeiro: ABL, 1998.

SILVA, Suely Braga. *O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais do Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Teixeira. *Machado de Assis* (ensaio de interpretação). Rio de Janeiro: Guido & Cia, 1936.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1955.

_____. *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. 2a ed. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969.

SOUZA, Coelho de. Homenagem ao Duque de Caxias (Discurso). *Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p.09-15, set.1939, n.1.

UM APÓLOGO – Machado de Assis. Direção: Humberto Mauro. Rio de Janeiro: INCE, 1939. Filme. Disponível em: [video.google.com/videoplay](https://www.youtube.com/watch?v=...)

VAINER, Carlos. Estado e Raça no Brasil. Notas exploratórias. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, p. 104-117, mai. 1990, n. 18.

VALENTE, Monalisa. *Entre a 'Prata de Casa' e o Espelho Estrangeiro: o modernismo tradicionalista-dinâmico de Eugênio Gomes*. Tese de doutorado. São Paulo: UNICAMP, IEL, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. GOMES, A.M.C.; OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M.P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIANNA, Lúcia Helena. Mulheres Revolucionárias de 30. *Revista Gênero*, Niterói, v.2, p. 27 - 34, 1. sem. 2002, n.2.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VIÉGAS, Luciana. Prefácio. PEREIRA, Lúcia Miguel. *Escritos da maturidade*: seleta de textos publicados em periódicos. Pesquisa, seleção e notas de Luciana Viégas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1994.

VIEIRA, Evaldo Amaro. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo* (um estudo sobre Corporativismo e Autoritarismo). São Paulo: Grijalbo, 1976.

YACUBIAN, Elza Márcia Targas. *Epilepsia e Estigma*. São Paulo: Casa Leitura Médica, 2010.

Periódicos consultados:

A Batalha (RJ)

A Gazeta (SP)

A Noite (RJ)

A Tarde (BA)

A Tarde (RJ)

Correio da Manhã (RJ)

Correio Paulistano (SP)

Diário Carioca (RJ)

Diário da Noite (RJ)

Diário de Notícias (RS)

Folha da Manhã (SP)

Gazeta de Alagoas (AL)

Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal de Petrópolis (RJ)

Jornal do Comércio (RJ)

O Globo (RJ)

O Imparcial (BA)

Arquivos consultados:

Academia Brasileira de Letras – Arquivo Múcio Leão

Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional

Fundação Casa de Rui Barbosa – Arquivo Augusto Meyer

Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação – Arquivo Gustavo Capanema

6. ANEXOS

1. Decreto n. 118 (reproduzido em *Correio Paulistano*, SP, 22/06/1939)

O Presidente da Republica, considerando que o governo federal resolveu comemorar de modo condigno o primeiro centenario do nascimento de Machado de Assis, e tendo em mira as sugestões da Comissão que o Ministro da Educação designou para organizar os planos das comemorações.

Decreta:

Art. 1º - O governo federal inaugurará, a 21 de junho de 1939, dia que marca o primeiro centenario do escritor brasileiro, a exposição 'Machado de Assis', organizada pelos tres seguintes orgams do Ministério da Educação: a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º - O governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, promoverá a realização:

- a) – De uma edição critica das obras completas de Machado de Assis;
- b) – De uma edição de luxo e illustrada, de 3 volumes, de Machado de Assis, sendo um de contos, outro de poesias e outro constituído pelo romance "Dom Casmurro".

Art. 3º - Ficam instituídos, em homenagem a Machado de Assis, dois premios literarios a serem conferidos pelo governo federal:

- a) – O Premio Nacional de Literatura, no valor de 50:000\$000, que se se distribuirá de tres em tres annos, ao brasileiro que seja autor de varios livros de notavel significação cultural e pelo valor da totalidade de sua obra;
- b) – O Premio Machado de Assis, no valor de 10:000\$000, que se distribuirá, annualmente, á melhor obra brasileira, publicada em 1º edição, nos generos de poesia, romance, conto, ensaio, biografia ou critica.

Art. 4º - O Ministério da Educação promoverá a realização de outros actos commemorativos, no decurso do ano de 1939, para o fim de tornar mais conhecidas e estimadas a figura e a obra de Machado de Assis.

Art. 5º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro em 21 de junho de 1939, 118º da Independência, e 51º da Republica.
(a.) Getulio Vargas e Gustavo Capanema.

2. Selo postal comemorativo do centenário de Machado de Assis

3. Discurso de Gustavo Capanema na Sessão solene da Academia Brasileira de Letras (reproduzido em *O Globo*, RJ, 22/06/1939)

Glória da Pátria e da Humanidade

Senhores academicos: O Presidente Getulio Vargas incubiu-me de representa-lo nessa solenidade. Tamanha honra se junta a outra, tão insigne, que me conferiste, convidando-me a dizer aqui algumas palavras a proposito do centenario de Machado de Assis.

Pouco vos direi. Da majestosa figura que hoje se commemora, da belleza, magnitude, profundidade e significação de sua obra, falarão outros, mais afeitos ao preclaro officio das letras. Eu quero apenas traduzir a attitude do Estado em face dessa commemoração.

O governo, como sabeis, resolveu celebrar, de maneira condigna, o centenario de Machado de Assis, e está dando ao grande acontecimento o relevo maior, mais destacado e mais vivo.

A attitude official tem sentido e intenção. O Estado quer significar a sua veneração a esse homem extraordinario que, pelos espantosos dons naturais, que lhe vieram da graça, e pelo esforço e pela perseverança que consagrou á vocação e ao ideal, conseguiu realizar uma vida sem mácula e construir uma obra que é o mais primoroso bem do nosso patrimonio intellectual e mercê da qual ficou a nossa cultura dotada de uma sabedoria mais aguda e de uma expressão mais graciosa.

Machado de Assis merece esse respeito. Elle foi, antes de tudo, uma alta figura moral. Em todos os passos de sua vida, assim na familia como deante dos homens, sempre procedeu com apuradas virtudes. Os seus dias foram de labuta, de consagração e de vigília. Não conheceu o vicio nem o ócio. Do começo ao fim, foi fiel, fiel ao amor e á amizade, fiel ao seu destino, fiel á sua patria. Em suma, Machado de Assis foi um homem de bem. Pois toda grandeza autentica é, no fundo, e antes do mais nada, grandeza moral.

Quanto á sua obra, esta tem lugar de exceção em nossa historia espiritual. Disse João Ribeiro que “é o ponto culminante no sistema de nossas letras”. Se assim era ela considerada entre seus contemporaneos, maior é ainda o seu nome nesta altura da posteridade. E é bem certo ainda mais crescerá.

Sabeis que o que confere a um escritor ou a um artista a mais limpida immortalidade é a circunstancia de que a sua obra, longe de ser uma construção silogistica, artificial ou livresca, tenha nascido das mais profundas fontes nacionaes e se revista de uma expressão tão alta e tão simples que seja intelligivel a todos os humanos. Uma obra destinada a durar está marcada por essas duas categorias do nacional e do universal.

Se Machado de Assis é o maior escriptor brasileiro, e se podemos tomá-lo como a figura mais representativa da cultura nacional, é porque na sua obra circula o sangue de nosso paiz, e porque com ella todos os homens poderão entender-se.

As vezes se diz entre nós que Machado de Assis não tinha a alma de seu povo. Mas não é isto o que exprimem os seus livros. Todos os seus escritos estão impregnados de nossa mais pura seiva. Elle é bem nosso, nos seus grandes assuntos e ambientes, na descrição das pequenas coisas quotidianas, nos modos, ares e habitos de suas personagens, enfim, no ágil pensamento e na doce ou amarga emoção de que se enchem todas as suas criações.

Leiamos os seus poemas, e aí acharemos a sua sanguinea identificação com as raizes humanas de nossa patria. E lembremo-nos de sua especial e constante veneração com José de Alencar e Gonçalves Dias, estas duas expressões tão lidimas da alma brasileira. O seu coração e a sua intelligencia tinham as raizes enterradas no nosso solo e no nosso passado. E foi dessas raizes que nasceu toda a sua obra.

Mas se a obra de Machado está sim ás nossas bases, é uma expressão de nosso espírito, é de notar, por outro lado, o seu character de universalidade, isto é, o poder que ella tem de exprimir os mais finos sentimentos e idéas de todos os homens e a immensa lição de sabedoria que dela decorre.

Machado de Assis amava o convivio das grandes figuras humanas. Leu-as toda a vida. “Desde cedo, li muito Pascal”, escreveu elle a Joaquim Nabuco. Conhecemos ainda a sua paixão pelas letras sagradas, letras de um sentido tão humano e universal. Taes preferencias intellectuaes denunciam a sua alma desejosa de perfeição moral, para transcender os limites da terra e do tempo, bem como o character final de sua obra, que é ser uma alta expressão da experiência humana e uma bela luz a mais levantada sobre o caminho inseguro das gerações.

Machado de Assis, numa de suas odes mais primorosas, diz que na immortalidade viverão “os que o patrio torrão honrar souberam,/ E honrar a espécie humana”.

Delle podemos dizer que pertence a este nobre numero dos que honraram a patria e a humanidade. Nisto está a sua glória e por isto elle nunca morrerá.

No ultimo livro da Republica, adverte Platão que, em matéria de poesia, não deve o Estado admitir senão hinos aos deuses e elogios aos homens de bem.

As letras de Machado raramente se animaram para esta grave tarefa de louvar.

Porém, ainda quando tomassemos á letra o ensinamento do philosopho, teríamos o dever de guardar Machado de Assis dentro dos muros, envolve-lo com o nosso culto reverente e celebrar a sua glória. Porque elle, tendo sido um perfeito homem de bem, é agora um dos mais luminosos deuses do nosso firmamento.

4. Capas da Série Exposições

5. Introdução de Augusto Meyer ao Catálogo da Exposição Machado de Assis

INTRODUÇÃO

HÁ um momento, nessa vida póstuma dos grandes escritores, em que não basta, para matar a fome da curiosidade, o simples conhecimento da obra, onde as formas alusivas sugerem uma realidade original. A obra de arte não consegue esgotar toda a nossa atenção, porque debaixo dela está o autor, ou, por outras palavras, estamos nós, com o nosso instinto de criadores insatisfeitos.

Começa então a fase da pesquisa biográfica, desejo de reconstituir passo a passo a vida do homem que os livros entremostam, retilhando em imaginação os caminhos confusos da sua experiência. Em vez de partir do texto para nós mesmos, satisfeitos com a profundidade emotiva que lhe emprestamos, preferimos desmanchar as palavras, desmontar a obra feita, desandar o caminho andado, para surpreender o autor no momento impuro da criação. Já não importa a forma definitiva, importa agora o fundo de potencialidade que ela encobre. Uma data perdida à margem do manuscrito, uma variante, um rascunho qualquer condenado em cruz pelo punho do autor desgostoso tomarão um sentido novo e extraordinário.

De qualquer modo, é a própria aventura humana do biografado que agora importa conhecer nas minúcias mais humildes. Cresceu tanto, ao prestígio da obra comentada e proclamada, que as suas próprias misérias participarão da consagração da fama. São misérias impalpáveis de um nobre fantasma, nada teem de comum com as nossas, que aliás não produziram o "Braz Cubas" nem resultaram nos melhores contos da língua portuguesa.

A contar de Alfredo Pujol, acentuou-se a curiosidade pela biografia de Machado de Assis, muito incompleta ainda, cheia de remendos, à espera dos pesquisadores que, após a consulta aos arquivos, desenleassem o fio da sua vida; ao contrário do Pequeno Polegar, ele tomou o cuidado de não marcar o caminho, grão a grão, pelo menos no trecho inicial da sua carreira. O homem ainda possuía o encanto de uma fotografia antiga e desbotada, ainda não havia descido da nuvem de mistério em que se envolvera como um deus esquivo, tendo feito assim da sua vida outra obra de arte.

Neste ano do centenário, chegou a hora dos documentos e das novas interpretações. A bibliografia publicada no fim do catálogo dará uma idéia da extraor-

dinária "presença" de Machado de Assis. Porque a verdadeira vida de um escritor é uma ressurreição constante, embora colimitada pelo espírito da obra. Por mais humilde em capacidade de contribuição pessoal, cada leitor dará um pouco do seu sangue e da sua presença corpórea a essa voz jungida à letra de forma. Virão os biógrafos esmiuçar os seus tudos e nadas; virá a inevitável nosografia. Mas, entre o retrato e o modelo vivo, há uma outra coisa, um não sei quê. Pois bem, nesse erro de aproximação é que reside a garantia do seu renovo.

O caso de Machado de Assis é típico. Agora, que nos aproximamos do centro vivo da sua personalidade, considerada psicologicamente, sentimos cada vez mais aprofundar-se a sombra inquietante que se projeta para além do seu perfil sempre incompleto, sempre mutilado pelo *schematismo* das interpretações. A sua obra, de superfície tão lisa e polida, é pura profundidade. A sua mensagem, que parece conformar-se ironicamente com o fluxo e refluxo das aparências, abre a cada passo um vazio de interrogações aos pés do intérprete.

O problema de síntese literária que conseguiu resolver é uma obra prima de paciência e talento. Desprezou os caminhos imediatos para enrolar-se nos fios do seu casulo. Houve dentro dele uma incubação prolongada, um sono hibernar das melhores qualidades, à espera da floração definitiva; aos quarenta *começou* a dar o "Braz Cubas", recrescendo em novas direções.

Apenas, como ele próprio disse, "resta lembrar que a vida dos livros é vária como a dos homens. Uns morrem de vinte, outros de cinquenta, outros de cem anos, ou de noventa e nove... Muitos há que, passado o século, caem nas bibliotecas, onde a curiosidade os vai ver, e donde podem sair em parte para a história, em parte para os florilégios. Ora, esse prolongamento da vida, curto ou longo, é um pequeno retalho de glória. A imortalidade é que é de poucos".

Foi precisamente essa presença de Machado de Assis, considerada nas várias etapas de sua formação, e em renovo através do tempo, que o Instituto Nacional do Livro tentou reconstituir na Exposição Comemorativa do Centenário, promovida pelo ministro Gustavo Capanema, por determinação do presidente Getúlio Vargas.

O sentido de "presença", neste caso, abrange não só as obras, a iconografia, os documentos originais, como a reconstituição do meio físico e social em que o espírito do homenageado se formou, deitando raiz. Cumpria, portanto, evitar os inconvenientes de uma exposição de caráter estritamente erudito, em que muita vez o documento é letra morta, pobre flor de herbário sem calor de sugestão direta. Decidiu, assim, a Comissão seguir o exemplo do Museu de Literatura, uma das secções da Exposição Internacional de Artes e Técnicas, organizada há dois anos em Paris.

A disposição em painéis montados e moveis especialmente construídos, obedecendo a um só risco, permitia resolver o problema, que era a aliagem da erudição e da evocação imediata. A imagem, representada pelo recurso das ampliações fotográficas, completaria as vitrinas, ilustrando e comentando os documentos. Inevitável a função de primeira ordem que lhe estava destinada. A ampliação fotográfica — de fotografias, gravuras, manuscritos e impressos — era o melhor meio

de traduzir em presença o passado. Combinada às legendas em letras de madeira, quase todas colhidas no próprio texto, imprimia ao conjunto outro rigor de subordinação.

Os seis painéis — Infância, Formação, Vida Íntima, Maturidade, Crepúsculo, Consagração — correspondiam, assim, às etapas de uma vida, a que dava remate o grande painel da Obra. No centro, em moveis adequados, exemplares das edições originais, os contratos e a correspondência literária.

Houve mais de uma falha. Necessidade primacial seria reconstituir a gestação da obra, apresentando na ordem evolutiva os primeiros esboços, as cópias e variantes e, enfim, os manuscritos de impressão. Infelizmente, quanto a essa parte documentária, de Machado de Assis apenas restam alguns manuscritos em versão definitiva e discretas alusões ao seu trabalho literário. Malogrou-se também o intento de comentar vários passos de romances e contos, aproximando lado a lado, em composição fotográfica, textos e antigas fotografias ou gravuras. O prazo era curto.

Aproveitando o ensejo, resolveu a diretoria do Instituto Nacional do Livro apresentar um catálogo anotado e ementado, com a transcrição meticulosa dos inéditos expostos. Foi mantida a divisão orgânica em painéis e vitrinas. Era um modo de manter aberta a exposição, proporcionando aos estudiosos novas fontes de pesquisa. E para falar a linguagem machadiana, — um modo também de arrancar mais um farrapo de vida ao tempo. O sono dos arquivos conserva segredos fechados em latas, sob a guarda de um número e o laconismo de uma seca ementa. Os dias devoram os dias, a traça, a humidade e a poeira conspiram na sombra contra a fragil memória dos homens.

Devo consignar a preciosa colaboração prestada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na pessoa do seu diretor, o sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, e com a assistência técnica do engenheiro Oscar Niemeyer. A este é devido o projeto, bem como a boa execução dos trabalhos, em que se houve com a inventiva e a probidade que todos lhe reconhecem.

Foi também relevante a cooperação da Biblioteca Nacional e do seu digno diretor, sr. Rodolfo Garcia, especialmente no que respeita ao aproveitamento de alguns inéditos e das edições originais, a começar pelas brochuras fechadas e autografadas da "Coleção Ramos Paz".

Convidada oficialmente, a Academia Brasileira de Letras, pela ação do seu presidente, Prof. Antônio Austregésilo, e do diretor da secretaria, sr. Fernando Neri, prestigiou a exposição projetada com todos os meios ao seu alcance.

Dentre os demais expositores, merecem especial menção: o Instituto Histórico e Geográfico, o Gabinete Português de Leitura e a Casa de Rui Barbosa; a Sra. General Leitão de Carvalho, que pôs à disposição do Instituto Nacional do Livro a biblioteca de Machado de Assis e o valioso arquivo de sua propriedade, com inéditos da maior importância, bastando citar entre muitos as duas cartas de noivo e o documento sobre a doença; a Viuva Mário de Alencar; D. Carolina Nabuco; o sr. Rodrigo Otávio; o sr. Afrânio Peixoto; o sr. Américo Lacombe; o sr. Peregrino Júnior.

Às obsequiosas pesquisas do sr. Noronha Santos e à gentileza do cônego dr. João Carlos Bezerril deve-se a reprodução do assento de batismo. Ao sr. Restier Gonçalves, diretor do Arquivo Municipal, a cópia fotográfica do "croquis" da Chácara do Livramento.

AUGUSTO MEYER

Diretor do Instituto Nacional do Livro

6. Foto do painel Infância da Exposição Machado de Assis

INFÂNCIA, O PRIMEIRO PAINEL

7. Foto do painel Formação da Exposição Machado de Assis

8. Foto do painel Vida íntima da Exposição Machado de Assis

9. Foto do painel Maturidade da Exposição Machado de Assis

10. Foto do painel Crepúsculo da Exposição Machado de Assis

CREPÚSCULO, ASPETO DO PAINEL

11. Foto do painel Consagração da Exposição Machado de Assis

12. Foto do painel Obra da Exposição Machado de Assis

PAINEL DA OBRA